

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

MARCEL EMÉRIC BIZERRA DE ARAÚJO

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA
UNIÃO, RONDÔNIA**

Ilha Solteira
2020

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA (SISTEMAS
DE PRODUÇÃO)**

MARCEL EMÉRIC BIZERRA DE ARAÚJO

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA
UNIÃO, RONDÔNIA.**

Texto de Tese apresentada à Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – Unesp – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor. Agronomia: Sistemas de Produção

Nome do orientador
Antonio Lázaro Sant'Ana

Nome do coorientador
Aurélio Ferreira Borges

Ilha Solteira
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

Araújo, Marcel Eméric Bizerra de.
A663e Estratégias de resistência em assentamentos de reforma agrária: o caso do
assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia / Marcel Eméric
Bizerra De Araújo. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2020
152 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia
de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Sistemas de Produção, 2020

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana
Coorientador: Aurélio Ferreira Borges
Inclui bibliografia

1. Permanência na terra. 2. Mudanças nos sistemas de produção. 3.
Evolução da renda. 4. Agricultura familiar camponesa.


Raiane da Silva Santos
Supervisora Técnica de Seção
Seção Técnica de Referência, Atendimento ao usuário e Documentação
Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação
CRB/8 - 9999



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Ilha Solteira

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Estratégias de resistência em assentamentos de reforma agrária: o caso do Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

AUTOR: MARCEL EMERIC BIZERRA DE ARAÚJO

ORIENTADOR: ANTONIO LAZARO SANT ANA

COORIENTADOR: AURÉLIO FERREIRA BORGES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em AGRONOMIA, área: Sistemas de Produção pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Prof. Dr. MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO
Departamento de Ensino / Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

Prof. Dr. SEDEVAL NARDOQUE
Departamento de Geografia / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof. Dr. MARCELO PIRES NEGRÃO
Département de Géographie / Université d'Angers - France

Prof. Dr. JOSÉ VAGNER SILVA
Campus de Colorado do Oeste / Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

Ilha Solteira, 13 de agosto de 2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Jesus Cristo, guia da humanidade e meu guia, e à minha Família, principalmente ao Bento, à Cecília e à Aline que tanto esperaram a conclusão deste trabalho para que eu pudesse lhes dar a atenção e o carinho que merecem e precisam. Também dedico a todas as pessoas que doam sua vida em prol de uma sociedade Justa e Perfeita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram a escrever este trabalho. Desde os meus Pais me trouxeram ao mundo sob a supervisão poderosa do Mestre Jesus Cristo, àqueles que encontrei durante a jornada. Tenho de agradecer a muitos e pode ser que aqui eu me esqueça de escrever o nome de alguém, mas tenho a certeza de que em meu inconsciente estão todos os nomes e todos os rostos dos que gentilmente me ajudaram.

Ao Professor Doutor Antonio Lázaro de Sant'Ana (Orientador - Unesp) que teve a paciência de me entender em minha ansiedade crônica e, com tanta sabedoria, gentileza e generosidade, me mostrar os caminhos aos quais eu precisava percorrer, que com seu humor contínuo sempre soube sorrir (mesmo que na frieza de um e-mail) em meus momentos de apreensão e dificuldades. Professor Lázaro, o “rapaz do bicudo” que semeia esperança por meio do trabalho representado pelo cabo da enxada de Guatambu. Como disse Isaac Newton “se enxerguei mais longe é porque me apoiei sobre os ombros de gigantes”. Meus eternos agradecimentos.

Ao Professor Doutor Aurélio Ferreira Borges (Coorientador IFRO) que geograficamente mais próximo a mim, estava sempre a me cobrar o término do trabalho para lhe ajudar em suas pesquisas. Esse amigo de longa data, que a sua maneira me ensinou a ver na pesquisa social uma oportunidade de fazer mais por aqueles que mais precisam.

Ao Professor Doutor Marcelo Pires Negrão, que lá da França (Universidade de Angers) me ajuda a refletir sobre o Margarida Alves, pois conhece o Assentamento de perto e além de tudo é um grande amigo e parceiro de trabalhos.

Aos meus amigos e colegas de trabalho que me ajudaram de diversas formas em todo esse período de estudo. Ao meu amigo e irmão, o Professor William Kennedy do Amaral Souza sempre me ajudando nas leituras, no trabalho de campo e foi um guru nas horas de desânimo e aflição. Aos amigos e parceiros de sempre Os Professores, Jessé Batista, Odair Barbizan, Moisés Souza, Magno Amorim e aos novos, que durante essa empreitada a vida me apresentou, como os Professores José Vagner e Márcio Costa que, sempre juntos, me ajudavam a vencer o desânimo durante a jornada, sempre com muita alegria.

Agradeço também ao Guilherme Benelli, parceiro de tantas disciplinas e noites coloradenses, que hoje mudou de “casa”, figurando no quadro de Peritos da Polícia

Civil de Rondônia. Aos colegas de turma, principalmente, Arnaldo e Ponciano, sempre alegres e prestativos, verdadeiros parceiros, com quem sempre se podia contar. Agradeço as pessoas que “descobri”, como o Professor Rafael Norberto, conhecido há alguns anos, mas virou parceiro de/no trabalho.

Ao amigo e colega de turma e trabalho, Professor Luiz Cobiniano, sempre me acolhendo em sua casa com a maior atenção possível.

Não posso deixar de agradecer aos Professores de Ilha Solteira, gentilmente me acompanharam durante esses quatro anos de Doutorado, vindo até Rondônia, sempre com muita humildade em meio tanto conhecimento, ajudar-me na jornada do progresso pessoal e social. Em especial ao Professor Rafael Montanari, recebendo-me de braços abertos em Ilha Solteira nas vezes que aqui estive; ao Professor Edson Lazarini me presenteou com um *tour* pelo Campus da Unesp Ilha Solteira, me apresentando um universo desconhecido por mim. À Professora Ananda Aguiar, ao Professor Miguel Freitas e aos colegas de disciplina Rafael (cearense, “macho”), à Juliana e à Aline Zini pelo aprendizado em Pederneiras (SP).

Aos queridos Darllan Júnior e Marcos Rodrigues alunos, tornados amigos e muito me ajudaram nessa etapa, tanto no trabalho de campo (Marcos), como me aturando em Ilha Solteira quando das disciplinas e das orientações (Darllan). Vocês vão longe.

Mas, um agradecimento especial vai às famílias assentadas do Margarida Alves, principalmente ao meu querido Lucas Matos, militante da luta pela terra, consciente, inteligente e capaz que, desde 2013, me ajuda na tarefa difícil de escrever sobre a vida dos seus. Sempre com o olhar “de dentro”, auxilia-me e faz críticas às minhas escritas. Devo a essas famílias a minha mudança de vida, em diversos aspectos e espero que este trabalho reflita a realidade de vocês, pois erros existem, mas mesmo assim, sirva de documento para as gerações futuras entenderem seu modo de vida.

Enfim, certamente deixei nomes de fora, mas como escrevi, não deixei de fora da mente e nem tão pouco do coração.

Agradeço ao Instituto Federal de Rondônia (IFRO), principalmente ao Campus Colorado do Oeste, por proporcionar esta oportunidade de me qualificar e devolver à sociedade em forma de trabalho o que me foi oportunizado. À Unesp Ilha Solteira, por aceitar a parceira do DINTER, conectou os docentes do IFRO com um “mundo” distante conhecido, de conhecimento e de aprendizado. A todos os Professores e

Professoras que ministraram aulas e transmitiram com muita gentileza parte de seu conhecimento.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

“Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Choro virou alegria,
a fome virou fartura,
e na festa da colheita,
viola em noite de lua.
Mutirão é harmonia,
com cheiro de natureza,
o sol se esconde na serra
e a gente acende a fogueira”

Caminhos Alternativos (Zé Pinto)

RESUMO

O Assentamento Margarida Alves, no município de Nova União, Rondônia, é fruto das diversas frentes de luta pela terra encampadas pelo MST Brasil afora, localizando-se em uma área que outrora fazia parte do Programa Integrado de Colonização – PIC Ouro Preto do Oeste, foi o primeiro desta ordem a ser implementado em Rondônia na década de 1970 pelo INCRA. Objetivamos neste trabalho investigar as estratégias utilizadas pelos camponeses familiares do Margarida Alves para permanecerem na terra, quais estratégias as famílias têm construído para preservarem a dignidade, ampliarem a renda e, conseqüentemente, melhorarem a qualidade de vida. Realizamos comparações entre dados existentes sobre o Assentamento levantados pelo programa DURAMAZ (I e II), de 2007 e 2013, e dados coletados, em 2019, especificamente para o presente trabalho. Em fevereiro de 2019, realizamos um trabalho de campo no Assentamento, sendo aplicados 77 formulários com famílias assentadas, cujos dados foram digitados e tabulados em planilha de cálculo para elaboração de gráficos e tabelas. Como principais resultados, constatamos que os assentados do Margarida Alves usam como estratégias de produção para permanência na terra a manutenção da produção de leite e a adesão, mesmo que lenta, à criação de gado bovino de corte. Entendemos que outras formas de aquisição de renda e o acesso a linhas de crédito e financiamentos servem de sustentação para a continuidade da bovinocultura no Assentamento. A inclusão de outras fontes de renda, principalmente aposentadorias e pensões, têm auxiliado na manutenção das famílias atendidas, sendo importante, pois esse tipo de renda compõe o orçamento da família e proporciona a melhoria na produção, sendo considerada por nós uma estratégia para permanência na terra. Além disso, a forma como as pessoas realizam seus trabalhos no Assentamento, como troca de dias de serviço e o pagamento de diárias, ajudam-lhes a manterem dinheiro em circulação entre a população local, sendo estas, também, outras estratégias para continuarem na terra, pois consideram preferível realizar trabalhos no lugar, com seus pares, do que realizarem trabalhos, às vezes melhor remunerados, para fazendeiros da região. O Margarida Alves, assim como outros assentamentos, tem realidade complexa, não sendo possível revelarmos integralmente em apenas uma pesquisa. Mas acreditamos que esse trabalho possa contribuir para desvendar à sociedade brasileira um pouco desses lugares de luta e resistência, onde muitas famílias constroem seus projetos de trabalho e de vida.

Palavras-chave: Permanência na terra. Mudanças nos sistemas de produção. Evolução da renda. Agricultura familiar camponesa.

ABSTRACT

The Margarida Alves Settlement, in the municipality of Nova União, Rondônia, is the result of the various fronts of struggle for land encamped by MST Brasil to in, located in an area that was once part of the Integrated Colonization Program – PIC Ouro Preto do Oeste, was the first of this order to be implemented in Rondônia in the 1970s by INCRA. We aim to investigate the strategies used by Margarida Alves family peasants to stay on the land, what strategies families have built to preserve dignity, increase income and, consequently, improve quality of life. We made comparisons between existing data on settlement collected by the DURAMAZ program (I and II), from 2007 and 2013, and data collected in 2019, specifically for the present work. In February 2019, we carried out a fieldwork in the Settlement, and 77 forms were applied with settled families, whose data were typed and tabulated in a spreadsheet for the elaboration of graphs and tables. As main results, we found that the settlers of Margarida Alves use as production strategies to stay on the ground the maintenance of milk production and the support, even if slow, to the breeding of beef cattle. We understand that other forms of income acquisition and access to credit lines and financing serve as support for the continuity of cattle culture in the Settlement. The inclusion of other sources of income, especially pensions and pensions, have helped in the maintenance of the families served, being important, because this type of income composes the family budget and provides improvement in production, being considered by us a strategy for staying on the land. In addition, the way people carry out their work in the Settlement, such as the exchange of days of service and the payment of daily rates, help them to keep money in circulation among the local population, and these are also other strategies to continue on the land, because they consider it preferable to carry out jobs in place, with their peers, than to carry out jobs, sometimes better paid, for farmers in the region. At Margarida Alves, like other settlements, has a complex reality, and it is not possible to fully reveal in only one research. But we believe that this work can contribute to unveil to Brazilian society some of these places of struggle and resistance, where many families build their work and life projects.

Keywords: Staying on earth. Changes in production systems. Evolution of income. Peasant family farming.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------------|---|----|
| Figura 1 | - Assentamento Margarida Alves: Estradas vicinais 2019..... | 51 |
| Figura 2 | - Localização do Assentamento Margarida Alves, em Nova União- RO..... | 52 |
| Figura 3 | - Áreas de pesquisa do programa DURAMAZ I..... | 61 |
| Figura 4 | - Indicadores de sustentabilidade das áreas de pesquisa do programa DURAMAZ I..... | 62 |
| Figura 5 | - Microrregião Geográfica, na Região Norte: distribuição da quantidade produzida de leite, em 2017..... | 65 |
| Figura 6 | - Rondônia: Mística de encerramento do XXIX encontro estadual do MST, 2019..... | 72 |
| Figura 7 | - Assentamento Margarida Alves/Gleba 6 – Nova União, RO: Estábulo com equipamento de ordenha mecânica, em lote do senhor “ST”, 2019..... | 75 |
| Figura 8 | - Tanque resfriador de leite (pertencente à Cooperativa), em lote do senhor “ST”, na gleba 6 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 75 |
| Figura 9 | - Piquetes, em lote do senhor “ST”, na gleba 6 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 76 |
| Figura 10 | - Gado bovino do lote do senhor “SM”, na gleba 7 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 77 |
| Figura 11 | - Silo de superfície na Gleba 5, do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 79 |
| Figura 12 | - Silagem na Gleba 3, no lote do senhor “NB”, do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 79 |
| Figura 13 | - Assentamento Margarida Alves, Nova União (RO): Distribuição dos agricultores pesquisados, de acordo com o nível de escolaridade - 2019..... | 85 |
| Figura 14 | - Tanque resfriador de leite (laticínio Tradição), instalado na gleba 4 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 90 |
| Figura 15 | - Distribuição (%) das benfeitorias existentes nos lotes das famílias pesquisadas, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 92 |

| | | |
|------------------|--|-----|
| Figura 16 | - Veículos e equipamentos pertencentes à Coomeafes do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 94 |
| Figura 17 | - Distribuição dos agricultores pesquisados que não possuem financiamento ativo em função do motivo, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 97 |
| Figura 18 | - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados*, de acordo com o uso do financiamento, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 98 |
| Figura 19 | - Distribuição percentual dos valores dos financiamentos acessados pelos agricultores pesquisados, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO). | 99 |
| Figura 20 | - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, em função da produção leite, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 102 |
| Figura 21 | - Imagem Landsat 8 classificada, com os desflorestamentos recentes (em marrom escuro e claro) da reserva legal do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 107 |
| Figura 22 | - Porcentagem de agricultores e Itens produzidos de forma orgânica ou agroecológica no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 108 |
| Figura 23 | - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, de acordo com o acesso a assistência técnica, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 109 |
| Figura 24 | - Percentual de respostas referentes às dificuldades relativas à produção dos assentados pesquisados, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 115 |
| Figura 25 | - Criação de bovinos no Assentamento Margarida Alves | 117 |
| Figura 26 | - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, de acordo com o tipo de interesse em modificar a produção, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO). * | 117 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------------|--|-----|
| Tabela 1 | - Tabela 1 - Distribuição (%) dos agricultores pesquisados em função do tipo de mão de obra contratada, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 87 |
| Tabela 2 | - Tabela 2 - Distribuição (%) dos agricultores pesquisados em função do tipo de fonte de renda externa ao lote, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 88 |
| Tabela 3 | - Tabela 3 - Distribuição (%) dos agricultores pesquisados em função do tipo de participação em grupos coletivos, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO)..... | 91 |
| Tabela 4 | - Tabela 4 - Variação da renda bruta familiar média dos agricultores pesquisados no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO), em 2007, 2013 e 2019..... | 119 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|--------------|---|
| APA | Associação de Produtores Alternativos |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| BASA | Banco da Amazônia S/A |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento |
| CNRS | Centré National de la Recherche Scientifique |
| Coomeafes | Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços |
| CPRM | Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais |
| DURAMAZ | Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira |
| EFA | Escola Família Agrícola |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FRIGON | Frigorífico Irmãos Gonçalves |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBRAS | Instituto Brasileiro de Reforma Agrária |
| IDARON | Agência de Defesa Agrossilvipastoril do Estado do Rondônia |
| IFRO | Instituto Federal de Rondônia |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INDA | Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário |
| IPCA | Índice de Preços ao Consumidor Ampliado |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| NUAR | Núcleo Urbano de Apoio Rural |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PAD | Projeto de Assentamento Dirigido |
| PIC | Projeto Integrado de Colonização |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| Polonoroeste | Programa de Desenvolvimento Integrado Para o Noroeste do Brasil |
| PPC | Projeto Pedagógico de Curso |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |

| | |
|---------|--|
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| SEAGRI | Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia |
| SUPRA | Superintendência de Política Agrária |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFMT | Universidade Federal do Mato Grosso |
| Unesp | Universidade Estadual Paulista |
| UNIR | Universidade Federal de Rondônia |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 2 | O ESPAÇO AGRÁRIO NO BRASIL: ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESIGULDADES SOCIAIS..... | 26 |
| 2.1 | HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL | 26 |
| 2.2 | OS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA: DE 1985 E DE 2003 | 30 |
| 2.3 | A COLONIZAÇÃO RECENTE: “INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR” | 36 |
| 3 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E METODOLOGIA DE PESQUISA..... | 44 |
| 3.1 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO | 44 |
| 3.2 | ORIGEM DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO - RONDÔNIA | 45 |
| 3.3 | ASPECTOS FÍSICO GEOGRÁFICOS DE NOVA UNIÃO - RO | 46 |
| 3.4 | HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES | 49 |
| 3.5 | METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA | 52 |
| 3.6 | OS DESAFIOS DURANTE A COLETA DE DADOS NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES | 58 |
| 4 | A REALIDADE DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM TRÊS TEMPOS: COMPARAÇÃO ENTRE RESULTADOS DE PESQUISAS DO PROGRAMA DURAMAZ (I e II) E A PRESENTE PESQUISA..... | 61 |
| 4.1 | O DURAMAZ E O ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES | 61 |
| 4.2 | O MARGARIDA ALVES NO CONTEXTO PRODUTIVO LOCAL | 64 |
| 4.3 | A VISITA PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA | 71 |
| 4.4 | POR DENTRO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES: EVOLUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO ECONÔMICO | 74 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 5 | CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES..... | 81 |
| 5.1 | DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA | 81 |
| 5.2 | A CRIAÇÃO DE GADO BOVINO E OUTROS ANIMAIS | 100 |
| 5.3 | USO DA ÁREA DO ASSENTAMENTO: ASPECTOS PRODUTIVOS E AMBIENTAIS | 104 |
| 5.4 | DESAFIOS ENFRENTADOS NA PRODUÇÃO E PERSPECTIVAS DE FUTURO PARA OS ASSENTADOS | 113 |
| 5.5 | SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO | 124 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 127 |
| | REFERÊNCIAS..... | 132 |
| | APÊNDICE A – FORMULÁRIO UTILIZADO PARA A COLETA DE DADOS..... | 140 |

1 INTRODUÇÃO

Vivemos¹, no Brasil, um momento em que falar sobre agricultura familiar ou camponesa é algo delicado e, se for produção agrícola em assentamentos de reforma agrária na Amazônia, o assunto pode se tornar até perigoso. Entre outros fatos, essa realidade se deve tanto à crescente territorialização do grande agronegócio² na região, quanto aos recentes discursos pró-desmatamento e contra reforma agrária, intensificados a partir da campanha presidencial em 2018.

O discurso do “Agro é tudo” apresenta o poder tecnológico e as vantagens que as grandes empresas rurais têm a oferecer em prol do desenvolvimento do Brasil, inclusive na Região Amazônica. Temos nessa região, Estados que se destacam na produção de *commodities* agrícolas, principalmente soja, milho e carne bovina, dentre esses encontra-se Rondônia, que, de acordo com o recente Censo Agropecuário de 2017, produziu 800.293 toneladas de soja, 647.413 toneladas de milho e possui um rebanho efetivo de 9.827.017 cabeças de bovinos (IBGE, 2017).

O *slogan* oficial de propaganda do Governo do Estado é: “Rondônia, estado natural da pecuária”, de acordo com o *site* da Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia (SEAGRI). Divulga-se que em Rondônia a hegemonia produtiva e espacial pertence ao grande agronegócio, devido aos números significativos de sua produção agropecuária, representados pelo tamanho do rebanho bovino e pela produção de soja e milho que, a cada ano, ganha maior destaque na economia Regional nacional.

Os espaços produtivos ligados à agropecuária de Rondônia estão relacionados à estrutura fundiária, que não difere do restante do Brasil, quanto à desproporção referente ao tamanho das propriedades em mãos de poucos proprietários, acesso à terra e às condições de trabalho e de produção. De acordo com o Censo

¹ Neste trabalho utiliza-se a primeira pessoa do plural (nós). Isso se justifica por várias razões, dentre elas destaca-se a concepção de que todos, pesquisador e sujeitos pesquisados, participaram do processo dialógico discursivo presente nas relações e interações realizadas na investigação e na consecução de exposição, discussão e análise dos dados gerados em campo. É como se o indivíduo trouxesse consigo uma gama de dados, informações e conhecimentos prévios que o permite não ficar à margem do conteúdo de um diálogo; pelo contrário, a apercepção permite-o compreender a fala do outro com maior clareza e profundidade. Em outros termos, ninguém é sozinho no processo de apreensão e construção do conhecimento. É na interlocução discursiva com o outro que o desenvolvimento individual e coletivo acontece, como afirma Bakhtin (2016, p. 117): “Discurso é a língua *in actu*. [...] O discurso é tão social quanto a língua”. Isso porque, “[...] o mundo interior é uma arena povoada de vozes sociais em suas múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias; e em permanente movimento, já que a interação sociológica é um contínuo devir”. (FARACO, 2009, p.84).

² Na visão de Fernandes, o agronegócio passou a ser, estrategicamente, a nova denominação do “latifúndio” (FERNANDES, 2013, p. 191-192).

Agropecuário, de 2017, 70% dos estabelecimentos rurais no Brasil têm área entre 1 e 50 ha e apenas cerca de 2% de estabelecimentos apresentam área de 500 a 10.000 ha (IBGE, 2017).

De acordo com Censo Agropecuário de 2017, em Rondônia existem 91.438 estabelecimentos agropecuários, sendo que 74.329 (81,3%) foram classificados como de agricultura familiar. O número total de estabelecimentos agropecuários teve um aumento de 4.360 unidades, sendo 5% a mais em relação ao Censo Agropecuário de 2006. A área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Censo Agropecuário de 2017 foi de 9.219.883 hectares, enquanto no de 2006, era de 8.433.868 hectares, havendo, portanto, um aumento de 9,3% da área dos estabelecimentos no período entre os levantamentos. Para os estratos entre 10 e 100 hectares (Agricultura Familiar), de acordo com os três últimos censos, houve um pequeno aumento na porcentagem dos estabelecimentos, sendo 56,63% de estabelecimentos em 1996 (20,49% de área), 61,63% de estabelecimentos em 2006 (25,55% de área) e 59,69% de estabelecimentos em 2017 (23,48%).

É também no estrato de até 100 ha que se encontram os lotes dos assentamentos de Reforma Agrária, os quais contabilizam, em Rondônia, 224 Projetos de Assentamentos (PAs), criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017). Esse número é superado apenas pelos estados do Pará e Tocantins, com 397 e 378 PAs, respectivamente. Os Projetos de Assentamento em Rondônia, estabelecidos atualmente, estão ligados diretamente ao processo de colonização direcionada pelo Estado (União), por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), implementado pelos militares na década de 1970.

Entre 1970 e 1980, no então Território Federal de Rondônia (tornado Estado a partir de 1981), o INCRA implementou seis grandes PIC's (Ouro Preto, 1970; Sidney Girão, 1971; Jí-Paraná, 1972; P.A. Ribeiro e Paulo de Assis Ribeiro, 1973; Adolph Rohl, 1975) e dois Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD's), o Burareiro em 1974, e o Marechal Dutra, em 1978. Dentre os principais motivos para a implantação desses projetos, estava a necessidade de ocupação da região de fronteira, tendo em vista o combate ao comunismo, sob o lema "Integrar para não Entregar" e o alívio das tensões relativas à luta pela terra no restante do país, principalmente nas regiões Nordeste e Sul.

As políticas de Estado para colonizar Rondônia na década de 1970 podem ter criado, segundo o que afirma Silva (2012, p.60), um “espaço³ do campesinato” (Agricultura Familiar). Rondônia transformou-se em espaço de ações do Estado favoráveis à reprodução social do campesinato (acesso à terra), representado pelo trabalho familiar e por novas atividades agropecuárias, como incremento de sustentação financeira do camponês e do seu fortalecimento enquanto seguimento social. Para Araújo (2015), tais políticas não foram tão benéficas ao campesinato, havendo, na prática, favorecimento ao grande agronegócio, subordinando, em muitos aspectos, à agricultura familiar ao capital financeiro. A principal consequência é a dependência crescente em relação ao mercado.

Este último cenário se opõe diretamente, embora com menor visibilidade (por diversos fatores), ao cenário posto pelo grande agronegócio, fato que dá a Rondônia características *sui generis* em relação ao espaço rural. A agricultura em Rondônia também está intimamente ligada à produção camponesa nos assentamentos de Reforma Agrária, corroborando o que afirmou Silva (2012), ser um espaço da agricultura familiar camponesa, contrapondo-se à força homogeneizadora do grande agronegócio.

Por seu turno, devemos salientar que a discussão sobre campesinato ganhou legitimidade social e política no Brasil a partir de meados da década de 1990, passando a ser utilizada com maior destaque nos diversos discursos dos movimentos sociais rurais e na proposição de políticas públicas para o segmento. Durante o Governo Dilma Roussef, essa discussão perdeu importância com a nomeação da latifundiária Katia Abreu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o que denotou uma guinada em direção ao grande agronegócio.

Para Wanderley, o campesinato:

Corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p.26).

Os camponeses assentados da Reforma Agrária em Rondônia vêm assumindo

³ Aqui nos referimos a Espaço, enquanto categoria da Geografia.

cada vez mais uma dupla função, de garantia de melhor qualidade de vida para suas famílias e participação no fornecimento de gêneros agrícolas à crescente demanda de áreas rurais e, principalmente, urbanas, além de abastecer, com seus produtos, setores do grande agronegócio, como laticínios e frigoríficos.

Para entendermos a participação da produção camponesa nos assentamentos na economia local e desmistificar o imaginário popular, instigado pela mídia, de que os assentamentos de Reforma Agrária são improdutivos, é necessário avançarmos na pesquisa e avaliação de indicadores do papel multidimensional dos camponeses no contexto rural, pois essa é estratégia importante para a melhoria da qualidade de vida e permanência das famílias nos assentamentos. Também se torna relevante analisarmos a participação da produção camponesa ligada à Reforma Agrária e sua contribuição com as economias locais e regionais.

Essa contradição de cenários rurais existentes em Rondônia provoca e acirra diversos conflitos sobre qual seria a melhor opção para o espaço rural, o agronegócio praticado em grandes extensões de terra, com monoculturas e criações extensivas de gado, voltadas para o mercado externo, ou a convivência com a pequena produção agrícola camponesa que, além de prover seu sustento, contribui diretamente com a produção de alimentos que abastecem as mesas diariamente, laticínios, frigoríficos e supermercados em todo o estado, bem como, ainda, propiciam a permanência de famílias no campo.

A agricultura praticada nos assentamentos de reforma agrária em Rondônia é diversa e, atualmente, voltada, em sua maioria, para atender demandas de grandes grupos capitalistas rurais de produção de alimentos, como laticínios e frigoríficos multinacionais. Em Rondônia, há condições favoráveis de clima, solo e relevo para a pecuária leiteira. Trata-se do nono maior rebanho de vacas ordenhadas e da sétima bacia leiteira do país, a primeira da região Norte, com produção estimada em 972 milhões de litros, em 2018, o que equivalente a 2,8 % da produção nacional e a 47,7% do volume da região Norte (EMBRAPA, 2019).

De acordo com Araújo (2015), baseado em dados do IDARON (2013), mais de 80% dos produtores de leite em Rondônia são considerados pequenos agricultores familiares (camponeses), tendo como principal dificuldade a baixa utilização de tecnologias modernas, como vacas geneticamente melhoradas, falta de acesso à ração de qualidade preparada para cada tipo de necessidade nutricional dos animais, escasso melhoramento de pastagem com capim de qualidade e o transporte

inadequado, tudo isso deixa o produto com baixo valor agregado. Essas dificuldades se mostram maiores em assentamentos de reforma agrária.

Em 2019, os municípios de maior produção diária de leite localizam-se na região central de Rondônia, sendo os maiores produtores municípios de Ouro Preto do Oeste, com 82.461 litros/dia, e Jaru, com 73.317 litros/dia (IDARON, 2019). Na região central do estado, também se concentram laticínios e frigoríficos de grande porte, incentivando a criação bovina tanto para a produção de leite, quanto para o abate.

Distante cerca de 53 km do maior produtor de leite de Rondônia (Ouro Preto do Oeste), encontra-se o município de Nova União que, na década de 1970, foi um Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) do PIC Ouro Preto, emancipado na década de 1990. Nesse município, localiza-se o Assentamento Margarida Alves (recorte espacial da presente pesquisa). Para atender à crescente demanda por leite e carne bovina não só na região, mas em todo o país, tem modificado ao longo dos últimos cinco anos a forma de produção dos assentados da reforma agrária na região.

No Assentamento Margarida Alves, verificamos no trabalho de campo o crescente interesse dos camponeses em relação à produção de leite e de gado para o abate. Como essa mudança na forma de produzir e no tipo de produção tem modificado o modo de vida e as formas de resistência dos camponeses?

O referido Assentamento foi um dos 12 “campos” na Amazônia legal investigados pelo programa DURAMAZ (sigla francesa para “Determinantes do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira”), financiado pelo CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) e executado por uma parceria entre a Universidade de Paris (Paris 3 – *Sorbonne Nouvelle*) e universidades estadunidenses, francesas e brasileiras, entre estas, a UNIR (Universidade Federal de Rondônia)⁴.

A primeira etapa desse Programa foi executada em 2007, a segunda, em 2013, da qual participamos como membro colaborador e que resultou em nossa dissertação do mestrado em Geografia, pela UNIR, concluída em 2015. Embora o foco das

⁴ DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.-M.v (Eds). *L'Amazonie brésilienne et le développement durable*. Paris: Belin, 2010. 480 p.; LE TOURNEAU, François-Michel; Otávio do Canto. *Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções*, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.93-116, 2019, 978-85-88998-73-5. halshs-02354791; ARAÚJO, M. E. B. *A vida e a produção no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia*. Porto Velho, RO: UNIR, 2015, Dissertação de Mestrado, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET. Departamento de Geografia – DGEO. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – PPGG, Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2015;

pesquisas anteriores tenha sido diferente, esse conhecimento prévio permitiu-nos ter visão mais ampla do Margarida Alves, durante processo de investigação.

De lá para cá, surgiram outros trabalhos de pesquisa referentes ao Assentamento que, desde 2007, se destaca como exemplo de equilíbrio econômico e sustentabilidade ambiental, fato que chama a atenção de vários pesquisadores no mundo todo, especialmente as mudanças dos sistemas produtivos, de pequenas atividades de auto consumo e de produção voltada ao mercado.

Em um cenário nacional de notícias muitas vezes mentirosas sobre abandono das terras da Reforma Agrária, boatos sobre venda ilegal de lotes e expropriação da terra pelo grande agronegócio, no Assentamento Margarida Alves apresentam-se aspectos de resistência, inclusive com aumento da população assentada, principalmente devido aos matrimônios dos filhos dos assentados que, em muitos casos, passam a viver também no assentamento, com seus filhos e filhas. Apesar dos conflitos recentes na reserva legal do assentamento e dificuldades para produzir, os assentados do Margarida Alves continuam a mostrar que os assentamentos ainda são e serão territórios de luta e resistência em suas mais diversas formas. A adequação da produção às demandas do capital agroindustrial local é por nós entendida como uma estratégia para permanecer na terra por parte das famílias assentadas, porém, essa relação pode ser vista por outros ângulos também, como uma forma de sujeição e dependência em relação às alterações de mercado, deixando o camponês assentado da reforma agrária à mercê do grande capital.

A pesquisa que originou essa tese objetivou investigar o que os camponeses produtores familiares do Assentamento Margarida Alves têm feito para permanecer na terra, quais estratégias as famílias têm construído para preservar a dignidade, ampliar a renda e, conseqüentemente, melhorar sua qualidade de vida. Comparações entre dados de 2007, 2013 e 2019 permitiram-nos conhecer a evolução dos sistemas produtivos e das formas de comercialização utilizadas pelos assentados, bem como suas perspectivas de futuro. Estes são aspectos importantes para projetarmos as dinâmicas agrárias da região e possíveis caminhos para fortalecer as estratégias de resistência (ou mesmo iniciativas de protagonismo) dos camponeses em outras regiões de Rondônia e do Brasil.

Este trabalho está dividido em cinco partes, iniciando com a discussão sobre o espaço agrário brasileiro e suas desigualdades, com a apresentação do histórico da questão agrária no Brasil, especialmente da reforma agrária a partir dos documentos

legais, como também seus reflexos no processo de colonização recente do atual Estado de Rondônia. Em seguida, apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa, desde a caracterização da área de estudo, o processo de formação do assentamento Margarida Alves, a metodologia e as técnicas utilizadas na pesquisa, bem como os desafios enfrentados durante a coleta dos dados.

Após a descrição metodológica, iniciamos a parte que trata dos conceitos de interpretação dos resultados e de compreensão das discussões, e, ainda, da opção de compararmos dados de três períodos (2007, 2013 e 2019) para uma melhor compreensão da realidade do Assentamento e sua evolução produtiva. Na parte final, apresentamos os resultados e discussões dos dados coletados e as considerações finais com as reflexões sobre a atual realidade do Margarida Alves.

2 O ESPAÇO AGRÁRIO NO BRASIL: ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

2.1 HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A questão da distribuição de terras envolve conflitos desde a colonização do Brasil. De acordo com Miralha (2006), a desigualdade social e a concentração fundiária se estabeleceram com a instauração dos regimes de sesmarias, que consistia em um regime de posse da terra vigente em Portugal que também foi implantado no Brasil. Neste regime, o sesmeiro tinha o direito de posse, e o Estado mantinha o domínio das terras. No período colonial, apenas uma parcela da população compreendida por brancos “puros de sangue” e católicos (puros de fé) tinham direito à posse de terra, em detrimento da maioria da população composta por pobres, escravizados, índios, judeus, mouros etc.

No entanto, Silva (2015) comenta que, no início do século XIX, a situação da posse da terra apresentava um quadro caótico, pelo fato de não ter um ordenamento jurídico que possibilitasse determinar quem era ou não proprietário de terras no país, surgindo a necessidade de um instrumento legal que resolvesse esse caos fundiário estabelecido no país. A “Lei de Terras de 1850, e seu respectivo regulamento de 1854, possibilitou a normatização agrária que o Brasil precisava, embora, se conteste o seu caráter de expropriação das camadas menos favorecidas” (TAGLIETI, 2006, p.3).

Para Miralha (2006, p.153), a Lei de Terras de 1850 foi um recurso da elite do país a fim de manter inalterada a estrutura agrária, “[...] impedindo o acesso livre à terra por parte da população pobre que era maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café”. Silva (2008) considera que a Lei de Terras não foi um instrumento criado propriamente para impedir o acesso à terra, mas ao longo da história, tornou-se, uma vez que buscou privilegiar os interesses dos fazendeiros em detrimento às demandas dos diversos grupos sociais que compunham este território.

A reforma agrária estava longe de ser o objetivo do Estado no século XIX. Embora nesse período o momento histórico fosse propício para a realização dessa prática social, foi ignorada por prevalecer o interesse da elite brasileira em ter trabalhadores sem-terra para o trabalho nas lavouras de café (MIRALHA, 2006).

A Lei de Terras do Brasil teve sua vigência até a Revolução de 1930, embora, na ausência de outro instrumento normalizador, esta continuasse a servir de modelo

para casos de pendência entre o Estado e os particulares no que dizia respeito às terras devolutas. Foram promulgados alguns decretos-leis proibindo usucapião nas terras públicas, mas a prática não foi nem de longe abolida. Ainda assim, começou a se formar uma corrente de opinião preocupada com os desequilíbrios sociais provocados pela estrutura fundiária (SILVA, 1997).

O debate agrário, no entanto, que se estabelece desde a década de 1950, com as Ligas Camponesas, se fortalece no âmbito nacional durante a presidência de João Goulart (1961-1964) que propunha, entre as suas reformas de base, realizar a reforma agrária, visando eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores rurais (ARAÚJO, 2015).

Com a saída de João Goulart, por intermédio do Golpe Empresarial-Militar⁵ de 1964, a esperada Reforma Agrária não se concretizou, apesar de, em 1964, ter sido promulgado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), cuja lei teve como um dos objetivos promover a Reforma Agrária no Brasil, mas sem ser realizada efetivamente.

Em seus questionamentos sobre a reforma agrária no século XXI, Cosme afirma:

[...] já se passou mais de meio século do início do debate efetivo acerca da reforma agrária no Brasil, tomando como marco as discussões e propostas no bojo da elaboração da Constituição Federal de 1946 e as lutas das Ligas Camponesas por uma reforma agrária verdadeiramente camponesa, entre meados da década 1940 e os anos 1960. Nesse período de mais de 50 anos, diversas leis e planos foram construídos, a exemplo do Estatuto da Terra de 1964, I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, Constituição de 1988, Lei Agrária de 1993 e do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003. (COSME, 2016, p.1).

De acordo com Polinski e Pinto (2015), o debate a respeito da questão fundiária, no início da década de 1960, efervesceu por parte da sociedade, tornando a reforma agrária uma reivindicação concreta, ganhando forças nos mais diversos lugares do Brasil, tendo a atenção do governo e tornando-se um elemento de grande importância para o processo econômico e social do país. Assim, tem-se a primeira ação do Governo Federal em 1962 para a efetivação da reforma agrária, com a implantação do decreto da criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA)

⁵ Gilberto de Souza Marques, em seu livro “Amazônia: riqueza, degradação e saque” (MARQUES, 2019), cunha este termo para se referir ao período dos governos militares no Brasil.

e, em 1963, houve a elaboração da Legislação Trabalhista regulamentando as relações de trabalho no campo, aprovando-se o Estatuto do Trabalhador.

Com a chegada do Regime Empresarial-Militar em 1964, o governo inicialmente apresentou posicionamento favorável a algum tipo de distribuição de terras, a partir de medidas antes tomadas pelo Presidente da República João Goulart. De acordo com o §1º, do art. 1º, que se encontra na Lei 4.504/64 (BRASIL, 1964), o objetivo era de atender aos interesses sociais com a desapropriação de terras que se localizavam ao longo das rodovias, ferrovias e açudes que pertenciam exclusivamente à União.

O governo empresarial-militar, além da edição do Estatuto da Terra, também criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) com o objetivo de substituir a SUPRA (BRASIL, 2015), como citado no texto de Schmitz e Bittencourt:

No Brasil, tem-se o Estatuto da Terra, em vigor até os dias atuais, sob a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Este representa um conjunto de normas que regula os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, especificamente para execução da reforma agrária e promoção da política agrária. De maneira geral, a reforma agrária visa promover uma melhor distribuição da terra mediante mudanças no regime de posse e uso, buscando respeitar os princípios de justiça social e economicidade. Contudo, para que uma melhor distribuição de terras seja efetiva no sentido de provocar emancipação socioeconômica dos produtores, demandam-se políticas agrícolas adequadas de amparo e orientação às atividades rurais com vistas à produtividade e emprego dos recursos produtivos e, quando necessário, de interconexão com o setor industrial. (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014, p.587).

O Estatuto da Terra estabelece, em seu artigo 2º, que “[...] é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei” (BRASIL, 1964). Em seguida, o mesmo dispositivo traz no seu parágrafo primeiro quais os elementos necessários para que a propriedade desempenhe integralmente a sua função social.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (BRASIL, 1964).

A referida Lei estabelece ainda que é dever do Poder Público:

Art. 2º/a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem, em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;

[...]

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho. (BRASIL, 1964).

O conjunto de regras de regulação da propriedade da terra é uma questão fundamental para a produção rural em qualquer parte do mundo, isso porque não se pode produzir nenhum bem originalmente rural sem disponibilidade de terra. Dessa forma, o conjunto de normas e instituições que doutrinam a questão agrária é fundamental para que os investimentos efetivos e a produção se realizem (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014).

Após o término do regime empresarial-militar no Brasil, iniciou-se a discussão mais efetiva em relação à concretização do que se pensava por reforma agrária. Em 1985, foi criado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), chegando tardiamente, pois os militares haviam iniciado quase uma década antes, na Amazônia, a “tentativa” de ludibriar a opinião pública, colonizando a região por interesses próprios e do grande capital nacional e estrangeiro.

Caberia ao primeiro presidente civil liderar o País após o regime de militares na condução das novas políticas para implementação da reforma agrária. Nesse sentido, em 1985, o Presidente José Sarney sancionou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, com desdobramentos posteriores na elaboração da Constituição Federal de 1988.

A Constituição de 1988 traz em seu capítulo III a definição dos regulamentos da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, com destaque ao art. 184, o qual expressa que se houver interesse social, a União pode desapropriar para fins de Reforma Agrária o imóvel rural que não cumprir a função social. Essa desapropriação é realizada com prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, os quais podem ser resgatados em até 20 anos, após o segundo ano de sua emissão (BRASIL, 1988).

A definição de função social na Constituição de 1988 apresenta semelhança com aquela estabelecida no Estatuto da Terra:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo os critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Houve mudança na redação substituindo a “manutenção da produtividade”, prevista no Estatuto da Terra, pelo “aproveitamento racional e adequado”, na Constituição de 1988; a conservação dos recursos naturais pela utilização adequada desses recursos; mas desapareceu a menção de bem-estar à família que ficou restrita ao trabalhador na Constituição de 1988. De certa forma, houve a incorporação da racionalidade produtiva e das relações de trabalho na função social.

O art. 189 esclarece que os títulos de concessão do uso dos imóveis rurais recebidos pelas pessoas beneficiadas por meio da reforma agrária são inegociáveis pelo período de dez anos. Tanto o homem, quanto a mulher, qualquer que seja o estado civil, podem receber o título de concessão, de acordo com as regras previstas em lei (BRASIL, 1988).

2.2 OS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA: DE 1985 E DE 2003

Com as discussões sobre a necessidade ou não de realização de uma efetiva reforma agrária, logo depois da posse do Presidente da República José Sarney, após o término da Ditadura Empresarial-Militar, em 1985, criou-se o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), condicionado ao Estatuto da Terra, visando à redemocratização da distribuição da terra no país (SOUZA; JÚNIOR, 2011).

O I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA), instituído pelo Decreto 91.766 de 10 de outubro de 1985, pretendia, como expresso em seu Art. 1º, beneficiar 1.400.000 famílias entre os anos de 1985 e 1989 (BRASIL, 1985), depois sendo alterado para um milhão em 1991 (OLIVEIRA, 2007).

Em documento anexo ao Plano, constam as reflexões feitas acerca das justificativas do referido documento. Afirma-se que a implantação do I PNRA buscava, de acordo com as palavras do então Presidente José Sarney, “[...] resgatar uma dívida

social para com milhões de trabalhadores do campo e, também, de oferecer uma resposta ao desafio do Brasil ao seu próprio destino” (BRASIL, 1985). O I PNRA tinha como objetivo atingir metas definidas a partir do cumprimento dos preceitos constitucionais e da aplicação do Estatuto da Terra.

O referido Estatuto visava disciplinar vários aspectos da relação entre o homem e a terra. Portanto, além de pôr em prática a reforma agrária, previa a promoção de políticas agrícolas, cuja articulação entre ambas era assim entendida no I PNRA:

[...] o conjunto de providências de amparo à produção agropecuária através de mecanismos como crédito, seguro agrícola, preços mínimos, geração e difusão de tecnologia, sistemas de escoamento, de eletrificação e de comercialização da produção. Assim, não há como confundir os dois institutos, porém, não há como dissociá-los na aplicação prática, em busca do bem comum e da solução dos problemas fundiários. Embora distintas quanto ao conteúdo das ações previstas, a Política Agrícola e a Reforma Agrária se completam: o êxito da Reforma Agrária estará diretamente condicionado à aplicação efetiva das medidas adequadas de Política Agrícola. Inversamente, os objetivos da Política Agrícola podem ser obstados pelos entraves das estruturas fundiárias inadequadas. A democratização do acesso à propriedade da terra - objetivo básico da Reforma Agrária - compatibiliza-se, assim, com os esforços desenvolvidos pelo atual governo, sobretudo, por meio do Ministério da Agricultura, para definir uma nova Política Agrícola que, entre outros objetivos, propõe dar prioridade à produção de alimentos básicos, democratizar o crédito rural, assistir milhões de pequenos produtores, não condicionando essa prioridade ao abandono do setor modernizado, que também produz bens para o mercado interno e para a geração de divisas e agroenergia. (BRASIL, 1985, p.12).

Os objetivos do plano foram estabelecidos em concordância com as diretrizes gerais de ação do Governo da Nova República⁶. A reforma agrária seria efetivada por meio de “programas plurianuais e ações específicas, procurando atingir os seguintes objetivos”:

Geral: Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural. Específicos: a) contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, visando ao atendimento prioritário do mercado interno; b) possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho; c) promover a diminuição do êxodo rural, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes; d) contribuir para aumentar os benefícios

⁶ Esta denominação é aplicada ao período que se estabelece com o fim do regime militar, em 1985.

sociais proporcionados pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento do setor rural; e) promover a paz social no meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão. Tais objetivos condicionarão a elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária. (BRASIL, 1985, p.16 – 17).

A complexidade da reforma agrária exige que sua concretização seja responsabilidade de todas as instâncias do Governo Federal, assim como dos governos estaduais e municipais. A não realização da Reforma Agrária em sua plenitude reflete os baixos níveis de renda da população rural e urbana, que deixou o campo por falta de terra para o trabalho; a ampliação das taxas de desemprego e a pressão permanente sobre as cidades de médio e grande porte, onde hoje se encontram apreciáveis contingentes de mão-de-obra rural, entre a marginalidade, a pobreza urbana e o subemprego rural (BRASIL, 1985).

Porém, diante de pressões contrárias à Reforma Agrária, como por exemplo a realizada pela União Democrática Ruralista (UDR), o I PNRA sofreu alterações significativas, dificultando, assim, grande parte do processo de desapropriação. Segundo Ranieri (2003, p.13), “[...] o número de beneficiários de projetos de reforma agrária no final do governo Sarney (1990) não atingiu 10% da meta inicial”.⁷

Com base nos trabalhos de Oliveira (2007) e Ramos Filho (2008), Vecina (2012) afirma a existência de falhas graves na versão final do I PNRA, pois não atenderiam ao interesse dos trabalhadores rurais, impedindo ou travando de alguma maneira a concretização da reforma agrária e:

[...] o Plano (em seu texto final) trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra elaborado no Governo Militar, começando pelo artigo 2º, § 2, do Decreto no 91.766 de 1985 (decreto que deu origem, após várias versões revogadas pela área ruralista, ao I PNRA), no qual a desapropriação é colocada como secundária entre as medidas a serem adotadas pelo governo. O plano, após várias versões, deixou de intentar “mudar a estrutura fundiária” para “contribuir para modificar o regime de posse e uso da terra”; não decretou as áreas prioritárias, remetendo tal escolha ao nível regional (mais suscetível às pressões locais); e ainda, em alguns estados, remeteu toda a área rural como prioritária, o que originava no fim um empecilho para a sua realização, uma vez que “se toda a área de um estado é prioritária, não há um ponto preciso do local para iniciar política de tal natureza. (VECINA, 2012, p.3).

⁷ PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinha como objetivo principal, dar celeridade à Reforma Agrária e assentar cerca de 1,4 milhão de famílias até o fim do seu mandato. Mais uma vez, a ideia ficou apenas no papel, pois, pressionado pela bancada ruralista⁵, o então Presidente Sarney não conseguiu assentar mais 90 mil famílias (ARAÚJO, 2015, p. 43).

Os governos imediatamente posteriores a José Sarney, como Itamar Franco, vice e sucessor de Collor (primeiro presidente a sofrer *impeachment* na história do Brasil), foi responsável pelo maior número de desapropriações do período: 85% das desapropriações realizadas no período 1990-1994 – aproximadamente 215 desapropriações, mas que são números insignificantes considerando 1,4 milhões previstos no I PNRA (VECINA, 2012).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), devido a vários episódios de violência e massacres contra trabalhadores rurais sem terras, resultando em forte pressão social pela reforma agrária, o governo criou, em 1996, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (transformado um ano depois em Ministério do Desenvolvimento Agrário). As famílias sem terra foram tratadas, segundo Vecina (2012), não como reflexo de um problema de concentração fundiária, mas sim dentro do bojo das políticas compensatórias.

Conforme afirma Coelho (2016), o governo FHC só assumiu a pauta da reforma agrária devido à pressão exercida pelos movimentos sociais e por grupos de intelectuais que simpatizavam pela causa. Mesmo a reforma agrária estando presente nos programas políticos de FHC (eleições de 1994 e de 1998), em seus dois mandatos, a mesma não foi priorizada. Vários fatos durante esse período levaram FHC a se posicionar em relação à reforma agrária, como por exemplo, a Marcha Nacional do MST em 1997, os Massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e o de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996 (COELHO, 2016). Após esses acontecimentos, a reforma agrária entrou em algumas pautas do governo, “obrigando” FHC, logo no seu segundo ano do primeiro mandato (1996), a criar o Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, mais tarde transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (COELHO, 2016).

Se analisarmos de uma maneira simplista, como afirma Coelho (2016), em relação à visão de Sérgio Fausto (2012), FHC teria sucesso em seu programa de reforma agrária, pois havia assentado “[...] mais de 450 mil famílias”, número superior a qualquer governo desde a redemocratização (FAUSTO, 2012, p. 506-507). No entanto, Oliveira (2007) chama a atenção para a continuidade de alta concentração de terras após o período de governo FHC: 111 mil propriedades se apropriavam de 209 milhões de hectares (48% dos 436.596.000 hectares de terras cadastrados no INCRA), ficando 1.140.000 pequenas propriedades com 74 milhões (17%).

No segundo mandato de FHC, duas medidas provisórias restringiram o acesso dos trabalhadores à terra, a Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001 e a MP 2.109, respectivamente: preveem o não assentamento das famílias que tivessem participado de ocupações; e a não vistoria por dois anos da propriedade que tivesse sido ocupada uma vez, e por quatro das que tivessem sido ocupadas mais de uma vez (OLIVEIRA, 2007; VECINA, 2012).

Por essas razões, a eficácia da reforma agrária ficou prejudicada, pois os objetivos do I PNRA ficaram longe de serem alcançados, e, mais uma vez, o sonho do acesso democratizado à terra ficou relegado para milhões de brasileiros.

Com a chegada no poder do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, uma nova, mas também questionada, visão sobre a reforma agrária entrou em cena no Brasil, com a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária-II PNRA, com o título de “Paz, produção e qualidade de vida no meio rural” (BRASIL, 2003). Este Plano foi apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília – evento inédito de unidade dos movimentos e entidades do campo.

O Plano foi fruto do empenho coletivo de servidores e técnicos, com a contribuição dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica, construído num amplo diálogo social. Buscou agrupar qualidade, quantidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos numa ação integrada de governo e com a participação social na sua implementação. Durante o processo de preparação do II PNRA, contou também com a importante contribuição do professor Plínio de Arruda Sampaio e uma equipe de especialistas de diferentes instituições acadêmicas (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

O II PNRA pretendia ir além da garantia do acesso à terra. Previa ações para que homens e mulheres pudessem produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde e educação, energia e saneamento (BRASIL, 2003). Também trouxe inovações diversas em relação à necessidade de frear os crescentes conflitos no meio rural, principalmente na Amazônia, e à inclusão de comunidades e povos tradicionais:

A Reforma Agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela sua contribuição à superação da desigualdade e a exclusão social de parte significativa da população rural (BRASIL, 2003, p.4).

[...]

O público do PNRA inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outros segmentos da população que habita os municípios rurais que não se dedicam às atividades não agrícolas, porém a elas diretamente ligados, num universo que chega a cerca de 50 milhões de pessoas. (BRASIL, 2003, p.7).

De acordo com o II PNRA (2003), as metas representavam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006, pretendia-se ter 400 mil novas famílias assentadas, e 130 mil famílias com acesso à terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil com estabilidade na terra devido à regularização fundiária. A pretensão era de mais de um milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. Previa ainda:

[...] implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária; garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. (BRASIL, 2003, p.38).

Para vários autores (FERNANDES, 2007; OLIVEIRA, 2010; VECINA, 2012), houve bastante desinformação em relação ao cumprimento das metas propostas no documento de 2003. Para tais autores, os números são bastante contestáveis, pois afirmam que o INCRA (seguindo as diretrizes governamentais) estava assentando famílias em áreas onde havia assentamentos e expulsando famílias que estavam assentadas, como assinala Vecina (2012), referente a uma nota do MST:

[...] a política de Reforma Agrária [do governo Lula] nada tem de original e repete os mesmos passos do governo Fernando Henrique Cardoso: inflaciona números; contabiliza a reposição de lotes em assentamentos antigos como novos assentamentos e assentamentos precários no norte do país em terras públicas, preservando os grileiros da região. (MST, sem data, citado por VECINA, 2012).

Para os analistas dos planos de reforma agrária, o que foi feito pelo INCRA e pelo MDA foi um “superfaturamento” das metas propostas em 2003. Segundo Oliveira (2010):

[...] como o INCRA não fez a reforma agrária, passou a divulgar como dado dos assentamentos novos o total das RBs emitidas (Relações de Beneficiários), que incluíam, em seu total, os assentamentos novos que foram somados à regularização fundiária, ao reconhecimento de assentamentos antigos e aos reassentamentos de atingidos por barragens. (OLIVEIRA, p.306-7).

Vecina (2012) também comenta:

Isto é, apesar de colocar as metas em separados, ao publicar os relatórios, o INCRA colocava todos os dados como se fossem de assentamento de reforma agrária, além de relançar dados antigos. (VECINA, 2012, p.13).

Observamos que, mais uma vez, a reforma agrária ampla e socialmente justa, não ocorreu com o II PNRA. A questão fundiária no Brasil, como explicitamos, vem do início do povoamento do Brasil e, ao que parece, continuará sem solução ainda por muitos longos anos. Na Amazônia brasileira, houve (e ainda há), por muitos anos, tentativas de colonização e povoamento que instigam as lutas pela reforma agrária. Veremos, a seguir, o caso de Rondônia.

2.3 A COLONIZAÇÃO RECENTE EM RONDÔNIA: “INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR”

Entendemos Rondônia como o espaço que serviu de campo de experimento para variados tipos de políticas de colonização e reforma agrária criados pela União, tendo vários projetos implantados em seu território após a primeira metade do século XX. Entre as décadas de 1970 e de 1980, o regime empresarial-militar criou uma série de programas e projetos para colonizar a Amazônia brasileira, e Rondônia recebeu a maior parte desses migrantes colonos para desenvolverem a agricultura local (ARAÚJO, 2015; SILVA, 2012).

Para Marques (2019, p.89), “[...] com o golpe empresarial-militar de 1964, os governos ditatoriais desenvolveram, um discurso de ameaça à soberania brasileira sobre a Amazônia”, colocando a região na Doutrina de Segurança Nacional. Assim, restava tão somente ocupá-la, e isso foi feito, mas, privilegiadamente por militares, grandes proprietários e pelo capital empresarial. Ainda de acordo com o autor:

[...] a entrada do capital na região, numa relação capital internacional, nacional e Estado autoritário, com a aceitação da burguesia local, se deu mediante a sua valorização. Substituiu relações sociais e de produção preexistentes, desapossando grande parte da população local, gerando com isso conflitos que ainda hoje se mantêm. (MARQUES, 2019, p.91).

Em 1966, o presidente Castelo Branco (governou entre 1964 e 1967) lançou a “Operação Amazônia”, um conjunto de instrumentos legais que envolveu o estabelecimento de leis e mudanças na configuração das instituições federais na região. A “Operação Amazônia”, cujo instrumento legal era a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 que, em seu artigo 53, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, e, no artigo 9º, instituiu a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Começava então um novo ciclo de políticas na região, profundamente marcada pelas diferentes formas de ocupação, tais como a abertura de grandes rodovias de integração da Amazônia ao restante do Brasil (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014).

Essas ações tinham como objetivo demonstrar aos “investidores” de fora da região todas as riquezas que poderiam se apropriar, caso quisessem. O presidente Castelo Branco expressa seu real interesse na seguinte fala⁸:

Iremos mudar a fisionomia da Amazônia [...] cabe ao empresariado privado doravante transformar vastos recursos naturais revelados, em riqueza efetiva a ser incorporada à economia nacional sob a égide de nossa legislação. (CASTELO BRANCO, 1966, citado por MARQUES, p.93)

Naquele contexto, a entrada do grande capital investido no início da década de 1960 beneficiaria grupos empresariais pela implantação, sob as bênçãos da União, de “nova dinâmica” produtiva da Amazônia, causadora de grandes preocupações, ainda atualmente, aos ambientalistas e às comunidades e povos tradicionais na região, marcada pela sequência de derrubada da floresta, de colocação de gado e de produção de grãos.

Após a concretização da “Operação Amazônia”, os incentivos fiscais foram ampliados e direcionados para a pecuária, gerando contínua busca por terras para

⁸ Discurso proferido pelo então Presidente Castelo Branco, em 20 de setembro de 1966, às margens do rio Branco, que banha Boa Vista, capital de Roraima (MARQUES, 2019. p. 93).

“conformação de fazendas”, pois quanto maior o tamanho da terra, maior era o montante de dinheiro público a receber (MARQUES, 2019, p.156).

A concentração fundiária na Amazônia, observada para exploração agropecuária e madeireira (em outra análise, mineral também), gera conflitos, devido à procura dos camponeses por terra, principalmente migrantes que “marchavam” em direção à região, seguindo o fluxo das novas rodovias abertas em meio à floresta, como a Belém-Brasília e a BR 364 sentido Acre. Estes eventos criam uma verdadeira corrida por terras na região, dando visibilidade e causando preocupação ao governo que toma nova postura em relação a como lidar com as terras amazônicas (MARQUES, 2019)

Assim, com o término do Governo Castelo Branco e a chegada ao poder do presidente Costa e Silva (de 1967-1969), a questão da terra, particularmente em relação à Amazônia, se transformou num problema militar, devendo-se, portanto, ocupar os “espaços vazios⁹”. A partir de 1969, o presidente Médici (1969-1974) afirmou que a terra sem homens receberia homens sem-terra, mas que tipo de homens? A terra sem homens deveria receber os homens do capital (MARQUES, 2019). Mas, sabemos que os “homens do capital” necessitam da classe trabalhadora para obter lucros com as suas atividades, pois o capital prescinde do trabalho vivo. Por conta disso, também era necessário trazer uma parcela da classe trabalhadora para a região, assentando-os em projetos de colonização.

Com esse intuito, o Governo Federal criou diversos Projetos Integrados de Colonização e Projetos de Assentamentos Dirigidos (PICs e PADs), trazendo para os estados e territórios federais da Amazônia (como Rondônia¹⁰) milhares de pessoas, trabalhadores rurais, com e sem dinheiro, para receberem e ocuparem porções da floresta. É comum ouvirmos relatos dos chamados “Pioneiros”¹¹ ou “Bandeirantes de Rondônia”¹², em que muitas famílias vinham para Rondônia após juntarem o pouco que tinham (bens materiais), embarcaram em um caminhão, muitas vezes junto com

⁹ Vazios, pois os povos originários da região sempre foram desconsiderados nos discursos e ações relativos à integração da Amazônia.

¹⁰ O atual Estado de Rondônia à época ainda era Território Federal de Rondônia.

¹¹ Homens e mulheres que chegaram a Rondônia no início da chamada colonização recente nos anos 1970.

¹² Expressão do Hino de Rondônia que se refere aos que aqui chegaram “primeiro”.

outras famílias que trabalhavam em grandes propriedades no Sul e Sudeste em busca de terras “de graça” para trabalharem e “fazerem a vida”¹³.

Mas também, conhecemos muitos casos, principalmente na região sul do estado, de pessoas com médias e grandes propriedades nas mesmas regiões Sul e Sudeste do Brasil que as vendiam e, com o dinheiro da venda, investiam em grandes porções de terra em Rondônia, incrementando o seu ganho. Muitas vezes compravam terras abandonadas pelos agricultores pobres que não conseguiam produzir¹⁴.

O então Território Federal de Rondônia, que à época contava apenas com dois municípios (Porto Velho e Guajará Mirim), recebeu oito projetos de colonização (6 PIC's e 2 PAD's), implantados pelo INCRA. O intuito era atender às novas políticas para a Amazônia, ocupando a região e aliviando tensões relativas à luta pela terra espalhadas pelo País, com massas de trabalhadores expropriados dos meio de produção (terra de trabalho), os quais reivindicavam seu espaço para garantir a sua sobrevivência e dos seus familiares (ARAÚJO, 2015).

Silva (2012) afirma que, de início, o INCRA executou o modelo de assentamento rural conhecido por Projetos Integrados de Colonização (PIC), cuja organização consistia na presença do Estado (na figura do INCRA) “[...] em todas as fases do assentamento rural, desde a distribuição dos lotes de até 100 hectares, garantindo crédito, assistência técnica e social, produção e armazenagem aos camponeses”. (SILVA, 2012, p.63). Assim:

O PIC Ouro Preto foi o primeiro a ser criado e a presença do governo na assistência quase que total aos colonos teve um efeito-demonstração que mobilizou novos fluxos de migrantes, crescendo a demanda por terras e a conseqüente expansão da colonização em novas áreas de Rondônia. (SILVA, 2012, p.63).

Devido à grande massa de migrantes, o INCRA teve de adotar outra forma (metodologia) de assentamento, os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs), garantindo o acesso à terra sem o apoio governamental dispensado aos PICs (SILVA, 2012). Nesse novo modelo, o “Estado exigia dos colonos maior especialidade no trabalho agrícola, recursos financeiros e experiência para ter acesso ao crédito, sendo

¹³ As expressões aqui citadas entre aspas são recorrentes nas falas dos habitantes de Rondônia quando se referem ao passado colonizador.

¹⁴ Ver o documentário “Nas Cinzas da Floresta”, da série “A Década da Destruição”, de John Adrian Cowell.

os lotes com áreas entre 250, 500 e 1.000 hectares, destinados à médios e grandes fazendeiros e à empresários rurais” (AMARAL, 2004, p.56-57).

Santos *et al.* (2016) nos dá o cenário de como se dividiu o processo de colonização e desenvolvimento agrícola do Território Federal de Rondônia.

O desenvolvimento da agricultura em Rondônia dá-se a partir de três projetos de colonização: Colonização Pública Federal (INCRA); Colonização Pública Territorial; e a colonização privada. A principal foi a colonização organizada pelo INCRA, que na década de 1970 apresentou os Projetos Integrados de Colonização (PIC) Ouro Preto, localizado na região central, próximo à Vila de Rondônia e principal PIC; Jy-Paraná, na região de Cacoal, com grande número de famílias assentadas; e o Sidney Girão, localizado em Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, sendo o último a ser ocupado, somente a partir de 1974, quando os outros já estavam saturados. De forma geral, os PIC's apresentavam estruturas semelhantes, com lotes de até 100 hectares para as famílias praticarem a agricultura e alguns de 200 ha para a criação de gado. Já se notava que a pecuária seria a principal atividade produtiva na frente pioneira. (SANTOS *et al.*, 2016, p.5).

Esse fato garantiu à Rondônia características socioeconômicas particulares, tendo predomínio da atividade pecuária e, gradativamente, da produção de grãos, sendo hoje conhecido, em termos regionais, como um “Estado do grande agronegócio e da pequena agricultura”, concomitantemente, porque ambas as atividades são oriundas do processo de colonização recente do Estado. Inclusive vários municípios de Rondônia são originários da emancipação de antigos projetos de colonização (SILVA, 2012 e 2015; ARAÚJO, 2015).

Das migrações em massa para a região, a partir de 1970, e das já citadas emancipações de Projetos Integrados de Colonização, temos o caso do PIC Ouro Preto do Oeste, localizado na região central do Estado e o primeiro projeto a ser implantado, cuja emancipação resultou na criação do município de Nova União, onde se encontra o Assentamento Margarida Alves, objeto de estudo de nossa pesquisa.

Para Silva (2012, p.60), o “cerne” da política de colonização estava na produção de condições materiais para efetivar novas relações produtivas, inserindo elementos de “sociabilidade capitalista à floresta”. Porém, o fracasso na implantação e efetivação de programas e projetos de colonização agrícola no eixo da Transamazônica motivou a ocupação de novas terras na Amazônia Ocidental por parte do governo. Os principais motivos desse direcionamento já apresentamos na introdução desse trabalho. O autor lembra que a introdução dos pacotes tecnológicos trazidos pela

“revolução verde” causou transformações na estrutura da agricultura brasileira, mecanizando as grandes propriedades e, principalmente, concentrando a terra, expropriando a pequena agricultura do acesso a esse bem de produção, sendo que esse último fator seria a razão do grande fluxo populacional das regiões Sul e Sudeste para Rondônia.

Essa intensa migração alterou a estrutura populacional de Rondônia de forma significativa, com um grande salto populacional, passando de 111.064 habitantes, em 1970, para 491.025 habitantes, em 1980, sendo que, em sua maioria, essa população teve como destino as áreas dos projetos de colonização.

O governo propagandeava e convocava os brasileiros a virem para a região.

O governo militar fomentava o espírito de patriotismo dos brasileiros, alegando que vir para a Amazônia não era apenas uma possibilidade de enriquecer, mas um dever patriótico dos brasileiros. A propaganda era feita através do projeto de colonização oficial. (FONSECA, 2015, p. 30).

Reel (2011) destaca o discurso do governo do Presidente Médici (que hoje dá nome a um município de Rondônia), em relação ao chamamento dos que viriam ajudar no desenvolvimento do país naquele momento.

A propaganda oficial anunciava: ‘Terra sem homens para homens sem terra’. (...) O Governo insistia: Comprar os lotes de floresta era mais do que uma oportunidade econômica – era um dever patriótico. Médici alertava: se o Brasil não tirasse proveito do potencial econômico da Amazônia, outros países poderiam cair em cima dela e agarrar a oportunidade. ‘Integrar para não entregar’ se tornou o mantra do governo. (REEL, 2011, p.47-48).

E muitos vieram. Em Rondônia, nem sempre o INCRA conseguia atender as demandas dos recém-chegados, não por falta de terra, mas por falta de estrutura física, orçamentária e de recursos humanos (SILVA, 2012). A partir de 1976, o INCRA deixou de atender aos PICs, alegando serem paternalistas e implementou uma nova metodologia, os Projetos de Assentamento Dirigidos, os PADs.

Como escrevemos na introdução deste trabalho, os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) foram criados para atender famílias especializadas na produção agrícola e com recursos financeiros maiores para aquisição de crédito. Para tanto, foram criados dois PADs: o Burareiro e o Marechal Dutra. Estes últimos tinham uma forma de produzir dirigida, voltada para gêneros que seriam comercializados no mercado externo como, por exemplo, o cacau. Silva (2012) diz que esse modelo

favoreceu a formação de áreas de grandes fazendeiros, dando faces diferentes ao processo de colonização.

Para Ianni (1986), a colonização de Rondônia, durante o regime militar, foi mesclada entre espontânea e oficial. Na migração espontânea, geralmente o agricultor luta pelo uso e posse da terra, entrando em conflito com os antigos donos das terras e com projetos de colonização dirigida. Assim:

Em decorrência da intensidade da migração e da capacidade atual da absorção imediata dessa população, o migrante, ao chegar ao território, depara-se basicamente com problemas de duas ordens: dificuldades relativas à aquisição de terra; deficiência de serviços públicos do Território. Rondônia possui realmente, terras de boa qualidade para exploração agropecuária. Mas essas terras já estão praticamente ocupadas em sua totalidade. (IANNI, 1986, p.140).

Ao somarmos todos os projetos de colonização implantados em Rondônia, entre 1970 e 1980 (já citados), temos aproximadamente 2,6 milhões de hectares, sendo 1.795.521 hectares (68%) destinados aos pequenos camponeses, com lotes de até 100 hectares. Ao longo dos anos, o espaço da pequena agricultura familiar consolidou-se nos estratos de até 100 hectares, representando, atualmente 80%, dos estabelecimentos rurais do Estado. Estaria, a partir de então, formada uma nova configuração espacial: os PICs para os pequenos agricultores e os PADs para os médios e grandes produtores rurais. Lembramos que, além dos projetos oficiais (criados pelo Estado com recursos da União), Rondônia também teve a presença, menos estudada, da chamada colonização particular que, de acordo com estudo de Cunha e Moser (2010, p.131):

Foram realizadas por empresas particulares de colonização devidamente registrada no INCRA em terras particulares ou públicas submetendo a aprovação deste instituto os seus projetos de colonização para cada área, no período entre 1970 e 1980. A clientela potencial dos projetos de colonização particular é a do tipo empresarial, constituída por agricultores de média renda, com tecnologia mais avançada e possuidores de crédito bancário.

O exemplo mais conhecido foi o da colonizadora particular CALAMA (que hoje dá nome a um grande bairro na região central da capital Porto Velho), surgida em Rondônia entre os anos 1967/1968, inicialmente contestada pelo INCRA. Somente em 1976, o INCRA aprovou o “[...] projeto técnico apresentado pela CALAMA S/A reconhecendo-a como colonizadora particular e autorizando a execução do projeto” (CUNHA; MOSER, 2010, p. 131). Durante o período de não aprovação de projetos

referentes à colonização particular, várias famílias deixaram as terras de empresas, como da CALAMA S/A, e foram encaminhadas para os então projetos de colonização oficial, principalmente o PIC Ouro Preto do Oeste.

Mesmo com as tentativas de outras empresas de fixarem projetos de colonização particular, foram os oficiais que conseguiram atender às expectativas de aquisição de terras por parte dos grupos de migrantes chegados ao Território de Rondônia, sem recursos financeiros para adquirirem terras particulares. Devido a área e o objeto de estudo deste trabalho localizarem-se em pretérita área de colonização oficial, não nos adentraremos nas discussões sobre colonização particular em Rondônia¹⁵.

Concordamos com Silva (2012), pois o Estado produziu o espaço da pequena agricultura camponesa em Rondônia a partir de suas políticas diretas de colonização, assim transformado pelas estratégias de reprodução social da pequena agricultura, representado pelo trabalho familiar e por novas atividades agropecuárias que deram sustentação financeira ao pequeno agricultor, sem deixar de ser também, território do agronegócio¹⁶ com expressiva produção de grãos (soja e milho) e bovinocultura de corte e leite.

¹⁵ Para saber um pouco mais sobre colonização particular em Rondônia, ver CUNHA, E. T.; MOSER, L. M. Os Projetos de Colonização em Rondônia. Porto Velho - **Revista Labirinto** – Ano X, nº 14 – dezembro de 2010.

¹⁶ Aqui seguimos com a ideia dada por Fernandes (2004, p.3), que afirma que o agronegócio procura representar a imagem da produtividade e da geração de riquezas. Torna-se o espaço por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Constitui-se em um novo tipo de latifúndio com abrangência maior; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A década de 1970 foi marcante para a formação territorial de Rondônia. Como escrevemos anteriormente, até esse período o Território Federal de Rondônia contava apenas com dois municípios (Porto Velho e Guajará Mirim) e, a partir da implantação dos PIC's e PAD's, surgiram outros municípios e seus distritos que, nas décadas seguintes, se emanciparam e também se tornaram novos municípios, como o caso do PIC Ouro Preto do Oeste, nosso ponto de partida para descrever a área de estudo.

O município de Ouro Preto do Oeste originou-se do antigo Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (PIC Ouro Preto), criado pelo INCRA em 1970, sendo que sua fundação (enquanto município) data do ano de 1981 (SILVA, 2012). Na década de 1990, dois novos municípios, Mirante da Serra e Urupá, foram emancipados de Ouro Preto do Oeste. Em 1994, mais dois municípios foram criados, Teixeirópolis e Nova União. Estes fatos levam Negrão et al. (2014) a considerar Ouro Preto do Oeste como um polo de desenvolvimento regional.

A área do atual P. A Margarida Alves (zona rural do município de Nova União) começou a ser ocupada no final da década de 1960 pela concretização dos planos e projetos para a Amazônia apresentados neste trabalho. A migração inicialmente foi direcionada para a região central de Rondônia. Os migrantes eram oriundos, em grande parte, do Centro-Sul do país, em especial de Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. Todos buscando melhores condições de vida, por meio do acesso à terra e esperando a legalização do seu pedaço de chão, distribuído pelo INCRA (SILVA, 2012; ARAÚJO, 2015).

O início dos anos 1980 marcou Rondônia devido à implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – Polonoeste, custeado, parcialmente, pelo Banco Mundial. Entre as propostas do Polonoeste, estava o financiamento do assentamento de comunidades de pequenos agricultores autossustentáveis, o que se tornou um incentivo aos constantes fluxos migratórios para a citada região central de Rondônia (ARAÚJO, 2015).

3.2 ORIGEM DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO – RONDÔNIA

De acordo com o IBGE (2020), o município de Nova União originou-se do vilarejo que, em 1982, foi promovido a Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR), no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – Polonoroeste, criado pelo decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. De acordo com Oliveira (1994):

O Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – Polonoroeste, teve início na década de 80, quando os problemas de Rondônia se juntaram às preocupações do Governo Federal com a ocupação da Região Noroeste do Brasil. O Polonoroeste foi financiado pelo Governo Federal e o Banco Mundial, e esteve coordenado pelo Governo Federal e executado por instituições federais e estaduais. (OLIVEIRA, 1994, p.7).

Quando da criação do Polonoroeste, Rondônia ainda era Território Federal e só passaria à condição de Estado em dezembro de 1981. O novo estado não possuía bases institucionais estruturadas para sustentar e apoiar um projeto tão grandioso (OLIVEIRA, 1994) e acabou sendo por meio do Polonoroeste que as instituições-chave do estado foram criadas e/ou fortalecidas.

O governo estadual, sem o apoio do Programa, tinha pouca capacidade de fazer frente às necessidades de ordenamento e apoio socioeconômico aos migrantes que chegavam à região, sendo assim, a União, com apoio do Banco Mundial, investiu nas áreas de fronteiras agrícolas de Rondônia (OLIVEIRA, 1994).

Ainda de acordo com Oliveira (1994), em seu estudo sobre a influência do Polonoroeste na conformação territorial de Rondônia, afirma:

A estratégia de atividades do Polonoroeste, em Rondônia, tinha por objetivo absorver o fluxo migratório de maneira ordenada e sustentável. Mas principalmente, objetivava a conclusão e asfaltamento da BR-364, principal rodovia federal da região Noroeste, que liga o Estado do Mato Grosso ao Estado de Rondônia e esses dois Estados, ao Sul do País. (OLIVEIRA, 1994, p.10).

À época da criação do Polonoroeste, que tanto influenciaria nas mutações do Território Federal de Rondônia, até sua transformação em Unidade da Federação (Estado), o ambientalista José Lutzenberger manifestou-se contra esse Programa, denunciou os problemas sociais e ambientais do mesmo, por meio de sua participação

em uma série de documentários intitulada de “A década da destruição”, dirigida por Adrian Cowell e Vicente Rios.

No terceiro episódio da série de documentários, intitulado “Nas Cinzas da Floresta”, é apresentada a vila de “Mirante da Serra”, distante cerca de 13 km de Nova União e que se tornaria, na década de 1990, o município de mesmo nome, após sua emancipação enquanto Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR). Devido à proximidade, o excedente de contingente de mão de obra da vila “do Mirante” se alocou nas áreas onde, posteriormente, se formaria o município de Nova União.

O NUAR Nova União foi instalado num lugar estratégico do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, em área de 40 hectares, local onde se concentraria mais tarde os serviços básicos de saúde, educação, comércio, extensão rural, agências e organismo governamentais, inclusive bancários, como o extinto Banco do Estado de Rondônia (BERON), para dar suporte aos moradores dos lotes rurais (IBGE, 2020). O NUAR servia de área de ação do Estado, enquanto sítio de instalação dos seus agentes.

Nova União foi elevado à categoria de distrito e depois, município, pela Lei Estadual nº 566, de 22-06-1994, desmembrado de Ouro Preto do Oeste, sendo instalada administração municipal em junho de 1995. Com área de 807,126 km², o município possui atualmente (2019) cerca de 6.970 habitantes, conforme dados do IBGE, o que significa redução de mais de 500 habitantes em relação ao Censo Demográfico de 2010, quando a população era de 7.493 habitantes (IBGE, 2020).

Localizado na região central de Rondônia (latitude 10°54'14" Sul e longitude 62°33'39" Oeste e com altitude de 250 metros em relação ao nível do mar (EMATER, 2011), o município de Nova União, por ser ainda “jovem”, possui poucos estudos e/ou levantamentos que nos forneçam dados secundários sobre os aspectos físico-naturais locais. Com exceção aos dados do IBGE, da Emater-RO de Nova União e do Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia, encontramos poucas informações físico-geográficas do seu sítio.

3.3 ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS DE NOVA UNIÃO-RO

Conforme os levantamentos feitos pela Emater-RO, em 2011, para elaboração do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), o clima do município é do tipo úmido, com temperaturas médias entre 14° e 32°C, semelhantes às médias para

Rondônia; apresenta duas estações bem definidas, uma chuvosa, de outubro a abril, e outra seca, de maio a setembro. Os meses mais secos no estado e no município vão de junho a agosto. As médias de precipitações anuais variam de 1600 a 1900 mm, concentrando-se entre os meses de dezembro e fevereiro (EMATER-RO, 2011).

Durante o período seco, verificamos na região o fenômeno meteorológico conhecido como friagem que, durante o inverno na Região Amazônica¹⁷, é causado pela influência de frentes frias que atingem o sul da Amazônia (FISCH, 1995). De acordo com Oliveira (2004), este fenômeno ocasiona brusca alteração nas condições meteorológicas, modificando as características ambientais, com diminuição da umidade do ar e a marcante queda de temperatura para cerca de 10°C, num período de aproximadamente três dias consecutivos.

A malha hidrográfica que drena a região constitui a Bacia do Rio Machado, com uma microbacia constituída por vários rios e igarapés afluentes dos rios Urupá e Jarú. Alguns desses rios têm suas nascentes na Reserva Legal em Bloco, do Assentamento Margarida Alves, como é o caso do São Domingos, que também é fonte de abastecimento de água para a sede do município de Nova União (EMATER, 2011).

Devido à crescente ação humana ocasionada pelas políticas de migração na região, os remanescentes de cobertura vegetal originária aparecem nas áreas de floresta ombrófila densa e aberta e em faixas transição para as manchas de Cerrado. Como demonstrado no Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado de Rondônia (2009), a tipologia florestal constitui-se de área com Remanescente Florestal, apresentando ainda grande biodiversidade, com espécies que podem ser exploradas economicamente de forma racional e manejada.

Essa disponibilidade de espécies florestais para exploração econômica é causadora de tantos problemas aos moradores locais, principalmente para os do Assentamento Margarida Alves, pois, de acordo com o PRA do referido Assentamento, elaborado pela Emater em 2001, havia 21 espécies de valores econômicos predominantes na área, como o Angelim (*Dinizia excelsa*), Castanheira (*Bertholletia excelsa*), Sucupira (*Andira sp.*), Jatobá (*Hymenea parvifolia*), Cedro-rosa (*Cedrela odorata*), Cedro Itaúba (*Mazilarus itauba*), Ipê (*Tabebuia sp.*), Sumauama (*Ceiba pentandra*), entre outras (EMATER, 2011).

¹⁷ Não confundir com o “inverno amazônico” que na região é a estação do verão, e é assim chamado pelo grande volume de precipitação pluviométrica na Amazônia.

A composição petrográfica, geológica e edáfica local, é composta principalmente por granitos, os quais apresentam grandes potencialidades econômicas. Encontram-se também, na região, seixos, areia, cascalho e argila, os quais estão associados aos sedimentos aluviais relacionados aos leitos dos rios (EMATER, 2011).

Por estar localizada entre “agrupamento de morros e colinas” e “superfície de aplanamentos”, os quais são feições geomorfológicas regionais dispersas, não constituindo serras como são geralmente caracterizadas, desenvolve-se sobre rochas cristalinas e sedimentares, com altitude superior a 300 metros, estruturado sobre o domínio central rondoniense (EMATER, 2011). Como forma de relevo, o município insere-se na unidade denominada Planalto Residual Sul Amazônico, proveniente de estruturas cristalinas e dobras antigas (CPRM, 2019).

De acordo com Schlindwein et al. (2012), em Rondônia os solos predominantes são Latossolos (58%), Argissolos (11%), Neossolos (11%) Cambissolos (10%), Gleissolos (9%), sendo a aptidão de seus usos para a agricultura de 59%, 16% para pastagem plantada, 5% para pastagem nativa e 20% para preservação.

Em Nova União, temos a presença marcante de Latossolos Vermelhos, Neossolos Regolíticos, Cambissolos Eutróficos e Gleissolos Distróficos, classificados como de fertilidade baixa em algumas áreas e, em outras com manchas, de fertilidade média alta (EMATER, 2011).

Como atividades agrícolas, destacam-se os cultivos anuais, especialmente grãos (chamadas de lavouras brancas), mas também encontramos consórcios agroflorestais, principalmente nos assentamentos do município (Margarida Alves e Palmares), apicultura e cultivo de espécies da região, a exemplo da pupunha, bastante difundida pela extinta Associação de Produtores Alternativos (APA). Na pecuária, destaca-se a criação de gado bovino leiteiro e de corte.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), no município de Nova União, há 1.387 estabelecimentos agropecuários, com área de 61.657 hectares. A área destinada às lavouras, equivale a 1.091 hectares, incluindo lavouras permanentes e temporárias (793 e 298 hectares, respectivamente). Nova União dispõe de grande diversidade de gêneros agrícolas produzidos, como açaí, acerola, cacau, café e laranja, entre outras lavouras permanentes; entre os produtos das lavouras temporárias, destacam-se o feijão (de vários tipos), a mandioca e o milho (IBGE, 2017). O rebanho efetivo total de 118.133

cabeças de gado bovino está distribuído entre os 1.314 estabelecimentos com pastagem no município.

3.4 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

A ocupação da área onde hoje está situado o Assentamento Margarida Alves iniciou-se em 1996. Trata-se da área de antiga fazenda (Fazenda Fisher ou Firasa¹⁸), ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Para Martins (1994), os camponeses sem-terra querem:

[...] mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação, não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas, porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis (MARTINS, 1994, p.156).

De acordo com Araújo (2015), com base em informações dos assentados do Margarida Alves, aproximadamente 130 famílias acamparam inicialmente na cidade, antes de ocuparem a “fundiária”¹⁹ da fazenda.

A necessidade contínua de criação de assentamentos e a pressão popular, a partir do MST, levaram em 1997 – um ano após a chegada dos sem-terra ao município de Nova União – à criação do Assentamento Margarida Alves, com área de 11.892,2 hectares e capacidade de assentar 258 famílias, em terras desapropriadas mediante compra e venda das Fazendas Firasa e Aninga (EMATER, 2010).

Negrão e Kohler (2019) nos confirmam que os assentamentos Palmares, também em Nova União, e o Margarida Alves tiveram origem:

[...] com a desapropriação das antigas fazendas Fisher (Firasa) e Aninga, cujo tamanho ultrapassava os 22 mil hectares com títulos de propriedade concedidos durante os programas de colonização dos anos 1970. Apesar do contexto de forte desmatamento regional dos anos 1990, essas fazendas mantiveram-se relativamente florestadas e improdutivas até sua desapropriação. (NEGRÃO; KOLHER, 2019, p.98).

¹⁸ Informado pelos moradores do Assentamento Margarida Alves.

¹⁹ Termo utilizado pelos assentados para designar os “fundos” de uma propriedade rural.

Ainda conforme Negrão e Kohler (2019), devido à quantidade de terras disponíveis ser maior que o número de pessoas mobilizadas à época, mais famílias se dirigiram para a localidade em busca de terra. O resultado foi o conflito entre as famílias que eram adeptas da ação coletiva (geralmente ligadas ao MST) e as demais que se orientavam por práticas individuais.

Em razão dessa divergência inicial, o assentamento foi repartido em sete glebas, das quais quatro em formato radial (agrovilas) e outras três em forma de lotes retangulares tradicionais ou “espinha de peixe”. Essa distinção original nunca desapareceu e ainda se percebe uma desconfiança recíproca entre os moradores das agrovilas, onde os membros do MST são mais numerosos e os moradores dos lotes retangulares, onde prevalecem as famílias sem história no Movimento. (NEGRÃO; KOHLER, 2019, p.98).

Segundo o INCRA, em 2017 (ano do último levantamento), o Assentamento Margarida Alves possuía 245 famílias assentadas e encontrava-se em fase de consolidação, com os lotes de aproximadamente 48 hectares (área produtiva mais a área de reserva legal). Distante aproximadamente 24 km da sede municipal de Nova União, o Assentamento Margarida Alves possui dois acessos à margem da rodovia estadual RO-470, que está interligada à principal rodovia do estado, a BR-364 (inicia-se em Limeira, São Paulo, com outra denominação, e vai até Mâncio Lima, no Acre).

As estradas do assentamento são bem conservadas (Figura 1) devido às constantes reivindicações dos assentados à prefeitura, o que facilita o acesso dos assentados à cidade, principalmente para atividades referentes ao uso dos serviços públicos e utilização do comércio local. Não existe nenhum tipo de transporte coletivo regular que chegue até o assentamento, e os moradores deslocam-se com seus próprios veículos ou a pé. A presença de equipamentos públicos se restringe a uma escola de ensino fundamental e a um posto de saúde que, atualmente, de acordo com alguns moradores, não recebe médicos e é mais utilizado para armazenamento de remédios homeopáticos.

Figura 1 – Assentamento Margarida Alves: Estradas vicinais 2019.

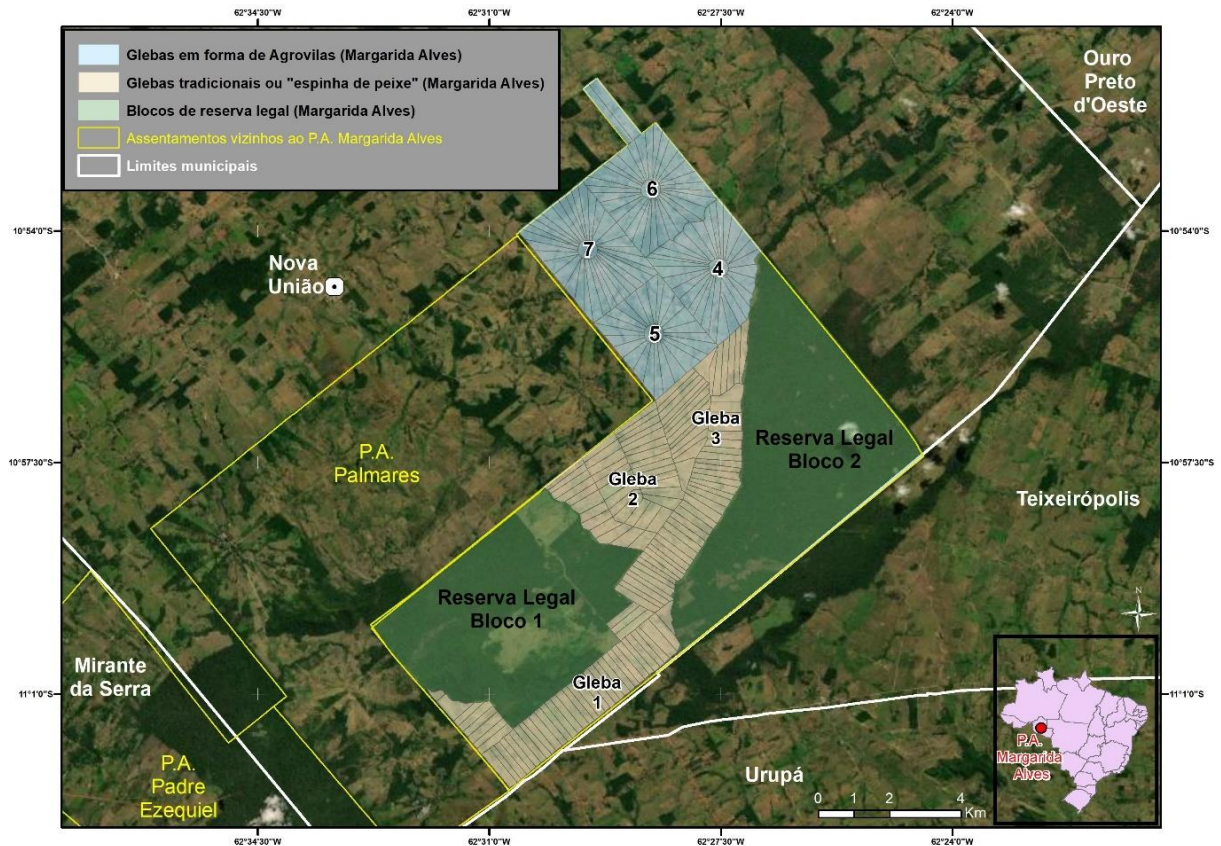


Fonte: Próprio autor, 2019.

No assentamento Margarida Alves (Figura 2), existem duas reservas legais em bloco: a Reserva Legal em Bloco I possui 2.703,727 hectares e a Reserva Legal em Bloco II, 3.078,982 hectares, representando 50% da área total do assentamento (EMATER, 2011). Em 1997, com a distribuição de terras pelo INCRA para os membros do então acampamento do MST em Nova União, foram criados os Assentamentos Palmares e Margarida Alves, assentando mais de 600 famílias no município, o que

tem consolidado uma nova filosofia de produção agrícola e cooperação comunitária (Coomefes, 2017).

Figura 2 - Localização do Assentamento Margarida Alves, em Nova União-RO.



Fonte: IBGE, 2020. Organizado por: Negrão, M.P. (2020)

3.5 METODOLOGIA E TÉCNICAS DA PESQUISA

Inicialmente realizamos a pesquisa bibliográfica e a consulta a dados de fontes secundárias, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Portal dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial Sustentável (Portal dos NEDETs), da Agência de Defesa Sanitária e Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron), e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater-RO).

Em um segundo momento, para a coleta de dados primários, realizamos trabalho de campo com a visita ao Assentamento Margarida Alves, entre os dias 3 e

14 de fevereiro de 2019. Na ocasião, aplicamos 77 formulários com questões sobre produção, comercialização, assistência técnica e perspectivas de futuro (apêndice A). Oliveira et al. (2016, p.9), com base em revisão bibliográfica sobre o tema, consideram o formulário importante instrumento de investigação social, constituindo-se em um sistema de coleta de dados diretamente do entrevistado: “o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante, e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista”.

A opção pelo formulário deveu-se também ao variado nível de escolaridade dos participantes da pesquisa. Os pesquisadores preencheram os formulários, sendo todos o mais fiel possível no diz respeito ao conteúdo das respostas, principalmente, no caso das questões abertas do formulário.

Entendemos que o trabalho de campo, como qualquer tipo de atividade investigativa, para coleta de informações, realizada “fora” do ambiente acadêmico, deve, entre suas múltiplas aplicações, nos levar a confrontar os conhecimentos teóricos com a realidade. Antunes (1993) divide o trabalho de campo em excursão e visita, sendo que as excursões têm seu foco principal no aspecto da observação e verificação de aspectos estudados no ambiente acadêmico. Já as visitas são atividades mais “profundas”, pois proporcionam o encontro com as pessoas relacionadas à pesquisa no meio estudado, como moradores e atores em geral do que está sendo estudado.

Para definir o número de indivíduos (famílias visitadas) participantes da pesquisa, utilizamos a metodologia do cálculo amostral, proposta pela plataforma digital *SurveyMonkey*²⁰, que considera o tamanho da amostra como “o número de respostas completas recebidas em um questionário, chamando-se de amostra porque representa apenas parte do grupo cujas opiniões ou comportamentos são relevantes” (SURVEYMONKEY, 2019). Devemos considerar o erro amostral (diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor), que é definido pelo próprio pesquisador, sendo sugerido o valor de 10%. O nível de confiança é a probabilidade de que o erro amostral seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa (10%). O nível de confiança de 90%, por exemplo, indica a probabilidade de que o erro cometido pela pesquisa não exceda o valor estabelecido, em 90% dos casos.

²⁰ Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em: 10 out. 2019.

A plataforma digital *SurveyMonkey* disponibiliza a calculadora digital *online* para a inserção dos dados descritos e a obtenção da amostra desejada, por meio da equação a seguir:

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right)}$$

em que:

N = tamanho da população

e = margem de erro/ erro amostral (porcentagem no formato decimal)

z = escore z (o escore z é o número de desvios padrão entre determinada proporção e a média) ou variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p = verdadeira probabilidade do evento

Pelo cálculo realizado com a calculadora da plataforma *SurveyMonkey*, tendo como população total 245 famílias assentadas no Assentamento Margarida Alves, o erro amostral definido em 10% e o nível de confiança em 95%, o tamanho da amostra obtida foi de 70 famílias que deveríamos visitar para responderem ao formulário. O formulário constituiu-se de 59 questões, distribuídas em oito temas principais: dados familiares, infraestrutura, caracterização do rebanho bovino, caracterização da área de plantio, acesso ao crédito, assistência técnica, comercialização e perspectivas futuras, sendo ao todo 59 perguntas.

Responderam ao formulário pessoas consideradas chefes de família ou que se colocaram como seus representantes no momento de realização da coleta dos dados. No total, aplicamos 77 formulários e não apenas 70, como sugerido pelo cálculo amostral, para ajustar-se a levantamentos anteriores realizados no mesmo Assentamento. Analisamos os dados por meio de estatística descritiva, com a construção, tabelas e gráficos, buscando ter a visão detalhada da composição das famílias e dos dados de produção do Assentamento, de maneira a entendermos quais as estratégias dos assentados para permanecerem na terra e garantirem melhor qualidade de vida.

As análises e construção dos gráficos e tabelas, realizamos com o auxílio de *softwares* editores de planilha, como o Excel.

Como o Assentamento Margarida Alves é grande e percorrermos suas sete glebas não é trabalho fácil para um só pesquisador, convidamos três pesquisadores das Ciências Humanas para nos ajudarem nessa empreitada de coleta de dados no Assentamento. Um deles, o Professor William Kennedy (IFRO Colorado do Oeste) é graduado em Ciências Sociais e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e atualmente doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), cuja pesquisa versa sobre comunidades e povos tradicionais em Rondônia; outro participante foi o Marcos Rodrigues (Professor da Rede Estadual de Educação de Rondônia), licenciado em Biologia pelo IFRO Colorado do Oeste e Mestre em Educação, também, pela UFMT, em que pesquisou Educação do Campo, no Assentamento Palmares. O terceiro convidado, foi Lucas Matos, Tecnólogo em Gestão Ambiental (IFRO Colorado do Oeste) e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), além de ser morador do Assentamento Margarida Alves.

A equipe de campo ficou “concentrada” na gleba 6, na casa da família do Sr. M, que já havia nos hospedado em 2013, quando realizamos o trabalho de campo do Mestrado. Devido à proximidade com as glebas 4, 5 e 7 e por terem as mesmas, majoritariamente, famílias ligadas ao MST (não todas), aplicamos a maior parte dos formulários nessas glebas, também se concentram o maior número de famílias. Visitamos a gleba 3 e lá aplicamos formulários.

Saíamos pela estrada principal do Assentamento que liga todas às glebas e, conforme encontrávamos famílias nas casas e dispostas a participarem da pesquisa, ali parávamos para conversar e, entre uma água e um cafezinho, aplicávamos o formulário. Como tínhamos um assentado conhecido, ele nos acompanhou e nos orientou com informações sobre os melhores horários para encontrarmos as pessoas em casa sem que atrapalhássemos demais a rotina das famílias. Também visitamos algumas famílias que contribuíram como o trabalho de 2013, pois sentimos necessidade de revisitar suas áreas e vermos o que e como estavam produzindo desde então.

Dentre outras pesquisas realizadas no Assentamento Margarida Alves, cabe-nos destacar o Programa “Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira - DURAMAZ I e II”²¹. O DURAMAZ foi financiado pela *Agence*

²¹ Para mais informações sobre o Programa DURAMAZ, ver DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F. M. V (Eds). **L’Amazonie brésilienne et le développement durable**. Paris: Belin, 2010. 480p.

Nationale de la Recherche (ANR), reunindo pesquisadores da França, do Brasil e dos EUA, cujo principal objetivo foi o estudo das condicionantes da sustentabilidade na Amazônia brasileira (NEGRÃO; MOURÃO; ARAÚJO, 2015). Da primeira etapa do DURAMAZ (2007) para a segunda (2013), aumentou o número de instituições parceiras, como foi o caso da entrada da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Além da coleta de dados para os relatórios do programa DURAMAZ em sua segunda fase, a nossa pesquisa de Mestrado também coletou dados por meio de questionários e entrevistas com os assentados, ampliando e encorpando as informações referentes à evolução no modo de vida dos assentados. Então, faremos um comparativo de alguns indicadores socioeconômicos dos assentados, traçando, assim, o perfil do Assentamento Margarida Alves em relação ao que tem sido produzido, ao acesso a financiamento, à renda, aos equipamentos e à perspectiva de permanência na terra.

Em 2019, realizamos o levantamento com os dados que compõem os resultados do presente trabalho (tese), de modo que pretendemos comparar os resultados dos três períodos, analisando as continuidades e a evolução de algumas variáveis socioeconômicas que nos permitirão a visão ampliada do processo de transformação da vida dos assentados, bem como do quadro da evolução referente à reforma agrária e às novas dinâmicas da produção familiar em assentamentos rurais na região central de Rondônia.

Le Tourneau et al. (2019), em trabalho recente sobre a última etapa do DURAMAZ, cita que a comparação das duas séries de indicadores (para 2007, 2013) permite-nos a avaliação da evolução dos sítios entre as duas datas. Essa visão em dois períodos é rara em Ciência Social e a comparação pode aqui ser legitimada, já que o Assentamento e os métodos de cálculo são os mesmos entre os dois períodos (2013 e 2019), numa tentativa de darmos mais robustez à comparação entre os principais indicadores socioeconômicos do Assentamento, de modo a apresentarmos possíveis mudanças em relação à produção, à renda, às perspectivas de permanência e à forma como os assentados se organizam coletiva e/ou individualmente para se manterem na terra. A partir de agora, apresentamos os resultados do levantamento total feito no Assentamento Margarida Alves, apresentando para algumas variáveis a comparação com dados da pesquisa do DURAMAZ I (2007), de nossa pesquisa de Mestrado (ARAÚJO, 2015) e da pesquisa do Duramaz II (LE TOURNEAU; DO

CANTO, 2019), que irão nos dar a visão de como a reforma agrária e a pequena produção familiar camponesa são importantes para o desenvolvimento rural e vão muito além da produção de alimentos (CONTERATO et al. 2007).

A análise dos resultados obtidos, especialmente em relação à forma como os agricultores conduzem suas ações relativas à organização da produção e ao seu modo de vida, baseou-se no conceito de estratégias. Segundo Bourdieu (1990) as estratégias:

[...] embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica das causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. (BOURDIEU, 1990, p. 23)

Bourdieu (1994, p. 5-6, citado por Sant'Ana, 2003), divide as estratégias de reprodução em cinco classes que estariam presentes em todas as sociedades, mas com formas e pesos diferenciados:

[...] as estratégias de investimento biológico (das quais as mais importantes são aquelas ligadas à fecundidade e as profiláticas – o cuidado com o corpo); as estratégias sucessórias; as estratégias educativas (escolar e familiar, esta última, inclui a estratégias éticas que visam inculcar a submissão dos interesses dos indivíduos aos do grupo/família); as estratégias de investimento econômico; e as estratégias de investimento simbólico que visam conservar ou ampliar o capital de reconhecimento (social, político, etc.) do grupo. (SANT'ANA, 2003, p. 45).

De acordo com Sant'Ana (2003, p.46), as estratégias abrangem os aspectos produtivos, de comercialização, de crédito, e outros aspectos ligados à vida social e à cultura dos produtores (os valores, as tradições e as normas que informam as relações familiares, a educação dos filhos, as relações comunitárias tradicionais, as alianças, as relações de parentesco e descendência, os casamentos, o tipo de partilha, a migração, o desenvolvimento de atividades não agrícolas, dentre outras).

Neste trabalho, apresentamos a análise de aspectos relacionados às estratégias de “conservação ou ampliação da terra”, “da infraestrutura da propriedade e do patrimônio familiar”, “estratégias ligadas à produção e à comercialização” e as “estratégias de cooperação e organização dos produtores”, também identificamos outras estratégias, como as educativas e as de investimento simbólico, ligadas às ações do MST de busca de reconhecimento social e político.

3.6 OS DESAFIOS DURANTE A COLETA DE DADOS NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

De julho a setembro de 2013, quando iniciávamos o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), participamos de um trabalho de campo com pesquisadores da Universidade de Paris (Paris 3 – Sorbonne Nouvelle), coletando dados diversos para o programa DURAMAZ II.

O considerável tempo de permanência no Assentamento Margarida Alves, à época, e o contato diário com os assentados, deram-nos a oportunidade de criar muitos vínculos de amizade e parceria, o que em um momento como o que o Brasil enfrenta, de criminalização declarada aos movimentos sociais de luta pela terra e também em relação aos assentamentos de reforma agrária, facilitariam o nosso acesso novamente ao Margarida Alves para a realização da pesquisa que deu origem a este trabalho. Porém, além da atual conjuntura política do país (primeiros meses de uma nova política contrária aos movimentos sociais em geral e anti sem-terra em particular), episódios de violência e tentativa de expropriação da reserva legal do Assentamento, a partir de 2015, deixaram uma atmosfera de insegurança e medo no local, fato que intimidou parte dos assentados, fazendo com que vários não quisessem participar da pesquisa.

Apesar dessas dificuldades, como citamos anteriormente, aplicamos 77 formulários, o que já nos garante uma amostra de respostas suficientemente representativa da realidade do Assentamento. Devido a situações locais em relação às disputas recentes de assentados com famílias oriundas de grupos de sem-terra independentes e grupos armados locais, nem tudo se deu como esperávamos durante a coleta dos dados. O fator medo foi preponderante, pois, após uma série de agressões a moradores do Assentamento, estes passaram a ter outra postura em relação às pessoas que visitam e pesquisam a área. Guinzburg (2008, p.12) relata como a agressão e a violência são impactantes: “[...] a agressão, real ou possível, gera de início o medo, e em seguida o impulso para sair do medo mediante um pacto baseado na renúncia de cada indivíduo aos próprios direitos naturais”.

Em uma releitura de Hobbes, Guinzburg (2008), no livro “Medo, Reverência e Terror”, apresenta a força do Estado e seus agentes como fator preponderantemente

histórico na construção do medo; sendo este o elemento indutor direto para a expropriação de direitos adquiridos pelos cidadãos. Aqui apresentamos o medo como fator que modificou o planejamento e a execução da coleta de dados desta pesquisa. O medo da violência, da perseguição e da morte, sofrido por parte dos assentados, devido às invasões realizadas por grupos armados à reserva legal do Assentamento, sendo a última e mais danosa em 2016, contribuiu para a mudança de postura da comunidade.

A situação de tensão e medo durante o trabalho no Margarida Alves alterou o cronograma de visitas às glebas, principalmente nas 1, 2 e 3, das quais fomos informados da rejeição por parte dos moradores em receber “estranhos”. Esse fato para nós não é novidade, tendo em vista a dificuldade que a equipe do DURAMAZ II teve em ter acesso a essas mesmas glebas. Pela proximidade delas em relação aos blocos da reserva legal, a desconfiança dos moradores aumenta ao perceberem movimentação de pessoas estranhas ao seu cotidiano, mesmo nos identificando como pesquisadores, já que, majoritariamente, a violência e os conflitos giram no entorno das áreas de reserva legal no Assentamento.

O Assentamento Margarida Alves é fruto da luta pela terra capitaneada pelo MST e, na época de sua criação, ficou definido que a sua reserva legal seria em bloco²² (ARAÚJO, 2015).

Como mencionamos, a reserva em “bloco” do Margarida Alves abrange cerca de 50% da área (5.782,7103 ha), de acordo com MST (2017), e era, até 2015, a maior reserva em bloco da região central de Rondônia, dentre os assentamentos de reforma agrária que as possuem. De acordo com relatos do MST (2017), em dossiê encaminhado ao Ministério Público Federal de Rondônia, a partir de outubro de 2016²³, as invasões foram intensificadas por um grupo de famílias sem-terra sem relação com o assentamento, independentes, com intuito de retirar madeira de forma ilegal e criminosa.

²² No atual Código Florestal, a definição de Reserva Legal é a seguinte: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012).

²³ A invasão foi relatada em sites de notícias de Rondônia. Disponível em:

<http://www.comando190.com.br/noticias-det.php?cod=6001>; e

<http://www.rondoniagora.com/policia/agricultor-de-nova-uniao-e-espantado-por-bando-que-tenta-invadir-assentamento>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Mesmo com a presença da Polícia Militar Ambiental de Rondônia no local, à época, de acordo com o dossiê do MST (2017), houve vários episódios de violência contra famílias assentadas, com registro de tortura e espancamento de trabalhadores do Assentamento, como forma de intimidação e de anular qualquer tentativa de resistência.

De acordo com relato de uma das lideranças do MST que nos concedeu entrevista e que, para proteger sua identidade, não revelaremos o nome (apenas o chamaremos de senhor 1), após a polícia retirar os invasores da reserva, restou apenas o medo e a apreensão para os assentados. De acordo com o senhor 1, foram realizadas assembleias entre os assentados para planejar a ocupação ordenada da reserva, visando à contenção de novas invasões, porém nenhuma decisão conseguiu agradar a todos. Para que a área não ficasse desocupada, filhos de assentados ocuparam lotes de até 1 hectare como forma de marcar presença, afastando os invasores. Tal fato suscitou na comunidade o anseio de criação de um novo assentamento, o Margarida Alves II, no local onde antes existia a reserva legal, que se tornou um enclave em meio assentamento e ponto de negociações com o INCRA.

A diretoria estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra os aconselhou, desde então, a não concederem entrevistas, darem informações ou mesmo receberem pessoas estranhas no Assentamento. A realização da coleta dos dados foi realizada devido aos bons contatos que temos no Assentamento. Em função de estarmos hospedados e acompanhados por uma liderança jovem do MST, pudemos visitar várias residências, entre elas muitas que havíamos visitado em 2013, durante a coleta de dados DURAMAZ e para a construção da dissertação.

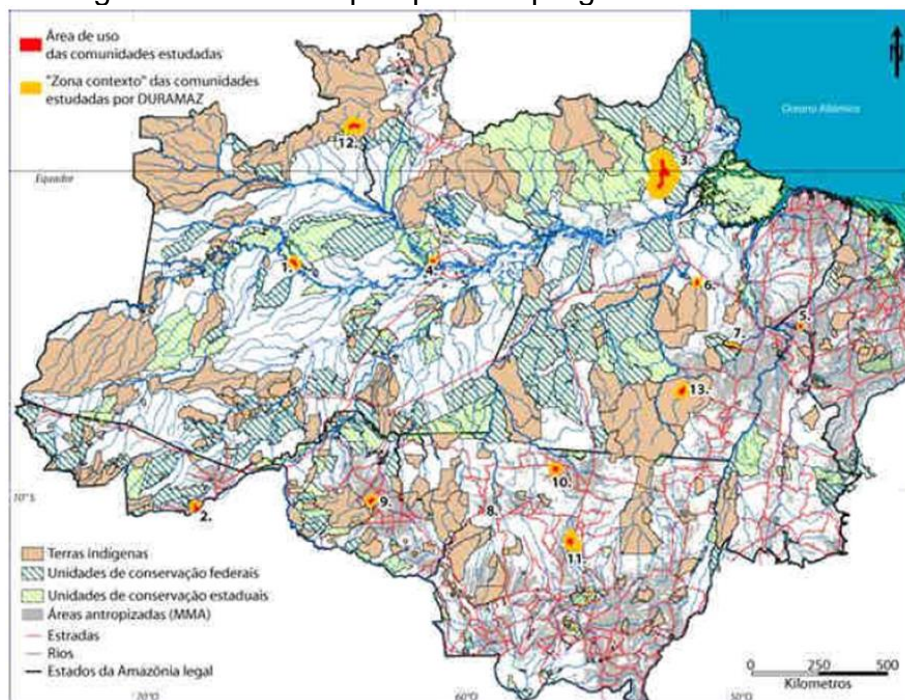
Muitas pessoas que visitamos “fecharam” as portas para a pesquisa. O que é compreensível devido ao medo de exposição e no caso das agrovilas, pela pressão e orientação do próprio MST, além do medo de responderem perguntas que julgavam em sua maioria trazer-lhes prejuízos de qualquer ordem. Mesmo assim, com a visita a 77 lotes, onde aplicamos um questionário para cada chefe de família ou quem respondesse pelo mesmo, conseguimos um novo panorama sobre a atual situação socioeconômica dos assentados e suas perspectivas de permanência na terra.

4. A REALIDADE DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM TRÊS TEMPOS: COMPARAÇÃO ENTRE RESULTADOS DE PESQUISAS DO PROGRAMA DURAMAZ (I e II) E A PRESENTE PESQUISA

4.1 O DURAMAZ E O ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

O DURAMAZ 1 propôs estabelecer um sistema de indicadores de sustentabilidade capaz de “medir a durabilidade” de diferentes projetos de sustentabilidade em assentamentos de reforma agrária, reservas extrativistas e terras indígenas (dentre outras) na Amazônia brasileira para, em seguida, compará-los, apesar dos diferentes contextos, em termos culturais, econômicos e sociais (LE TOURNEAU; DO CANTO, 2019). Nesta primeira etapa do Programa, foram visitadas 13 comunidades na Amazônia Legal (Figura 3), dentre essas o Assentamento Margarida Alves e o Assentamento Palmares (Figura 2), os quais, de acordo com os relatórios da época, publicados em artigos e no livro sobre Amazônia brasileira (DROULERS; LE TOURNEAU, 2010), apresentaram, em conjunto, os melhores resultados quanto aos indicadores propostos pela pesquisa (Figura 4).

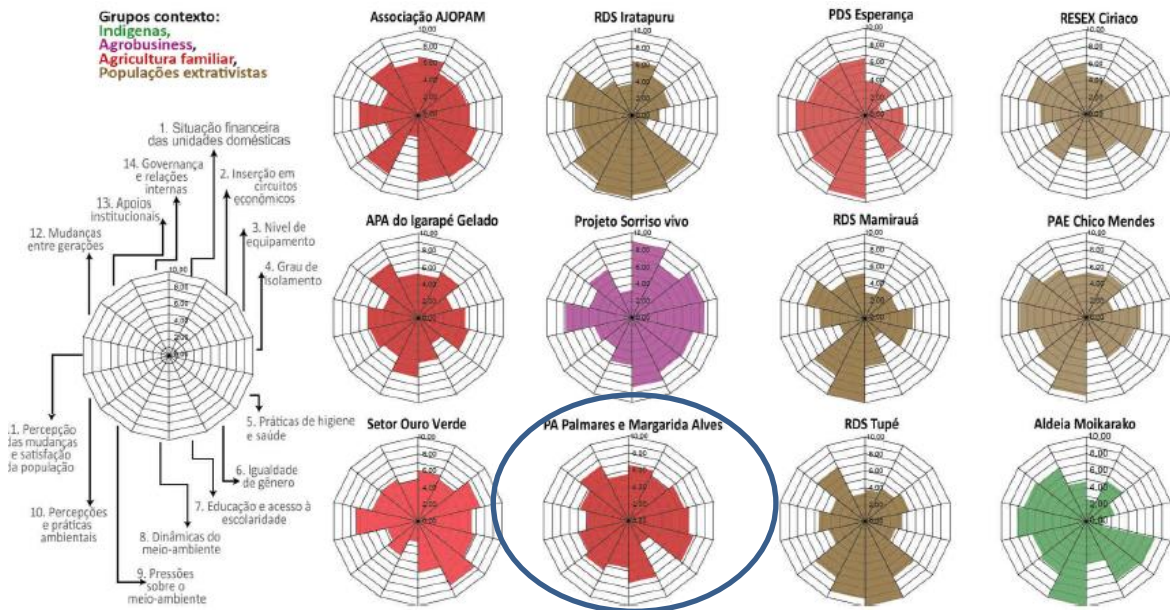
Figura 3 - Áreas de pesquisa do programa DURAMAZ I.



Fonte: Droulers e Le Tourneau (2010).

Entre os indicadores propostos, destacamos a situação financeira, a educação e o acesso à escolaridade, os apoios institucionais, a inserção em circuitos econômicos e o nível de equipamentos que são aqueles que se mostram mais equilibrados em relação às comunidades de agricultura familiar para a Amazônia legal.

Figura 4 - Indicadores de sustentabilidade das áreas de pesquisa do programa DURAMAZ I.



Fonte: Droulers e Le Tourneau (2010).

Esses resultados divulgados, a partir de 2010, mostram que os dois assentamentos de Rondônia apresentavam um bom equilíbrio em relação aos 14 indicadores propostos pelo Programa. Ao observarmos a figura 4, veremos que entre as comunidades que representam a produção familiar, o Margarida Alves tem destaque em relação ao equilíbrio entre os indicadores do gráfico, sendo a falta de igualdade de gênero um fator preocupante (os gráficos em cor vermelha representam comunidades em que a agricultura familiar é a atividade predominante).

Na segunda etapa do Programa, realizada em 2013, apenas o Assentamento Margarida Alves foi visitado (o Assentamento Palmares não foi campo de pesquisa). Segundo o coordenador da equipe de campo (da qual participamos como colaborador), o professor Florent Kohler (Université de Tours), a escolha pelo Assentamento Margarida Alves foi feita com base na média dos indicadores da primeira pesquisa, quando este apresentava melhores resultados e estabilidade no número de famílias assentadas desde então.

A finalidade da primeira etapa do DURAMAZ era avaliar impactos diretos e indiretos da implantação de projetos de desenvolvimento sustentável (APA, no caso do Margarida Alves), em diferentes localidades da Amazônia brasileira. O projeto DURAMAZ, em sua fase 2, foi gerado com a proposta de ir além da simples revisitação dos sítios estudados na fase anterior:

Ao delinear novos objetivos, DURAMAZ II se dispôs não somente a identificar elementos comuns nas experiências de desenvolvimento sustentável investigadas e a compreender como essas iniciativas evoluíram ao longo do tempo (2007-2015), mas também, e sobretudo, a avançar no sentido de entender como as dinâmicas locais reagem à interação entre a formulação de políticas para a Amazônia e o contexto socioeconômico e ambiental no qual as comunidades estudadas se encontram inseridas. (LE TOURNEAU; DO CANTO, 2019, p.16).

Para Le Tourneau e Do Canto (2019), foi objetivo do DURAMAZ II (2013 a 2015) manter os princípios que fizeram o sucesso e a originalidade da primeira fase, como observação sistemática, entrevistas, aplicação de questionários, relatos de vivência. Nesse sentido, a maioria dos locais estudados no projeto DURAMAZ I foi revisitada, o que permitiu a comparação entre as situações encontradas nas duas fases, como foi o caso do Assentamento Margarida Alves.

Analisar as dinâmicas territoriais na Amazônia brasileira e, especificamente, em Rondônia, em seus assentamentos de reforma agrária, perpassa pela necessidade de vislumbrarmos as condições de vida dos seus povos que, conforme cita Le Tourneau et al. (2019):

[...] continuam complicadas e em geral abaixo da média da população brasileira, especialmente porque o afastamento geográfico das comunidades rurais aumenta bastante o custo dos serviços básicos, tais como: abastecimento em água tratada ou fornecimento de energia elétrica. Ao mesmo tempo, progressos significativos foram realizados no âmbito de programas nacionais, a exemplo, o Programa Luz para Todos, ou as campanhas de saneamento da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). [...] O primeiro é um vetor essencial da modernização rural e permite uma substancial melhoria do padrão de vida, dando acesso à refrigeração de alimentos, à televisão, ao uso de eletrodomésticos, etc. O segundo é importante na melhoria do quadro de saúde, uma vez que a água tratada permite diminuir drasticamente as doenças intestinais e outras contaminações perigosas. (LE TOURNEAU et al., 2019, p.22).

Algumas variáveis coletadas em três momentos no Assentamento Margarida Alves, os anos de 2007 e 2013 pelo DURAMAZ I e DURAMAZ II e o terceiro momento

em 2019, em trabalho de campo para coleta de dados desta pesquisa, permitem-nos constatar que, desde de 2007, todos os lotes pesquisados apresentavam acesso à energia elétrica e água tratada (sem tratamento convencional, mas com cloro e uso de filtro).

4.2. O MARGARIDA ALVES NO CONTEXTO PRODUTIVO LOCAL

Negrão e Gámez (2019), em estudo sobre renda e atividades econômicas na Amazônia, caracterizam o Assentamento Margarida Alves, em relação ao que chamam de categoria fundiária, como área de agricultura familiar e afirmam que a principal atividade econômica do Assentamento é a criação de gado bovino, majoritariamente para a produção de leite. De acordo com o Anuário Leite da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (2019), vem de Rondônia metade da produção de leite da Região Norte. Com produção de 1,03 milhões de litros de leite em 2017, Rondônia é o maior produtor da região, porém, sua produção ainda está distante de outros estados, como São Paulo, com cerca 1,64 bilhões de litros de leite em 2017 (EMBRAPA, 2019).

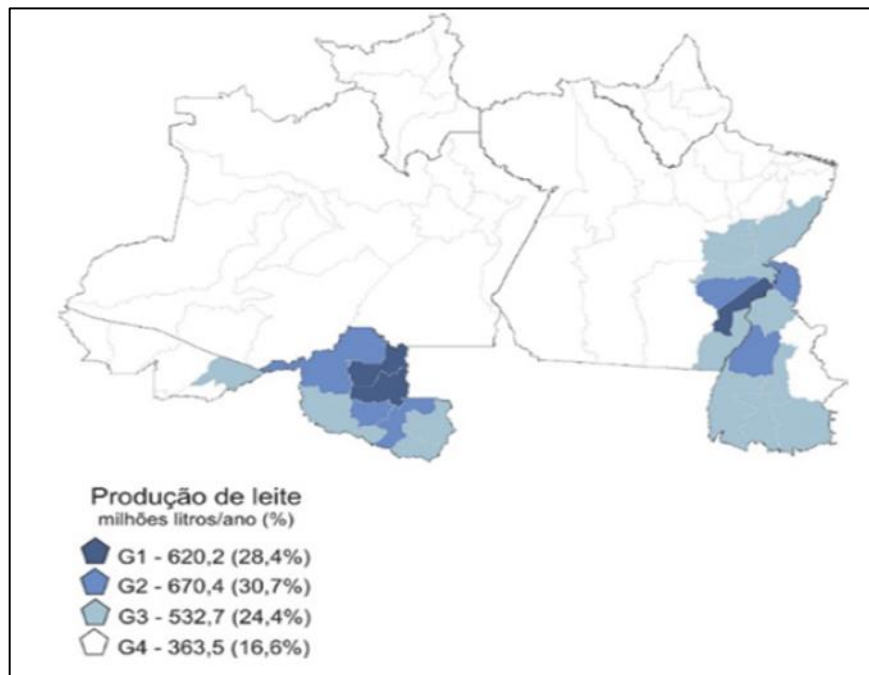
Rondônia e a região sul do Pará têm destaque na produção de leite na Região Norte. A figura 5, organizada pela pesquisadora Rosângela Zoccal, da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG), e apresentada no Anuário Leite da Embrapa (ZOCCAL, 2019), divide a produção por microrregiões geográficas de Rondônia e no Pará em grupos, pela quantidade de leite produzido em 2017, ano do último Censo Agropecuário e levantamento da Embrapa. O município de Nova União, em Rondônia, situado no grupo 1 (G1), na Microrregião Geográfica de Ji-Paraná, apresentou produção de 620,2 milhões de litros em 2017.

De acordo com os dados da EMATER de Rondônia (2020), os agricultores familiares da pecuária leiteira estão recebendo benefícios, como equipamentos agrícolas do projeto de apoio à produção de leite do Governo do Estado, oriundos do Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia (Proleite) e deverá atender 250 produtores de leite diretamente e 750 indiretamente, visando melhorar os números da produção de leite no Estado.

Ainda segundo dados da EMATER de Rondônia, a agricultura familiar representa 85% das unidades produtivas agrícolas de Rondônia, mas devemos

lembrar que “[...] grande parte dessas famílias enfrentam problemas devido a dependência de insumos e implementos, concorrência de mercado e até falta de mão de obra capacitada para desenvolver as atividades no segmento leiteiro” (EMATER, 2020).

Figura 5 – Microrregião Geográfica, na Região Norte: distribuição da quantidade produzida de leite, em 2017.



Fonte: Brasil (2017), organizado por Zoccal (2019).

No ano de 2018, a produção de leite em Rondônia foi de aproximadamente 971,7 milhões de litros de leite, produzidos por 39 mil produtores, de acordo com a EMBRAPA (2019). O município de Nova União apresentou, em 2019, segundo relatório do IDARON (2020), produção de 19.203 litros de leite por dia (pouco mais de 7 milhões de litros de leite/ano).

A pecuária leiteira continua sendo uma das principais fontes de renda para esses 39 mil produtores²⁴ que abastecem, de acordo com a EMBRAPA, 67 indústrias de laticínios, com valor bruto da produção de R\$646.000.000,00 (Seiscentos e quarenta e seis milhões de reais), em 2018. Porém, como relatado por Araújo (2015), com base em informações do IDARON e ratificados pela EMBRAPA (2019), a

²⁴ A EMBRAPA descreve 39 mil propriedades, sem discriminar as que se enquadram na categoria de agricultura familiar. Não encontramos dados sobre o número de propriedades de agricultura familiar que tem como principal fonte de renda a produção em Rondônia.

atividade leiteira de Rondônia é caracterizada pelo uso limitado de tecnologias indicadas pela pesquisa científica. Esse acesso limitado se dá em grande parte pela falta de assistência técnica, que reflete na menor produtividade, pois não se consegue fazer um melhor acompanhamento em relação ao manejo de pastagem, manejo sanitário e orientação em relação ao melhoramento genético (entre outras). Essas tecnologias, quando adaptadas, podem ser adequadas e economicamente viáveis para o agricultor familiar.

Os assentados de Reforma Agrária em Rondônia têm, a cada dia, contribuído mais para os bons números da pecuária leiteira do estado. O Assentamento Margarida Alves, como escrevemos, tem como característica a produção de leite, por meio da qual, nos últimos 13 anos, vários agricultores conseguiram melhoria na renda e se mantiveram na terra, inclusive, lentamente, estão mudando suas estratégias para ganhos financeiros, conseguindo investir (comprando e/ou arrendando terras) em pequenas propriedades rurais fora do Assentamento, criando gado bovino de corte para venda em frigoríficos, fatores que melhoram a renda de muitas famílias.

No entanto, a produção de leite continua sendo a principal atividade dos assentados do Margarida Alves por vários motivos. No início da formação do Assentamento, os moradores plantavam vários tipos de cultivos alimentícios, como de costume em assentamentos recém formados em todo o Brasil. Em conversa com os assentados, o Senhor M, morador do Margarida Alves desde o momento da ocupação e de criação do Assentamento, lembra de quando “entraram na terra”:

Tivemo que derrubá tudo (a mata). Subimo uma barraca de lona, botamo as criança em baixo e eu e a muié fomo trabalha. O medo de onça era grande, cobra tinha demais. Limpamo um tanto e plantemo mandioca. Pra comer tinha arroz e feijão dado pelo movimento. Num era nada fácil, fizemo horta, mas tudo foi com tempo pra poder ter o que comer. Hoje temo de tudo pra comer, mas é por causa das vaca. (SENHOR M, 2019).

Outro morador, o Senhor H, assim como muitos que tivemos a oportunidade de entrevistar, desde a primeira vez que estivemos no Assentamento, em 2013, nos conta que com o passar do tempo foram plantando vários tipos de cultivos, mas, primeiro, o que mais viabilizou o trabalho e condições de melhorar (a renda), foi o café:

Quase não tinha mais café nessa terra. Nós arrumamo muda, passamo a prantá. Nesse tempo (início da década de 1990) já se tinha prantado arroz, feijão, mandioca, milho, batata doce, coisa de horta. Muita gente já tinha uns bicho que num era muito, mas tinha. Galinha,

porco, vaca uma ou duas, mas tudo era pra despesa mermo, despesa de leite, ninguém vendia pra ninguém. A gente se ajudava mais. Hoje, ninguém quer saber de prantá café, é só criar vaca de leite e tem muita gente vendendo pra frigorífico. (SENHOR H, 2019).

São muitos os relatos de como a opção pelo leite foi definida. Em 2007, na primeira etapa do DURAMAZ, os assentados do Margarida Alves iniciavam a transição da produção de café, que tinha uma boa representatividade econômica no local, para a ampliação dos rebanhos de vacas leiteiras. A preocupação com a melhoria na renda foi algo visível no Margarida Alves.

A garantia de renda mensal “fixa”²⁵ é o principal apelo e, após a territorialização dos laticínios na região, a possibilidade de venda garantida de algum produto agrícola para os assentados se tornou atrativo. Negrão e Gámez (2019) lembram que a economia rural amazônica é baseada na:

[...] associação de diferentes recursos, como a pesca, a agricultura, a criação de gado e o trabalho assalariado, cuja relação dinâmica oscila entre especialização e generalização, de acordo com as oportunidades e restrições ambientais e econômicas [...] Nas últimas duas décadas, a composição da renda na região amazônica vem se diversificando e as estratégias baseiam-se na combinação do uso de diferentes recursos, das alocações sociais e do crédito produtivo. (NEGRÃO; GÁMEZ, 2019, p.68).

No Assentamento Margarida Alves não é diferente (por estar na Amazônia), essa associação de diferentes estratégias se apresenta cada vez mais visível, quando a pecuária e o trabalho assalariado se colocam como fatores principais de incremento da renda. Araújo (2015) nos lembra que a opção pelo leite também se dá devido à escassez de mão de obra e a dificuldades quanto à sucessão familiar.

A opção de peso, anterior a criação de gado leiteiro, era o café. A grande dificuldade em se manter a produção de café no Assentamento foi a cada vez mais escassa disponibilidade de mão de obra familiar. Com o avanço nas políticas públicas ampliadas para o campo, a partir de 2003, o acesso à educação técnica e superior e às linhas de crédito (entre outros fatores), fez com que os jovens assentados procurassem as cidades, em busca de melhor formação escolar e trabalho assalariado mais bem remunerado.

²⁵ “Fixo”, entre aspas, pois é sabido que a renda do leite varia de acordo com o preço do produto no mercado (na seca e na estação chuvosa, assumem, via-de-regra, valores bem diferentes). NÃO É SÓ PREÇO, A PRODUÇÃO DEVE VARIAR DE ACORDO COM A ESTAÇÃO CHUVOSA OU SECA.

Essa evasão de mão de obra, no caso do Assentamento Margarida Alves, entre jovens dos 17 aos 29 anos, reduz os braços para lavouras que demandam mais esforço desde o plantio até a colheita, como é o caso do café.

A Senhora M comenta o principal motivo que levou ela e a família a trocarem o café pelo leite. Embora o café seja um produto de alto valor de mercado (R\$450 e R\$500 a saca de 60 kg de café em grão limpo em 07/2020), é o leite que garante renda fixa para a família:

Tenho 4 filhos, 3 menino e 1 menina. O mais velho foi estudar no sul (faculdade de medicina veterinária pelo MST), o segundo mais velho tá estudando na EFA (Escola Família Agrícola, no Município de Ji-Paraná, em regime de alternância), a menina e o mais novo estudam na escola do Assentamento mesmo. Então fica mais eu e o véi pra dá conta de tudo, o cafezal dava muito trabalho, e faz tempo que nós num tem nenhum. As vaca, eu e os mais novo [casal de filhos mais jovens] tira o leite cedo, o caminhão passa e pega. Pronto, ganhamo o dia (risos). (SENHORA M, 2019)

Esse depoimento foi repetido por vários assentados, pois a grande maioria, que um dia já plantou café, hoje prefere o gado leiteiro, pois a exigência de força de trabalho é menor. Além disso, o ganho não depende de uma boa safra, e pragas e doenças são menos prejudiciais nessa atividade do que ao café. Mas, enfim, essa opção faz parte, segundo os próprios assentados, da cultura do Assentamento. Quando perguntamos sobre o motivo dessa opção, a maioria nem sabe mais responder, de tanto tempo que já faz parte do seu dia a dia.

Sobre essa passagem da atividade agrícola para a pecuária, McCracken *et al.* (1999) destacam que, durante os estágios iniciais de um assentamento na Amazônia, as famílias tipicamente desmatam anualmente de 2 a 5 hectares de floresta para o plantio em cultivos anuais. Ao estudar assentamentos no sul do estado do Amazonas, Silva (2012) nos diz que os assentados utilizam as áreas por 2 ou 3 anos com cultivos anuais, até o declínio da fertilidade do solo. Então, essas áreas são deixadas em pousio para serem usadas mais tarde ou regeneradas, ou “[...] são transformadas em pastagens para pecuária, ou ainda podem ser convertidas em áreas de culturas perenes” (SILVA, 2012, p. 70).

Essa opção pela pecuária se mostra comum em assentamentos da região Norte do País e apresenta motivos diversos devido à heterogeneidade das sub-regiões amazônicas. Silva (2012) nos mostra que no assentamento Matupí, no município de Manicoré (AM):

[...] apesar dos créditos recebidos para a agricultura, principalmente para o café e o cupuaçu, pelos primeiros beneficiários do INCRA no assentamento, essas culturas foram abandonadas por diversas dificuldades. Essas dificuldades englobam a produção, escoamento e a comercialização dos produtos, com destaque para a qualidade do solo, que na área do assentamento de baixa, com exceção de pequenas áreas de 'terra preta de índio'; a distância do assentamento a centros consumidores como os municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí; a precariedade tanto das vicinais quanto da rodovia Transamazônica-BR230, tornando a agricultura uma atividade de subsistência para as famílias. (SILVA, 2012, p.69).

Silva (2012) comenta também outra situação semelhante, esta verificada no Assentamento Rio Juma, no município de Apuí (também no sul do Amazonas), com limitação de força de trabalho dentro ou fora da família e disponibilidade de recursos para investimentos de expansão ou aberturas de novas áreas para cultivo. Esses fatores, somados às dificuldades de produção, escoamento e comercialização, influenciaram a decisão de muitos "parceiros" orientarem suas unidades de produção, pelo menos em parte, à criação de gado.

Diferentemente de Rondônia, que possui a maioria de seus municípios conectados por vias terrestres asfaltadas, o Amazonas apresenta grande malha de transporte fluvial, o que, devido às sazonalidades pluviométricas, dificulta em alguns lugares do estado o escoamento da produção, fato que não é um grande empecilho para os camponeses assentados em Rondônia. O que nos chama a atenção é a similaridade no tocante a opção pela pecuária bovina, em detrimento de cultivos agrícolas, como o café, o cupuaçu, entre outras, tendo a limitação de mão-de-obra como um ponto comum.

Na apresentação dos resultados da produção, veremos como está atualmente o rebanho em cabeças de gado no Assentamento Margarida Alves e a produção de leite (em litros dia), o que demonstra a opção pela pecuária bovina no assentamento. Também veremos como as famílias estão investindo para aumentar a produção e a produtividade, como em infraestrutura, "piqueteamento", ordenha mecânica e silagem. Essas ações são encaradas como novas estratégias utilizadas pelos assentados para permanecerem na terra e não se tornarem dependentes de capital leiteiro presente na região.

Conterato *et al.* (2007, p.13), em seu trabalho sobre dinâmica agrícola e desenvolvimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, consideram que a "[...] afirmação e o fortalecimento da agricultura familiar não dependem apenas da

ampliação da sua legitimidade política e formal, mas, sobretudo, das alterações que venham reduzir a sua dependência e vulnerabilidade”, citando a importância de políticas públicas como parte fundamental. Em conversas, tanto com moradores do Assentamento quanto com produtores de leite em outras áreas do estado, é comum ouvirmos falar que, em Rondônia, a dependência que os produtores de leite têm em relação ao mercado de laticínios é considerado um fator de vulnerabilidade, já que os ganhos oriundos da venda do leite estão condicionados às ações de poucas e grandes empresas, colocando o camponês em situação de dependência, tendo em vista a organização insuficiente dos mesmos para obter condições melhores de negociação e pouca atuação do Estado em relação à comercialização (seja para regular o mercado, seja para realizar compras públicas dos agricultores familiares).

Além da criação de gado bovino para a produção de leite, os assentados do Margarida Alves investem também, de forma mais modesta, na criação de gado para corte, devido às flutuações no preço do leite e o aumento na produção local. A venda de bezerros para abate tornou-se em uma nova estratégia para não ceder a imposição dos preços do leite e terem mais poder de barganha em suas negociações com o grande capital.

Muitos assentados estão utilizando os seus recursos financeiros para compra de gado de corte e aquisição de novas terras (fora do assentamento) para ampliação do rebanho. Além desse uso, investem na educação dos seus filhos e netos, para que possam se especializar em áreas diversas do conhecimento e depois retornarem ao Assentamento e às lutas por melhoria de sua classe. A crescente presença de funcionários públicos concursados inseridos nos núcleos familiares também pode ser um reflexo dessa transição que entendemos fazer parte das estratégias das famílias. Seriam essas as atuais estratégias que os assentados usam para não deixarem a terra, se capitalizarem e proporcionarem sua reprodução social?

Na sequência apresentaremos como os assentados selecionam e conduzem seus sistemas produtivos, quais dificuldades enfrentam e como se organizam para se manterem na terra de trabalho que tanto lutaram para conseguir no passado. Também serão discutidos quais são os novos arranjos territoriais e familiares, a importância do MST no Assentamento Margarida Alves e alguns depoimentos de lideranças em relação a nova dinâmica territorial que se apresenta no Assentamento após a invasão

por grupos de sem-terra²⁶, sem ligação com movimentos sociais, que ocuparam a reserva legal em bloco do Assentamento, em 2016, alterando significativamente a vida das famílias no Margarida Alves.

4.3. A VISITA PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA

Voltamos ao Assentamento Margarida Alves após seis anos, desde a nossa pesquisa de mestrado em 2013 e colaboração no trabalho de campo do Programa DURAMAZ, e essa volta suscitou-nos diversas sensações. Um misto de lembranças, curiosidade e apreensão tomaram-nos de assalto. A organização da visita ao Assentamento não foi fácil, pois dependíamos de autorização das lideranças do MST no Assentamento e da aceitação por parte da comunidade em participar da pesquisa.

Fizemos contato telefônico com um amigo e ex-aluno de graduação do IFRO Colorado do Oeste (assentado de Reforma Agrária), o qual nos hospedou em sua casa durante boa parte dos dias que passamos no Margarida Alves em 2013, e perguntamos sobre a possibilidade de colaborar com o nosso novo trabalho. O amigo se mostrou, como sempre, pronto, mas fez ressalvas em relação à nossa entrada no Assentamento. Conforme escrevemos anteriormente, as invasões e os conflitos na reserva legal, em 2016, haviam deixado os assentados com receio de receber pessoas “de fora”.

Mesmo nós que havíamos estado entre os assentados por quase dois meses, tornamo-nos possivelmente estranhos. De acordo com uma liderança do MST no Margarida Alves que, por questões de segurança, chamaremos de “CT”, em entrevista no Assentamento, durante encontro no período de realização da pesquisa, afirmou:

A Nacional do MST havia orientado aos assentados do Margarida Alves e Palmares [assentamento vizinho] que não dessem entrevista, não respondessem pesquisas e não facilitassem a entrada de pessoas desconhecidas no assentamento, principalmente se estivessem fazendo muitas perguntas. Os assentados deveriam comunicar as lideranças e sobre visitas indesejadas. Inclusive em 2018, um professor da Universidade Federal de Rondônia tentou realizar pesquisa no assentamento, fazendo entrevistas e não conseguiu realizar o trabalho pois os moradores não lhes responderam nada. (LIDERANÇA DO MST, “CT”, 2019).

²⁶ Trabalhadores rurais que não tem nenhuma ligação com o MST ou outro movimento de luta pela terra.

Nesse contexto, pedimos que o amigo assentado e militante da juventude do MST nos fizesse a gentileza de contatar as lideranças do Assentamento (que em sua maioria ainda lembravam de nós, devido contatos posteriores a 2013), explicando de quem se tratava e da necessidade que nós tínhamos em retornar ao local e lhes dar novamente “voz” por meio de outros canais de comunicação que, neste caso, agora seria a tese de doutorado.

Após quase um mês de conversa, conseguimos agendar a visita para o início do mês de fevereiro de 2019. Fomos contatados pessoalmente pelo companheiro “T”, convidando-nos para apresentarmos a proposta de trabalho no dia 02 de fevereiro de 2019, data que ocorreria o encerramento do XXIX Encontro Estadual do MST Rondônia, ocorrido na Escola Paulo Freire, no Assentamento Palmares (Figura 6). Ao recebermos este convite, sentimos que as portas do Margarida Alves estavam novamente abertas (ou parcialmente, como veríamos em seguida) para a realização de um bom trabalho, com adesão das militâncias e dos moradores.

Figura 6: Rondônia: Mística de encerramento do XXIX encontro estadual do MST, 2019.



Foto: Lucas Matos (2019).

Em companhia dessa equipe (professores William Kennedy e Marcos Rodrigues e o mestrando Lucas Matos), fomos recebidos pelo companheiro “T” que, cordialmente, fez referência à leitura de nossa dissertação sobre o Margarida Alves. Lembrou-nos da importância do nosso trabalho para os jovens assentados em formação acadêmica, principalmente no curso de Pedagogia do Campo, ofertado pela UNIR, na cidade de Rolim de Moura (RO).

Antes de adentrarmos ao pátio da Escola Paulo Freire, foi solicitado que deixássemos os celulares em uma caixa, colocada na parte externa do ginásio (os demais presentes também estavam sem celular). Em seguida, fomos convidados a nos apresentar e nos foi concedida a fala para lembrarmos de nossa estadia no Assentamento Margarida Alves, em 2013. Apresentamos a proposta de trabalho e pedimos aos assentados que participassem da pesquisa, recebendo os colegas pesquisadores que batessem às suas portas. Lembramos, na ocasião, que o amigo Lucas era de casa (Assentamento) e não nos acompanharia se não estivéssemos ali com boas intenções.

O Professor Marcos Rodrigues também era conhecido por parte da comunidade do Assentamento Palmares e do Margarida Alves, pois ministra aulas na escola estadual situada na cidade (sede do município) de Nova União, para filhos de assentados que buscam a continuidade da educação básica na cidade. Esse fato também colaborou com nosso trabalho.

Após a nossa apresentação, foi solicitado que nos retirássemos do ginásio, pois o encontro seguiria com suas discussões de ordem interna, das quais, obviamente, não poderíamos e nem queríamos participar (em respeito ao Movimento). Não nos foi permitido fotografar, mas recebemos do amigo Lucas algumas fotos do encontro, que foram permitidas por ele apresentarmos aqui. Após o encontro, houve confraternização na área social do Assentamento. Muitos conhecidos se aproximaram dando-nos segurança e mais tranquilidade para a coleta os dados. Alguns queriam falar sobre a situação da reserva legal do Margarida Alves.

Vimos duas das mais respeitadas lideranças do Assentamento Margarida Alves, o Senhor “C” e o Senhor “J”, que acenaram a distância, com gestos de “vamos conversar depois”, uma delas tinha sido ameaçada de morte pelos invasores da reserva legal, a outra seria presa pela Polícia Federal alguns poucos meses após nosso trabalho de campo. Este último, encontra-se em liberdade e foi inocentado pela Justiça no momento em que escrevemos estas linhas (04/2020).

O primeiro dia do trabalho de campo foi para revermos pessoas, reencontrarmos amigos, afinarmos discursos pró-conjuntura política atual. Falamos sobre os companheiros do DURAMAZ que não mais visitaram o Brasil desde 2013, e o principal, combinamos as visitas em alguns lotes que havíamos pesquisado no passado e que muito gostaríamos de ver a evolução, na estrutura e na vida dos que lá estavam.

4.4. POR DENTRO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES: EVOLUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO ECONÔMICO

Visitamos, de início, a casa do amigo “ST” (o qual tivemos bastante contato na pesquisa de 2013, um dos quais não perdemos o contato) que, ao nos receber com um bom cafezinho, fez questão de mostrar-nos seu lote e contar-nos como a vida financeira melhorou em relação a 2013. “ST” contou que, atualmente, além do acesso a financiamento, via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pode contar com alguns equipamentos pertencentes à Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços (Coomeafes) do Assentamento, como tratores, caminhões e máquinas trituradoras.

Em seu lote, atualmente, dispõe de ordenhadeira mecânica (Figura 7), um tanque resfriador (Figura 8), pertencente à Cooperativa do Assentamento, adquiriu mais cabeças de gado leiteiro (90 cabeças, com produção de leite de 80 litros/dia) e utiliza piqueteamento (Figura 9) de pastagem para seu rebanho (projeto dos piquetes foi feito por um técnico do MST que orienta os assentados em alguns serviços, segundo “ST”).

Figura 7 – Assentamento Margarida Alves/Gleba 6 – Nova União, RO: Estábulo com equipamento de ordenha mecânica, em lote do senhor “ST”, 2019.



Fonte: O próprio autor, 2019.

Figura 8 – Tanque resfriador de leite (pertencente à Cooperativa), em lote do senhor “ST”, na gleba 6 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: O próprio autor, 2019.

Figura 9 – Piquetes, em lote do senhor “ST”, na gleba 6 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: O próprio autor, 2019.

O senhor “ST”, exemplo de melhoria na renda e, conseqüentemente, das condições de vida, nos contou que o acesso a linhas de crédito, como o PRONAF, o ajudou a melhorar a infraestrutura do lote e, por conseguinte, a produção de leite, garantindo-lhe melhor renda e condições de quitar seus financiamentos. Esse exemplo, entre tantos outros que citaremos aqui, é o que chamamos de estratégias de investimento econômico (SANT’ANA, 2003), utilizadas como forma de manutenção do camponês na terra.

Outro caso semelhante é o do senhor “SM”, que também conhecemos em 2013, produzindo leite e investindo lentamente na compra de gado de corte, mas que à época ainda era um projeto difícil de ser alcançado. Atualmente, o senhor “SM” possui 148 cabeças de gado bovino e produção diária de 100 litros de leite. O senhor “SM”, desde 2016, comercializa gado de corte (Figura 10). Este produtor vende, aproximadamente, 30 cabeças de gado por ano para um frigorífico da região (FRIGON), que, segundo ele, manda buscar os animais sem cobrar frete.

O “SM” nos disse que conseguiu comprar outra “propriedade” no município de Mirante da Serra (vizinho de Nova União), onde cria o gado de corte, já que pelo tamanho do rebanho não caberia no lote do Assentamento. Na ideia dos assentados, inclusive dos senhores “ST” e “SM”, o fato de os mesmos conseguirem melhoria (para eles, significativa) na qualidade de vida e na renda não os configura como “ricos” (em

sua linguagem própria), nos dando o entendimento de que, assim sendo, mesmo com a capacidade de investimentos aumentando, eles não se tornam pequenos capitalistas rurais, mas ao contrário, continuam a se ver como camponeses, pois utilizam o trabalho familiar independente dos bens que possuem.

Figura 10 – Gado bovino do lote do senhor “SM”, na gleba 7 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: O próprio autor, 2019.

Leme (2018) nos lembra:

[...] a produção camponesa é aquela praticada pelos membros da família, cujo objetivo principal está na satisfação das necessidades básicas da família camponesa. Além disso, o camponês tem autonomia relativa na definição do tempo dedicado a cada atividade, os espaços de produção e a definição das atividades que serão desenvolvidas no interior da unidade de produção camponesa. Diferentemente da produção capitalista que explora mão-de-obra no processo produtivo, com o objetivo principal de obter lucratividade, permitindo assim a reprodução ampliada do capital. (LEME, 2018, p.93).

Para Camacho (2014), o modo de vida camponês não é capitalista, pois sua lógica não está na acumulação de capital e sim na satisfação das necessidades básicas. Se a satisfação de suas necessidades básicas perpassa por melhorar a renda e ampliar os espaços produtivos, como adquirir novas terras fora do assentamento, nos casos citados aqui, não descaracterizam os assentados da reforma agrária, pelo contrário, lhes apresentam de uma nova forma, mais adaptados

e estrategicamente inseridos no mercado para se manterem na terra e afirmarem o caráter produtivo dos assentamentos. Lamarche (1993), em pesquisa com agricultores familiares de diversos países, constatou que os brasileiros são aqueles que mais buscam a ampliação de suas terras.

Outra situação que julgamos significativa (não verificamos até 2013 no Margarida Alves) é a construção de silos²⁷, com a utilização cada vez maior do processo de ensilagem²⁸, o que propicia a produção de alimentação de qualidade para o gado bovino, especialmente no período seco do ano.

De acordo com a EMBRAPA (2015), na época em que a oferta de pasto não é suficiente para alimentar o rebanho, o uso de forragem conservada é a solução para os agricultores, sendo as formas mais comuns para conservá-la são a ensilagem e a fenação (este último não é comum na Região Amazônica).

Na gleba 5, o senhor “WA” construiu silos de “superfície” (Figura 11) que, segundo ele, é mais barato e de fácil mudança de local, caso haja necessidade. Para a EMBRAPA (2015, p.9), as desvantagens desse tipo de silo são: a “dificuldade em compactar a silagem e maiores perdas da silagem”. De acordo com o Senhor “WA”, ele passou a investir na técnica para que houvesse melhor alimentação para seu gado e nos períodos de seca, seja um reforço também. Ele pretende melhorar (aumentar) a produção de leite e é um dos assentados que vendem gado para o frigorífico FRIGON, no município de Jaru (distante, aproximadamente, 79 km de Nova União). A silagem produzida é comercializada entre os assentados, pois seu rebanho bovino não é tão grande. O Senhor “WA” também arrenda, para terceiros, parte de seu lote que dispõe de pasto.

Visitamos também o lote do senhor “NB”, na gleba 3, que, tal como o senhor “WA”, produz silagem ensacada em seu lote. Ao que nos parece, a prática da

²⁷ Silos de superfície de acordo com site especializado da empresa Agrolona, se trata não propriamente de uma instalação, mas uma técnica de armazenar forragem. Sendo a ensilagem é construída no nível do solo, sem que haja a necessidade de uma instalação previamente construída. O Silo de superfície é montado por meio de compactação e cobertura do material utilizando uma lona plástica, tendo baixo custo e não comportando um grande volume de silagem, devido seu baixo potencial de compactação na ensilagem o que determina riscos de deterioração do material ensilado. (AGROLONA, 2020).

²⁸ A ensilagem é o processo de produção, que envolve o corte, transporte, descarga, compactação de forrageiras e grãos e, posterior, vedação do silo. Já a silagem é o produto da forragem ou grão armazenado em meio anaeróbico (sem oxigênio) e conservado em meio ácido decorrente de fermentação, que será armazenada no silo. Existem vários tipos de silos, sendo divididos em dois grandes grupos, os silos horizontais que são os de trincheira, de superfície (com ou sem paredes laterais) e os silotubos ou *silobags* e os silos verticais que são do tipo cisterna, aéreo, meia-encosta e silo cincho. (CANDIDO, 2011).

ensilagem ocorre com maior frequência nos lotes onde ainda existem pequenos rebanhos bovinos ou nenhuma presença destes, sobrando espaço para o plantio de milho utilizado nesse processo (Figura 12).

Figura 11 – Silo de superfície na Gleba 5, do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: Lucas Matos, 2019.

Figura 12 - Silagem na Gleba 3, no lote do senhor “NB”, do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: Lucas Matos, 2019.

Esses foram alguns casos de assentados com práticas novas (em relação a 2013), formas de produção e de melhora da renda e da qualidade de vida no

Assentamento Margarida Alves, com inovação e uso de técnicas que, anteriormente, não eram vistas como possíveis para a agricultura de pequeno porte em assentamentos de reforma agrária em Rondônia. Garcia Júnior (1975) nos lembra que o modo de produção do camponês pode ser compatível com as variações das forças produtivas, contanto que não rompam com as relações de produção que lhe são próprias, caracterizadas pelo trabalho familiar.

O intuito central desse trabalho é mostrarmos a realidade do assentamento de forma que possam acrescentar um novo olhar sobre os debates em relação à produção nos assentamentos e as estratégias dos assentados para se manterem na terra para, conseqüentemente, contribuírem com a economia local sem se renderem às pressões do grande capital agrário em Rondônia, um estado que vangloria de sua expressiva produção pecuária, como se esta ocorresse exclusivamente em grandes propriedades.

5. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

5.1. DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA

Como mencionamos anteriormente, o objetivo deste trabalho é apresentar o processo de transformação/mudança nos sistemas de produção do Assentamento Margarida Alves e como esses processos se articulam com as estratégias dos agricultores para permanecer na terra com dignidade. Buscamos, tal como proposto por Sant'Ana (2003, p.39), “[...] analisar como as famílias constroem alternativas ou adaptações e articulam suas ações em um determinado contexto, visando criar as condições necessárias capazes de mantê-las na terra, produzindo (ao menos parcialmente) seus meios de vida e de reprodução social”.

Aqui apresentaremos os resultados e faremos as devidas discussões para apresentarmos assentados de um assentamento que lutam para “desconstruir a imagem negativa que grande parte da sociedade tem em relação aos assentamentos e ao povo que ali habita” (ARAÚJO, 2015, p.44). No Assentamento Margarida Alves, os assentados buscam manter sua reprodução enquanto segmento social, se relacionando de maneira direta com o mercado de gêneros agrícolas e criando condições de vida satisfatória para si e suas famílias.

Por meio da análise dos dados, identificamos que 50% das famílias possuem entre 3 e 4 pessoas morando no lote, o que representa a nova configuração das famílias rurais brasileiras que, em meio à transição demográfica²⁹, reduziram lentamente o número de filhos e, conseqüentemente, o tamanho das famílias. Como apresentamos inicialmente e apresentado em outro trabalho (ARAÚJO, 2015), o tamanho das famílias tem sido para o Margarida Alves um fator preponderante para a modificação de seus sistemas produtivos.

²⁹ Proposta nas primeiras décadas do século XX, a teoria da transição demográfica foi formulada à luz da relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento socioeconômico. Segundo essa teoria, o desenvolvimento econômico e o processo de modernização das sociedades estariam na origem das mudanças nas taxas de natalidade e de mortalidade verificadas em países europeus, com conseqüentes mudanças nos ritmos de crescimento populacional. A passagem de uma sociedade rural e tradicional com altas taxas de natalidade e mortalidade para uma sociedade urbana e moderna com baixas taxas de natalidade e mortalidade constituiria o esquema da transição. (VASCONCELOS; GOMES, 2012, p. 240.)

De acordo com Araújo (2015), havia 37% das famílias do Assentamento produzindo café que, desde o início da formação do assentamento, era atividade de grande aceitação por ser comum em Rondônia (figura entre os cinco maiores produtores de café no Brasil desde 2017, de acordo com o Governo do Estado de Rondônia³⁰) e por gerar (até hoje) renda considerável, tendo em vista o preço do café no mercado. Os dados também nos mostram a composição familiar com mais frequência nos lotes do Assentamento formada pelo casal, filha e filho com idades variando entre 13 e 51 anos para os moradores do lote.

Ao observarmos tal conformação, entendemos um dos motivos que levam os assentados a modificarem gradativamente seus esforços e interesses produtivos. É muito comum, como citamos aqui, que as famílias menores (em número) disponham de menos mão de obra para as lavouras que demandam mais braços para plantio e colheita.

Em relação a esse contexto, também levamos em consideração uma questão importante e muito discutida há tempos, que é a sucessão familiar rural. Por ser um Assentamento relativamente novo (23 anos desde sua criação), o Margarida Alves ainda não vivencia (em breve estará) a necessidade de discutir a sucessão familiar. A preocupação com sucessão familiar no meio rural está relacionada ao envelhecimento e aos movimentos migratórios, neste caso, dos assentados. No Margarida Alves, a maioria de seus assentados e familiares concentram-se entre os 13 e 60 anos, tendo apresentado, para este levantamento, um percentual de 40,3% de mulheres e 59,7% de homens (distribuídos entre as famílias participantes).

Em relação ao fator migração (principalmente emigração) por parte dos assentados, para o Margarida Alves também não se mostra um fator preocupante. Observando a população do município de Nova União, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, a mesma apresentava 7.493 habitantes, com estimativa, em 2019, de 6.970, redução estimada de quase mil habitantes (973), enquanto isso, a

³⁰ Rondônia é o quinto maior produtor de café do Brasil e o segundo em produção do café Conilon. Segundo as estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para a safra 2019 se espera colher 2,3 milhões de sacas de café no estado. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Embrapa Rondônia revelam que, em 2019, a área cultivada com café nesta safra em Rondônia será de 72 mil hectares, sendo 8,1 mil em formação e 63,9 mil em produção. Estudos das duas instituições mostram que a área cultivada é 23,9% menor do que a existente na colheita de 2015. Todavia, a produção estimada será 21,6% superior à daquele ano. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/producao-de-cafe-conilon-avanca-e-pode-ter-safra-recorde-em-2019-aquecendo-a-economia-com-a-geracao-de-emprego-e-renda/#:~:text=Rond%C3%B4nia%20%C3%A9%20o%20quinto%20maior,cada%20saca%20possui%2060%20kilos>. Acesso em: 05 mai. 2020.

população assentada, em contagem oficial do INCRA (2020), seriam 254 famílias assentadas (capacidade de 258). Porém, de acordo com a liderança da cooperativa do assentamento, moram no Margarida Alves cerca de 300 famílias. Portanto, a diminuição da população em Nova União não se deu por meio da saída de famílias do assentamento.

Não era nosso objetivo investigar o movimento migratório dos assentados e nem das famílias de outras áreas do município de Nova União. Porém, por ser um assunto diretamente ligado à questão produtiva nos assentados, consideramos necessário citar aqui, já que a produção é vista como uma estratégia de resistência na terra.

Sant'Ana (2003), ao investigar as estratégias usadas por agricultores familiares do interior do estado de São Paulo, identifica quatro grupos de estratégias, sendo que:

[...] no primeiro estão reunidas as estratégias relacionadas à conservação ou ampliação da terra, da infraestrutura da propriedade e do patrimônio familiar; no segundo estão as estratégias ligadas à produção e à comercialização; no terceiro, as estratégias de gestão da unidade familiar; e no quarto grupo as estratégias de cooperação e organização dos produtores. (SANT'ANA, 2003, p.46).

Aqui apresentamos, para o Margarida Alves, principalmente, as estratégias de produção e comercialização e, em alguns momentos, de maneira complementar, as ligadas à infraestrutura da propriedade e de patrimônio familiar que são, neste caso, estratégias que mantêm os assentados na terra.

Para esta análise, além da faixa etária dos moradores, julgamos que o nível de escolaridade dos assentados é um fator preponderante na manutenção³¹ das famílias no Assentamento. É fato que o número relativamente reduzido de pessoas por moradia é um reflexo da nova configuração familiar rural e favorece a substituição gradativa de lavouras perenes (como o café) pela pecuária leiteira e de corte. Essa mudança gera outra consequência que pode ser considerada significativa: a liberação de tempo para que os filhos dos assentados possam, por exemplo, estudar. Araújo (2015) fala sobre a vontade de muitos pais assentados em terem os filhos “formados”, já que eles não puderam cursar a escola formal e concluir os estudos, muito menos chegar a um curso superior.

³¹ Manutenção no sentido de se manter lá, reduzindo o abandono por meio de migrações externas e venda dos lotes.

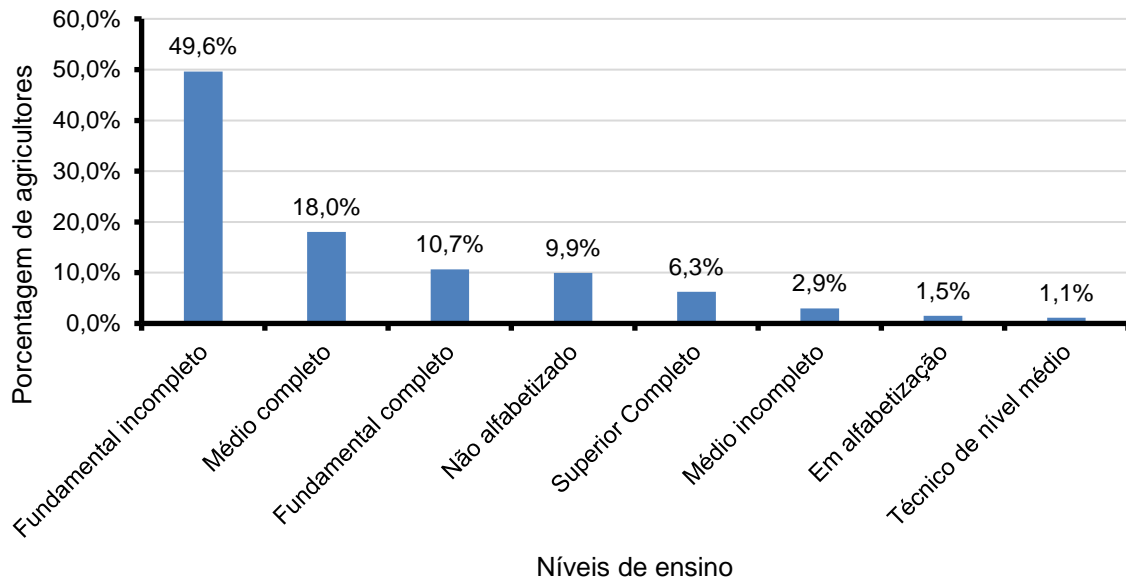
No Margarida Alves, há uma escola de ensino fundamental – Escola Polo Antônio Carlos – (com todas as etapas do ensino fundamental), onde os assentados iniciam seus estudos e, na sequência, complementam em outras escolas próximas, seja no campo ou nas cidades vizinhas, como Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste etc. Muitos assentados, por incentivo dos pais e de integrantes do MST no Assentamento, buscam a formação técnica profissional em instituições, como a Escola Família Agrícola (EFA) Itapirema, em Ji-Paraná, que oferece Curso Técnico em Agropecuária na modalidade da Pedagogia da Alternância³².

A EFA Itapirema é bastante procurada pelos assentados do Margarida Alves devido à possibilidade de retorno quinzenal para o Assentamento, o que favorece aos mais jovens ajudarem nas tarefas do lote, assim reduzindo os custos com contratação de mão de obra. Além da EFA e das escolas do município de Nova União, unidades do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) também recebem estudantes do Margarida Alves. Os *Campi* Ariquemes, Ji-Paraná e Colorado do Oeste são os mais procurados, por oferecerem cursos voltados ao setor rural. O *Campus* Colorado do Oeste oferta curso Técnico em Agropecuária e os cursos de graduação em Agronomia, Zootecnia, Gestão Ambiental e Biologia. No momento desta pesquisa, identificamos dois assentados cursando Engenharia Agrônômica e dois no curso Técnico em Agropecuária. A figura 13 apresenta a distribuição dos assentados de acordo com o nível de escolaridade.

O predomínio de assentados pesquisados, quanto ao nível de escolaridade, é daqueles que possuem o ensino fundamental incompleto. Nesse nível, aparecem os adultos que não concluíram o ensino fundamental e as crianças e jovens que ainda estão cursando do 6º ao 9º ano. Os não alfabetizados são os assentados que afirmaram não ter ido à escola (alfabetização formal), mas que, em geral, sabem assinar o nome e realizam operações matemáticas básicas.

³² A Pedagogia da Alternância oferece condições para que o aluno da zona rural tenha acesso à educação de forma alternada, permanecendo quinze dias na escola e quinze dias em casa, o que torna mais fácil o seu acesso à escola (NASCIMENTO, 2012). Vale lembrar que essa proposta surgiu na França, na década de 1930, com o intuito e atender à necessidade dos camponeses em terem uma educação voltada a sua realidade. (VERGUTZ, 2012).

Figura 13 – Assentamento Margarida Alves, Nova União (RO): Distribuição dos agricultores pesquisados, de acordo com o nível de escolaridade - 2019.



Fonte: O próprio autor, 2019.

Como escrevemos anteriormente, embora o Margarida Alves seja um assentamento investigado por profissionais de universidades de outros estados e até mesmo de outros países, ainda existem pouquíssimas referências bibliográficas sobre o assentamento. Os 6,3% (17 pessoas) de assentados com ensino superior completo fizeram seus trabalhos de conclusão de curso também voltados para o Assentamento e tendo como base Araújo (2015) e alguns trabalhos feitos pelo DURAMAZ. Conhecemos quatro desses assentados com ensino superior completo e que, ao se formarem, retornaram ao Assentamento para seguirem suas vidas e aplicarem os conhecimentos adquiridos nos lotes da família.

Um dos colaboradores dessa pesquisa, o Gestor Ambiental Lucas Matos, atualmente cursa Mestrado em Geografia, é um desses exemplos. Militante da Juventude do MST, está aplicando no lote sua família os conhecimentos adquiridos durante sua formação. Outro exemplo que encontramos foi o do Médico Veterinário Wilton que, após formado (no Rio Grande do Sul, com apoio do MST), retornou ao assentamento, trazendo sua companheira, também Médica Veterinária para morar no lote da sua família (conhecemos, em 2013, quando estava de partida para a faculdade).

O Kleyton, filho de uma liderança do MST no Assentamento, concluiu o curso de Engenharia Agrônômica no Rio Grande do Sul e retornou ao lote da família para ajudar no trabalho e melhorar a renda e a qualidade de vida de sua família. Também existem casos de professores e professoras assentados desde a formação do Margarida Alves e ministram aulas na escola do Assentamento, onde têm preferência, devido à relação que possuem com a comunidade.

Podemos constatar a forte relação entre composição familiar, faixa etária e nível de ensino com os dados relativos à caracterização e localização do trabalho agrícola (dentro ou fora da propriedade), o que também refletirá diretamente na renda das famílias e no tipo de ocupações dos membros das famílias. E como as estratégias de produção estão sendo analisadas aqui, é necessário entendermos como se dá a distribuição da mão de obra dentro e fora do lote por tipo de trabalho (agrícola e não agrícola).

Constatamos que a maioria (60,53%) dos assentados contrata ou utiliza mão de obra externa, mas apenas eventualmente. Isso reflete uma relativamente boa taxa de ocupação dos assentados, mostrando que parcela significativa dedica o seu trabalho quase que exclusivamente à produção no seu lote. Esse fato fortalece nosso entendimento em relação à permanência do assentado na terra, pois estes não necessitam, aparentemente, de trabalhos fora de sua propriedade para sua manutenção. Entre as famílias entrevistadas, apenas 6,49% dos membros realizam algum trabalho não agrícola fora do lote. São pessoas que trabalham, em geral, na sede do município e têm ocupações no serviço público ou no comércio local.

Na tabela 1, especificamos os tipos de mão de obra contratada pelos assentados, destacando-se as diárias e a troca de dias de serviço como predominantes no Margarida Alves. Do total de pesquisados, 52,73% contratam diaristas durante o ano (em 2007, eram 41%, segundo dados do DURAMAZ I), em média entre 10 e 11 diaristas por ano.

Porém, alguns participantes utilizam mais de 10 diaristas por ano, alguns chegando a contratar de 20 a 30 diaristas anualmente. De acordo com os assentados, a maioria dos diaristas são oriundos da cidade de Nova União e campo próximo ao Assentamento, indicando que o Margarida Alves, além de garantir o sustento de seus moradores, ainda gera renda para o seu entorno.

Tabela 1 - Distribuição (%) dos agricultores pesquisados em função do tipo de mão de obra contratada, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).

| Tipo | Frequência | Porcentagem (%) |
|--------------------------|------------|-----------------|
| Diarista | 29 | 52,73 |
| Troca de dias de serviço | 17 | 30,90 |
| Mutirão | 5 | 9,09 |
| Empregado permanente | 2 | 3,64 |
| Empreitada | 1 | 1,82 |
| Divide renda do leite | 1 | 1,82 |
| Total | 55 | 100 |

Fonte: Elaboração do próprio autor (2019).

Em contrapartida, a pesquisa evidenciou que no Margarida Alves predomina o trabalho agrícola da família dentro do estabelecimento (90,94% dos participantes da pesquisa). Os demais (9,06%), que não realizam trabalhos agrícola no lote da família, geralmente são crianças e idosos ou pessoas acometidas por doenças, impossibilitando-os de trabalhar. Algo impactante foi analisar a parcela de 84,06% de assentados que não realizam atividade agrícola fora de seu lote, enquanto somente 15,94% realizam trabalhos em outras propriedades por meio de trocas de dias de serviço, recebimento de diárias ou outras formas de pagamento (Tabela 2). Pelo conhecimento que temos da dinâmica do Assentamento, entendemos que este percentual elevado está ligado diretamente ao número reduzido de pessoas no núcleo familiar (como já discutimos) e à necessidade de cuidados com a produção do próprio lote.

Ao ampliarmos a análise para as rendas consideradas não oriundas das atividades dentro do lote das famílias, 44,16% das entrevistadas possuem outro tipo de renda além daquela proveniente das atividades agrícolas dentro do seu lote. Dentre aqueles que dispõem de renda não-agrícola, as fontes são diversas (41,56% do total), mas predomina a aposentadoria/pensão, com 65,62%, seguida da renda referente ao salário de funcionário público, 21,9% do total.

Tabela 2 - Distribuição (%) dos agricultores pesquisados em função do tipo de fonte de renda externa ao lote, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).

| Fonte de renda | Frequência | Porcentagem (%) |
|----------------------|------------|-----------------|
| Aposentadoria/pensão | 21 | 65,62 |
| Funcionário público | 7 | 21,9 |
| Bolsa família | 1 | 3,12 |
| Construção Civil | 1 | 3,12 |
| Frete | 1 | 3,12 |
| Salário do comércio | 1 | 3,12 |
| Total | 32 | 100 |

Fonte: Elaboração do próprio autor (2019).

As aposentadorias/pensões, inclusive as de auxílio saúde (doença), se constituem em rendas importantes para muitas famílias, principalmente naquelas em que predominam os idosos impossibilitados de trabalhar na “roça”, o que, para alguns autores, poderia caracterizar uma “economia sem produção”. Negrão e Gámez (2019), em trabalho sobre renda na Amazônia, citam que em:

[...] localidades na qual o trabalho assalariado não é representativo, como no PA Margarida Alves, as atividades agropecuárias têm um peso acima da média como atividade laboral [...] e a aposentadoria rural não apenas tem um peso relevante no orçamento das famílias, como ressignificou em muitos casos a presença do idoso no núcleo familiar - de um ‘peso’ no orçamento da casa, o idoso passou a ser um provedor financeiro. Em certas ocasiões, o aposentado ‘empresta’ o próprio nome para que os filhos ou netos realizem compras a crédito na cidade (tanto para comprar equipamentos para casa, como televisão, geladeira ou moto, quanto motores e equipamentos para beneficiamento da produção). (NEGRÃO; GÁMEZ, 2019, p.85).

Entre os funcionários públicos, verificamos professores, policiais e servidores do quadro administrativo da Prefeitura de Nova União. Mas como escrevemos aqui, são pessoas oriundas do Assentamento que, devido ao mais amplo acesso à educação formal, estão se inserindo no serviço público por meio de concursos, mas permanecem no Margarida Alves, onde investem sua renda fixa em melhorias nos lotes que possuem.

Ainda ao analisarmos a tabela 2, verificamos que, entre os participantes da pesquisa, apenas um declarou acessar programas de transferência direta de renda

(Bolsa Família), o que reflete um avanço em relação à dependência por parte dos assentados quanto a essa política pública. Em 2013 (ARAÚJO, 2015), quando questionados sobre quais ações (governamentais ou não) haviam trazido melhorias para a vida dos assentados, 48,1% dos assentados responderam que o Programa Luz Para Todos do Governo Federal havia sido até aquele momento a ação mais relevante para melhora da vida no Margarida Alves, enquanto 9,8% responderam ser o Bolsa Família a ação que trouxe mais benefícios, mostrando que essa política já era pouco significativa para os assentados e sua importância reduziu-se mais ainda.

Mais uma vez recorremos a Negrão e Gámez sobre a importância desses programas:

A partir dos anos 1990, a Amazônia tornou-se uma região preferencial de diferentes programas e projetos governamentais e não governamentais. [...] O Luz para Todos talvez seja o programa público de infraestrutura que tenha obtido a maior taxa de sucesso de implantação nas comunidades rurais amazônicas. A expansão da rede elétrica abriu um horizonte de possibilidades de investimentos em bens de consumo e de capital justamente quando a renda se expandiu, permitindo a compra de equipamentos para a economia doméstica e para o lazer. Um dos exemplos mais marcantes observados em campo, foi a proliferação do número de geladeiras, que permitiu não apenas diversificar o consumo alimentar, mas também o investimento em pequenos negócios. (2019, p. 87-88).

O acesso à luz elétrica significa para os assentados a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida e, conseqüentemente, reduzir a possibilidade de grande parte deles querer sair da terra. Nós consideramos que a consolidação da rede de eletrificação no Margarida Alves é também um dos pontos-chave da mudança em relação à opção sobre o que produzir, nesse caso a migração para a criação de gado leiteiro. A partir desse momento, a cooperativa dos assentados (Figura 8, p.75) e os laticínios locais (Figura 14) passam a disponibilizar tanques resfriadores de leite, fato que incentivará vários assentados a produzirem este produto para além do seu autoconsumo.

Um dos laticínios que disponibilizam tanques no assentamento é o Tradição (Grupo Tradição Alimentos), um dos maiores da região Norte, estando presente na região central de Rondônia (principal bacia leiteira do Estado), nos municípios de Ji-Paraná e Jaru que estão entre os maiores produtores de leite do Estado. Outra grande empresa do ramo, atuante na região, é a indústria Italac (Goiasminas Indústria de Laticínios Ltda), oriunda de Goiás, que tem no município de Jaru uma das maiores

indústrias do grupo, com capacidade instalada para produção de 1,3 milhões de litros de leite, ficando apenas atrás da sede em Corumbaíba (GO), com capacidade instalada para 3,2 milhões de litros e o polo de Passo Fundo (RS), com capacidade de 1,4 milhões de litros, segundo o site da empresa³³. Como a Italc não disponibiliza tanques no assentamento, a busca é feita por caminhões tanque de intermediários, que recolhem o leite produzido pelos assentados.

Figura 14 - Tanque resfriador de leite (laticínio Tradição), instalado na gleba 4 do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: O próprio autor (2019).

Com os tanques resfriadores sendo disponibilizados e distribuídos com mais facilidade dentro do Assentamento, cada vez mais famílias deixariam de produzir alimentos diversificados, para optarem pelas “facilidades” da produção de leite. No ano de 2004, foi fundada a Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços (Coomeafes) que, segundo membros da mesma, foi criada com o intuito de ajudar os assentados a organizarem a produção e promoverem atividades ligadas ao turismo ecológico e ao manejo florestal da reserva legal do Assentamento.

³³ Disponível em: <<https://www.italac.com.br/sobre-a-italac/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Os moradores do Margarida Alves têm um bom nível de organização no tocante à participação na Cooperativa e a outros espaços de organização coletiva, como sindicatos e associações. A maioria das famílias participa de algum tipo de associação (geralmente é o modo de organização por gleba que, devido ao tamanho do Assentamento, permitiria, em tese, uma melhor coesão dos moradores), cooperativa ou sindicato. Entre os entrevistados 34,83% estão vinculados à Coomeafes (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição (%) dos agricultores pesquisados em função do tipo de participação em grupos coletivos, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).

| Tipo | Frequência | Porcentagem (%) |
|--------------------------|------------|-----------------|
| Cooperativa (Coomeafes) | 31 | 34,83 |
| Não participa de nada | 25 | 28,09 |
| Sindicato | 21 | 23,60 |
| Associação de gleba | 11 | 12,36 |
| Cooperativa e associação | 1 | 1,12 |
| Total | 89 | 100 |

Fonte: Elaboração do próprio autor, (2019).

Segundo uma liderança do Assentamento, também vinculada à Coomeafes, o Sr. J, a cooperativa dá preferência aos moradores assentados “*legítimos*”, os que estão ali desde o começo de tudo. Além dos assentados com perfil e histórico ligado ao MST e à luta pela terra, também é permitida a entrada de famílias simpatizantes ao Movimento e à forma coletiva de trabalho, chamadas de “famílias amigas” e de boa conduta em relação aos vizinhos e à ordem no Assentamento.

As associações de classe também são bem procuradas pelos assentados, não só o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas, também, entidades de outras categorias, como professores e policiais militares.

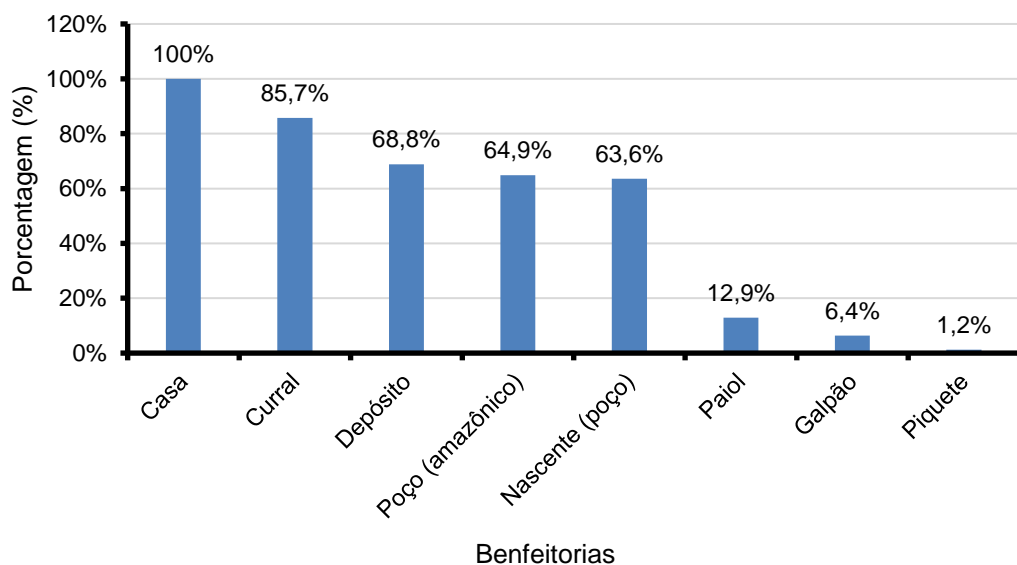
A tabela 3 nos leva a entender que há uma opção em relação a qual tipo de organização pertencer, havendo insignificante adesão a mais de um dos tipos. Esse fato se dá por questões de ordem ideológica e por questões de custos de manutenção (pagamento de mensalidades). Por estarem dentro do Assentamento, a Coomeafes e as associações das glebas têm maior procura. As mesmas (porém, mais a

Coomeafes) disponibilizam equipamentos e implementos agrícolas para seus associados, a baixo custo de aluguel, como tratores, máquinas trituradoras, descaroçadoras, caminhão de pequeno porte e, principalmente, os tanques resfriadores de leite.

Essa procura se dá, também, devido ao pequeno acesso por parte dos assentados à aquisição individual de tais equipamentos, o que também seria estranho em relação ao modo de vida dos assentados que, pautado por processos coletivos, desejando melhorar financeiramente, ainda assim, não almejam se comparar aos grandes capitalistas rurais.

Como verificado por Araújo (2015), os assentados avançaram significativamente – se assim se pode considerar – em relação à infraestrutura e acesso a equipamentos. Todas as famílias possuem ao menos uma casa no lote, apenas seis lotes têm mais de uma casa. Devido à crescente opção pela criação de gado bovino (leite e/ou corte), 85,71% dos lotes possuem curral. Os lotes também possuem outras benfeitorias (Figura 15), construídas ao longo do tempo com recursos próprios oriundos da renda da terra e por meio de financiamentos, como os disponibilizados, entre outros, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como ainda demonstraremos mais adiante.

Figura 15 - Distribuição (%) das benfeitorias existentes nos lotes das famílias pesquisadas, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: Próprio autor (2019).

Em relação aos equipamentos de uso pessoal e familiar pertencentes aos assentados e presentes nos lotes, verificamos que 92,21% das famílias possuem moto como principal veículo de locomoção (em 2007 eram 70%, conforme dados do DURAMAZ I e, em 2013, de acordo com Araújo (2015), eram 59,6%) e 44,13% das famílias possuem carro (em 2007 eram apenas 8,3%, conforme dados do DURAMAZ I e, em 2013, segundo Araújo (2015), eram 16%). Estes dados mostram que, em se tratando de aquisição de meios de locomoção, a qualidade de vida melhorou para a maioria dos assentados, pois, em 2007, aproximadamente 22% das famílias se locomoviam em carroças (dados do DURAMAZ I, 2008) e, em 2013, apenas 0,9% usavam esse tipo de locomoção (ARAÚJO, 2015). É nítido que essas mudanças contribuem significativamente para a permanência do assentando na terra, pois, devido à proximidade do Assentamento em relação ao núcleo urbano de Nova União (aproximadamente 13 km), não precisam residir na cidade para resolverem questões que demandam de serviços urbanos.

Em relação aos equipamentos agrícolas e às inovações relativas à produção, encontramos piquetes (ainda que pouco frequentes) e os silos (Figura 10) para alimentação animal. A maior demanda em relação à criação de gado bovino está trazendo inovações que há seis anos não estavam presentes no Assentamento, como a maior quantidade de trituradores (38,96% das famílias possuem) e os silos (12,99% possuem).

As ordenhadeiras mecânicas também começam a ser uma realidade no Margarida Alves, sendo 7,79% já as possuem em seus lotes, como mostramos aqui. Apenas 3,90% das famílias possuem trator, isso se explica pelo alto custo de aquisição e devido ao empréstimo (de trator) feito pela Cooperativa aos seus filiados (a Coomeafes possui dois tratores e dois caminhões).

Para quem não é cooperado, a Cooperativa, aluga o trator a preço baixo e o locatário custeia as despesas com operação e combustível. A Cooperativa também disponibiliza para uso coletivo uma “casa de farinha”, viveiro de mudas com espécies nativas (esses serviços estão em plena atividade, figura 16) e, desde que acordado com a cooperativa, podem ser utilizados por qualquer morador do assentamento.

Figura 16 – Veículos e equipamentos pertencentes à Coomeafes do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: Lucas Ramos de Matos (2019).

Ainda em relação à infraestrutura dos lotes, comentamos que ela tende a ser ampliada conforme melhora a renda dos assentados, porém destacamos, também, a importância do Pronaf para as famílias do Margarida Alves. O Pronaf foi criado em 1995 e, de acordo com o *site*³⁴ do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES, 2020), visa ao financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

Este Programa “[...] surge numa época na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos

³⁴ Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf#>>. Acesso em: 15 jun. 2020

agricultores, em particular os familiares” (GUANZIROLI, 2007) e inaugura um novo modo do Estado intervir com relação à agricultura familiar regional” [...]. Tendo como característica ser uma política pública que leva em conta as especificidades da agricultura familiar, as suas estratégias de reprodução social, a forma diversificada de produção [...], visa justamente atender às demandas dessa categoria social dos espaços rurais brasileiros (CONTERATO, 2007). Entre as famílias participantes da pesquisa, 80% afirmaram ter acessado a alguma modalidade do Pronaf, enquanto 18% dos créditos utilizados provêm de outras fontes de financiamento, e outros 2% não souberam informar a fonte.

Em 2013, quando perguntados sobre quais ações, governamentais ou não, haviam trazido mais benefícios ao Margarida Alves, apenas 7,4% dos assentados responderam ser o Pronaf a ação que trouxe melhoria na qualidade de vida (ARAÚJO, 2015). Negrão e Gámez (2019) mencionam que é frequente o acesso ao crédito ou financiamento bancário em sítios pesquisados pelo DURAMAZ II, afirmando que metade (50%) das famílias entrevistadas nos 14 sítios/campo (na Amazônia Brasileira) objetos do programa, tinham acessado algum tipo de financiamento. No caso específico do Margarida Alves, verificamos, em 2013, que 78% das famílias haviam acessado empréstimos nos últimos 5 anos antes da pesquisa:

[...] um quinto o fez para compra de bens de consumo próprio ou familiar (eletrodomésticos, motos e carros, por exemplo). O restante declarou ter utilizado o crédito para investimentos na propriedade, na produção ou no trabalho. A atividade que mais recebeu recursos de financiamentos foi a cultura de animais – em geral para o gado – respondendo por pouco mais de 30% do total. Em seguida, aparecem os investimentos na roça ou na lavoura, com cerca de 15% do total. (NEGRÃO; GÁMEZ, 2019, p. 88 - 89).

Ao compararmos os dados atuais (2019), sobre benfeitorias e equipamentos para os lotes, não houve mudanças em relação ao destino do investimento, pois continua sendo feito em infraestrutura (inclusive casas) para o lote e aquisição de equipamentos. Em nossa pesquisa, das 77 famílias participantes, 58% já possuíam ou possuem algum crédito agrícola, mostrando, uma redução no acesso ao crédito que, neste caso, pode ser explicada, em parte, pela gradativa estabilização financeira dos assentados.

Para os 42% das famílias que não acessaram linhas de crédito e/ou financiamento nos últimos cinco anos, o maior impedimento, citado por 37,5% dos

entrevistados que não tiveram recursos de crédito, foi a falta de documentos (Figura 17). Durante visita ao Assentamento, em entrevistas com moradores, muitos nos falaram sobre o recebimento da escritura da terra (titulação), pois grande parte está recebendo o documento que finalmente lhes garante de forma definitiva a terra. Porém, como é uma realidade dos assentamentos do Brasil, muitos moradores do Margarida Alves não são assentados “originais” da reforma agrária, estão ali por terem adquirido (não sendo propriamente uma compra da propriedade, mas o pagamento da infraestrutura já realizada no lote, com um algum acréscimo, não sendo pago o preço de mercado da terra) lotes de assentados que deixaram o Assentamento por motivos diversos. De acordo como os moradores, eles possuem apenas contratos de gaveta (sem registros), não lhes garantindo acesso às linhas de crédito, como o Pronaf. Alguns conseguem outros financiamentos, como no caso dos lotes onde moram aposentados e funcionários públicos da ativa, que dispõem de crédito consignado e outros semelhantes para investirem no lote em caso de necessidade.

Grande parcela das famílias (31,3%) não possui financiamento ativo e não tem interesse em adquirir o recurso (Figura 17). Durante o trabalho de campo, era muito comum ouvir dos assentados que não queriam mudar ou melhorar seu modo de produzir e às vezes não buscavam créditos por se sentirem “estabilizados”. Não podemos deixar de destacar que outros motivos, além da não vontade de acessar o crédito, como idade avançada de alguns assentados, o trabalho no serviço público (descaracterizando-o como agricultor familiar) e mesmo uma parcela que simplesmente ainda não procurou ter acesso a linhas de crédito por motivos diversos.

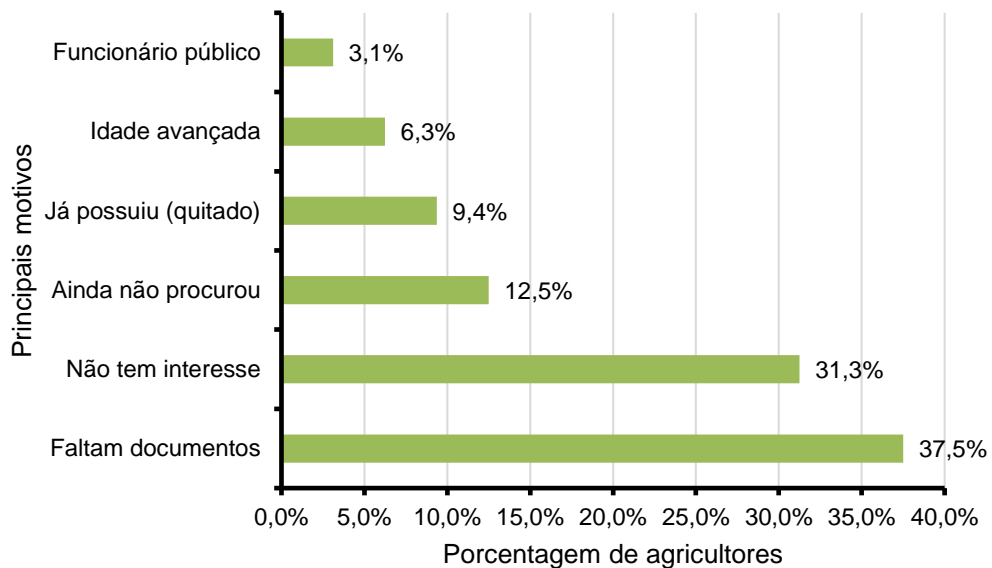
No caso do Assentamento Matupí (Manicoré, Amazonas), estudado por Silva (2012, p. 71), “[...] o acesso ao crédito rural é uma forma de garantir a fixação dos produtores rurais nos lotes” e, de acordo com a autora, 55% dos responsáveis pelos lotes afirmaram não ter recebido nenhuma forma de crédito rural, sendo que:

Alguns justificaram a preocupação com o financiamento devido a incerteza de liquidar o crédito recebido, outros devido a falta dos próprios documentos ou do cônjuge, a falta de regularização do lote e, outros ainda já vieram capitalizados de outros locais e, por isso não se enquadram como possível beneficiário ao crédito. (SILVA, 2012, p.71).

Por não ser o foco principal da pesquisa de Silva (2012), a autora não detalha a porcentagem de assentados que não possuem documentos para acessar crédito, mas afirma que este grupo se encontra majoritariamente entre os 55% que não

receberam nenhum tipo de crédito. No Margarida Alves, 37% não possuem algum tipo de documento que os impede de acessar linhas de crédito para beneficiários da reforma agrária.

Figura 17 - Distribuição dos agricultores pesquisados que não possuem financiamento ativo em função do motivo, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).

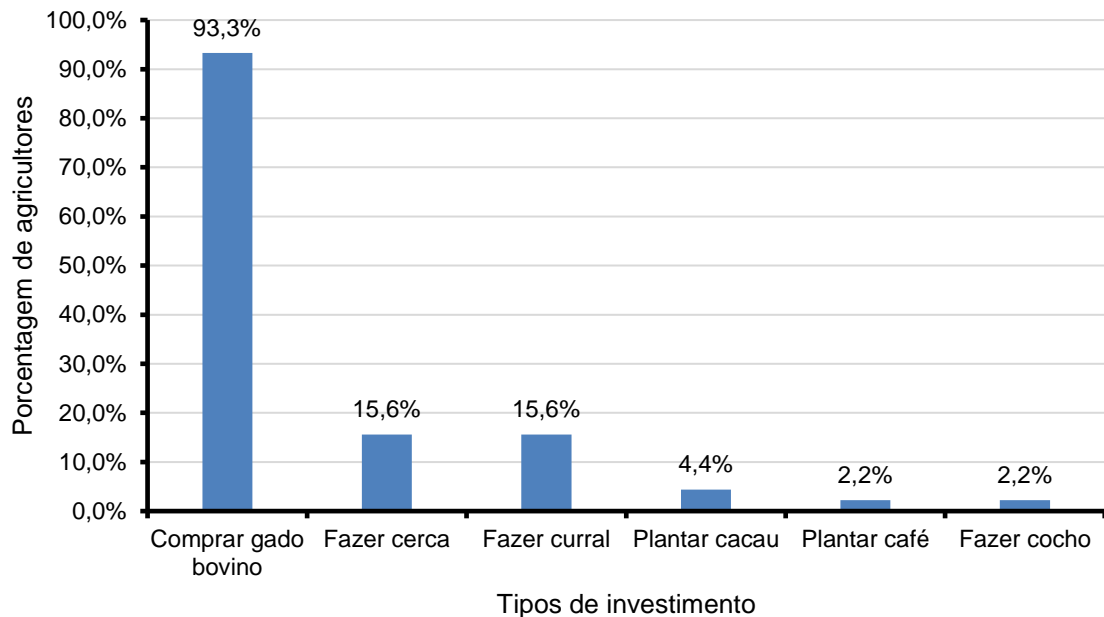


Fonte: o próprio autor (2019).

Assim como em 2013, dentre as famílias que recorreram a linhas de crédito, a maior parte as utilizou para investir em compra de gado de corte (54,24%) e 17%, para investir na compra de gado leiteiro. Este resultado indica que a mudança em relação à produção se iniciava naquele ano, mudança de pecuária de leite para de corte, como principais atividades econômicas do Assentamento, como demonstraremos no próximo item. Embora em pesquisa de mestrado, Araújo (2015) afirma estar na produção de leite a principal fonte de renda dos assentados do Margarida Alves³⁵, atualmente podemos afirmar que a mescla entre bovinocultura de leite e de corte tem resultado em maior renda para os assentados, o que os permite permanecer na terra.

³⁵ Para essa problemática ver: ARAÚJO, M. E. B. A vida e a produção no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. Porto Velho, RO: UNIR, 2015, Dissertação de Mestrado, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET. Departamento de Geografia – DGEO. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – PPGG, Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2015

Figura 18 - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados*, de acordo com o uso do financiamento, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



*Total com repetição. Em alguns casos foram citados mais de um tipo de finalidade do financiamento.
Fonte: Próprio autor (2019).

Ao analisarmos a figura 18, vemos que a maioria dos assentados (93,3%) utilizou o financiamento para compra de gado bovino (leite e corte), e, como afirmamos anteriormente, a maioria deles tende a comprar gado bovino de corte.

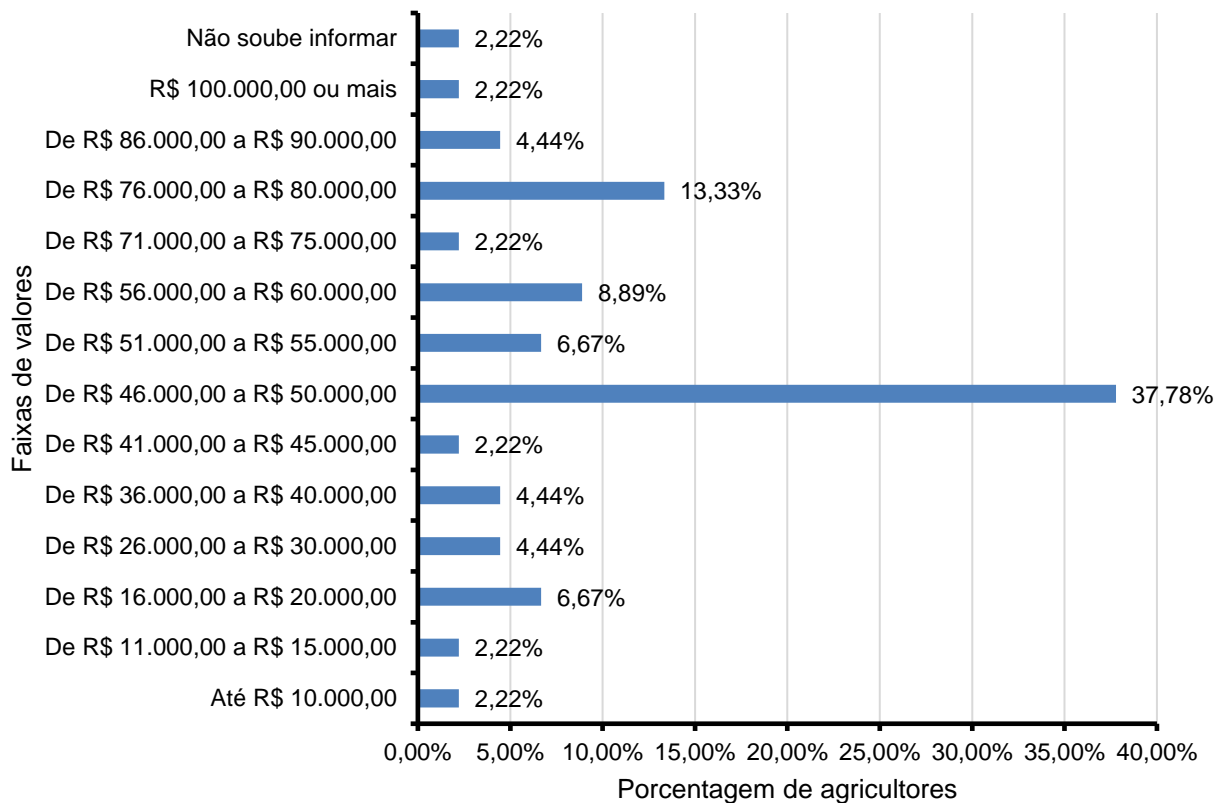
A opção pelo gado bovino de corte se dá claramente (de acordo com a fala de alguns moradores) pelo preço das novilhas³⁶, os animais mais vendidos pelos assentados (média de preço para Rondônia em 11 de maio de 2020 era de R\$161,50 por arroba) e, também, oferecem menos risco de oscilação em relação ao preço de mercado na região, diferentemente do leite³⁷ (que em maio de 2020 variou entre R\$0,75 e R\$1,08 para a venda ao laticínio em Rondônia). Corrobora a afirmação de Sant'Ana (2003), de que os pequenos agricultores criam alternativas e adaptações visando criar condições de mantê-los na terra. Os demais assentados, com acesso a linhas de crédito no mesmo período (menor parte), as utilizaram para investimento em alguma estrutura de produção, como curral, cocho ou cerca. Poucas famílias (6,6%) utilizaram o recurso para investimento em plantio de cacau e café, que outrora foram atividades predominantes na região e no Assentamento (Figura 18).

³⁶ Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/cotacoes/boi-gordo/>>. Acesso em: 02 set. 2020.

³⁷ Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/cotacao/leite/>>. Acesso em: 02 set. 2020

Independentemente da fonte do crédito (Pronaf ou outra), as instituições financeiras que mais disponibilizaram crédito foram o Banco do Brasil, abrangendo 63% dos financiamentos e o Banco da Amazônia S/A (BASA), com 32,6%, enquanto outras instituições habilitadas contribuíram com 4,4% dos financiamentos. As faixas de valores dos financiamentos feitos pelos assentados variam muito, inclusive devido ao fato de muitas famílias possuírem mais de um financiamento ativo, às vezes um em cada instituição, sempre contratados no prazo máximo de 10 anos. Destacou-se a faixa entre 46 e 50mil reais, acessada por 37,78% dos pesquisados (Figura 19).

Figura 19 - Distribuição percentual dos valores dos financiamentos acessados pelos agricultores pesquisados, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: Próprio autor, 2019.

Questionamos os assentados em relação à relevância de se adquirir financiamento. As linhas de crédito, principalmente o Pronaf, mostram-se de grande importância para os assentados, pois apenas 7,35% consideraram pouco importante acessar o crédito, sendo que as demais famílias consideram importante ou indispensável ter acesso a linhas de crédito. Consideram esses recursos

fundamentais para a permanência da família na terra, pois é com esse dinheiro que muitos realizam os investimentos que aqui apresentamos. Mudanças em relação ao que se produz e como se produz, proporcionadas pela construção de silos, aquisição de ordenha mecânica e/ou triturador (38,96% das famílias possui), irrigação (7,79% investiram em equipamento de irrigação) e, principalmente, a aquisição de gado bovino de corte, representam significantes mudanças em relação ao que se produzia em 2007 e 2013 (leite), pela diversificação na atividade pecuária e no incremento de tecnologias.

5.2. A CRIAÇÃO DE GADO BOVINO E OUTROS ANIMAIS.

A partir de dados de pesquisa realizada no primeiro campo do programa DURAMAZ (2007), no Margarida Alves, verificamos que 78% das famílias participantes da pesquisa criavam gado bovino e desses, 73,3% tinham o leite como o produto que lhes gerou renda naquele ano. Em 2013, tendo como base de referência no ano de 2012, 80,2% das famílias afirmavam criar gado bovino (ARAÚJO, 2015), mostrando pequeno aumento do número de famílias que passaram a investir em atividades pecuárias. Porém, de acordo com Araújo (2015), a atividade leiteira representava, para 87% dos pesquisados, a principal atividade do lote, principalmente em termos de renda, significando aumento de 18,7% em relação a 2007.

A análise dos dados coletados em 2019, entre as famílias participantes, permite verificarmos que 83% das famílias assentadas criam gado bovino, seja para leite ou para corte. O aumento no número de famílias que opta pela criação de gado bovino, mesmo que possa ser considerado pequeno (5% de 2007 a 2019), evidencia o que inferimos neste trabalho: o aumento na criação de gado bovino tanto para leite quanto para corte. Entre os entrevistados que produzem leite, apenas uma família (em um universo de 60 famílias produtoras de leite) não comercializa o leite, utilizando-o apenas para autoconsumo.

Em outros assentamentos no Brasil, a pecuária leiteira também é uma realidade presente por serem locais onde geralmente a “[...] capacidade de investimento em modernização é bastante reduzida e em muitos casos é nula”, como afirmam Silva, Barone e Izidoro (2011, p.268). Em estudo realizado em dois assentamentos (Primavera e Tupanciretan), na região do Pontal do Paranapanema, no município de Presidente Venceslau (SP), os referidos autores verificaram que 100% das famílias

do Assentamento Tupanciretan produzem leite, enquanto no Assentamento Primavera, são 88% dos assentados com produção leiteira, evidenciando, assim como no Margarida Alves (83% das famílias produzem leite), a importância desse produto como fonte de renda mensal para os assentados.

No Margarida Alves, a produção e venda de leite ainda é a principal atividade garantidora de renda monetária mensal para as famílias, porém, ao analisarmos a produção de leite no Assentamento, ainda verificamos dificuldades para o aumento da produtividade das matrizes.

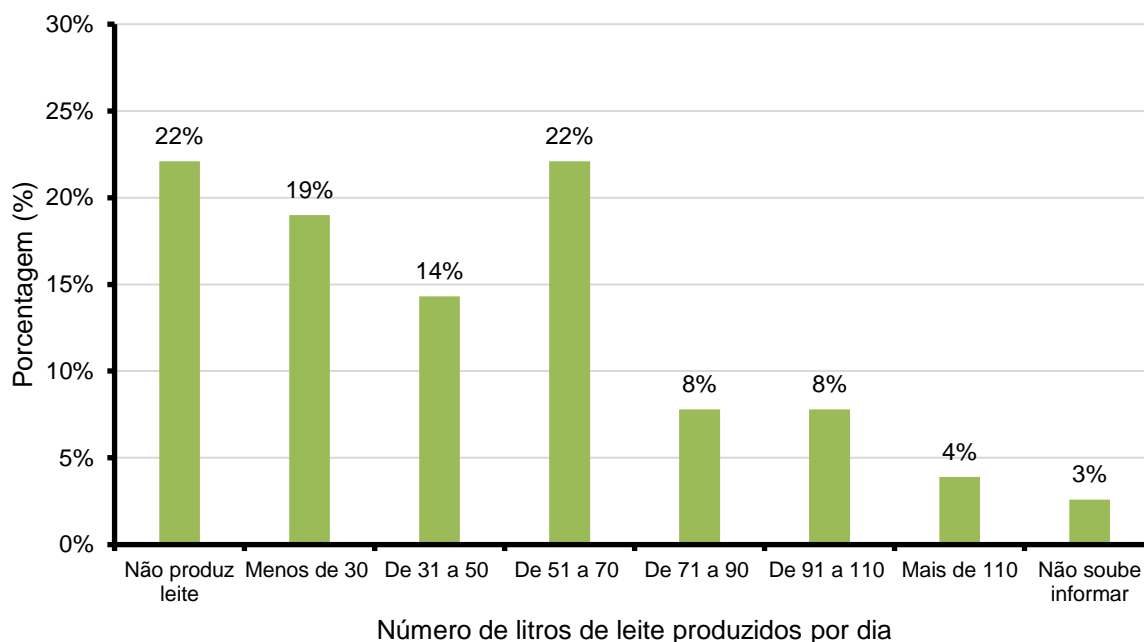
Para as famílias com bovinos voltados para a produção de leite, observamos a produção diária variando de 1 litro/dia a 187 litros/dia, sendo que a maioria (55%) produz até 70 litros/dia (Figura 20). De acordo com a EMATER-RO (2020), a produção diária para o município de Nova União é de 11.332 litros/dia. Após análise dos dados, verificamos que 50% das famílias produzem em média até 45,8 litros/dia. No entanto, a produção média diária por animal é de no máximo 3,6 litros/animal/dia, considerada muito baixa (em termos de percentual) quando comparamos à média para o estado de Rondônia, de 8,5 a 10 litros/animal/dia (EMATER, 2020). Em geral, as famílias assentadas produtoras de leite, apenas para o consumo próprio, possuem poucos animais.

Essa baixa produção diária, entre outros fatores ocorre devido à qualidade genética dos animais, daí a importância da assistência técnica e do acesso a linhas de crédito para aquisição de animais que possam produzir maior quantidade de litros por dia, garantindo maior renda e, conseqüentemente, a permanência do assentado na terra. No Margarida Alves, mais de 90% dos produtores possuem animais de produção não mais que 2 litros/dia/animal. É possível aumentar muito essa produtividade, mesmo mantendo uma certa rusticidade do rebanho.

De acordo com Araújo (2015), em análise menos detalhada em relação à produção de leite/dia no Margarida Alves, relata que 64,2% das famílias tinham produção variando na faixa de 20 a 79 litros/dia. Um fato intrigante apresentado por Araújo (2015), foi a expressiva quantidade de não respostas (35,8%) para a quantidade de litros produzidos por dia e a quantidade vendida. À época, justificou-se a quantidade de mulheres que responderam ao questionário, pois, como a atividade ainda era predominantemente comandada pelo homem, as mulheres, para não informarem de maneira supostamente imprecisa, preferiam não falar, ou

simplesmente não o sabiam mesmo. O fato é que a produção de leite continua sendo a atividade principal do assentamento.

Figura 20 – Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, em função da produção de leite, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: Próprio autor, 2019.

No assentamento Primavera, em Presidente Venceslau (SP), 36% dos assentados produziam entre 12 a 20 litros; 21% tinham produção de 21 a 30 litros, tendo assim, mais da metade das famílias (57%) produzindo até 30 litros de leite/dia. Por outro lado, 29% dos entrevistados produziam, na ocasião, entre 31 a 50 litros e 14% acima de 60 litros por dia. (SILVA; BARONE; IZIDORO, 2001). Há uma diferença significativa entre a quantidade de leite produzida no P.A. Primavera e a produção do Margarida Alves, pois, neste último, 20% dos assentados produzem acima de 71 litros de leite/dia. Tal diferença não modifica o fato de que a renda em ambos os casos provém majoritariamente da mesma atividade, contribuindo com a continuidade da reforma agrária no Brasil.

Outras similaridades, entre essas duas realidades distantes e distintas, verificamos, como por exemplo, a venda do leite. Silva, Barone e Izidoro (2001, p.279), informam-nos que não há contratos formais firmados entre assentados e laticínios, o que existe são o que os autores denominam de “acordos de boca”, “no qual os

assentados entregam o leite durante o mês para o laticínio e recebem no fim do mês, na maioria das vezes o preço é cotado com base no valor do mês anterior”. No Margarida Alves, de acordo com entrevistas durante a pesquisa de campo, também ocorre processo semelhante, não existe contrato formal, e pode ser rompido a qualquer momento por ambas as partes. Talvez por isso, a maioria das famílias no Margarida Alves venda sua produção para intermediários, visando aumentar seu poder de barganha.

Embora a produção de leite seja a atividade econômica predominante, notamos algumas famílias (13 famílias) dando preferência para a criação de gado bovino de corte, não concentrando suas vendas apenas nos animais para o abate, também possuem em menor quantidade, vacas leiteiras. Cerca de 50% dos assentados criadores de gado bovino de corte, informaram ter vendido 13 animais ou menos no último ano, 30%, vendeu no máximo 3 animais. sendo que a parte vendeu no máximo 3 animais (30%) no ano.

Quanto ao destino da produção, seja o leite, o gado bovino de leite ou de corte, 66% das famílias realizam as vendas para intermediários (denominados de “atravessadores”); 7,8% realizam venda direta para os frigoríficos (gado bovino de corte), como o caso do Sr. SM, como mencionamos anteriormente. Especificamente do leite, somente 5,20% vendem direto para o laticínio.

Silva (2012) nos lembra que para muitas famílias assentadas, além do que é produzido, o lote também pode ser visto como reserva financeira e, tendo uma oportunidade mais rentável, mas sempre lembrando que:

Na região Amazônica a pecuária extensiva tem sido vista cada vez mais como uma **estratégia** (grifo nosso) de sobrevivência para os pequenos produtores, devido às dificuldades de comercialização dos produtos agrícolas, pela precariedade das vias de escoamento, flutuações acentuadas dos preços das culturas de mercado e porque a implantação de pastagens permite um ganho patrimonial significativo no caso da venda da terra, sendo uma atividade-meio para viabilizar o uso da terra como ativo de especulação. (SILVA, 2012, p. 75).

Além do gado bovino, as famílias costumam criar animais de pequeno porte. A maioria das famílias do Assentamento possui criação de aves (92%) e/ou suínos (74,02%), enquanto a criação de peixes é praticada por 11,68% das famílias. Em 2007, 13,3% das famílias do Margarida Alves afirmaram ter na piscicultura uma das suas atividades, mas apenas 15% destas vendiam o peixe. À época havia o incentivo

para a produção de peixes e, de acordo com alguns assentados, não havia necessidade de licenciamento para a abertura de tanques para criação, principalmente do tambaqui (*Colossoma macropomum*). Brito (2009), sobre esse assunto, afirma:

[...] a existência de [...] dois programas voltados para a piscicultura, ambos do Governo Estadual, a saber: o Projeto Peixe na Merenda, que inclui o alimento no cardápio da merenda escolar da rede pública, implantado no ano de 2006; e, o PROPEIXE, um projeto de desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado em Rondônia, concebido com a finalidade de incentivar a criação de peixe no estado e, ao mesmo tempo, estimular os frigoríficos de pescado instalados. (BRITO, 2009, p.16)

O programa PROPEIXE foi implantado em 2008, mas existiam expectativas, principalmente, devido à possibilidade de implantação de vários frigoríficos de peixe em Rondônia, o que poderia impulsionar a comercialização e os assentados teriam mais uma fonte de renda além do leite. Em 2013, Araújo (2015) não verificou recuo na produção de peixe, mas também não houve grande avanço em relação aos criadores de peixe, sendo 13,6% de assentados que possuíam tanques em seus lotes e criavam peixes. Assim como em 2007, no ano de 2013, desses criadores, 98,8% não venderam peixes, fato relativo ao não cumprimento das expectativas em relação aos programas de compra, abate e beneficiamento do peixe e, principalmente, ao baixo preço do produto no mercado, tendo em vista a grande oferta regional.

Atualmente, a venda de peixe é insignificante para a renda dos assentados, sendo partilhado ou vendido a preço de custo dentro do Assentamento. Grande parte da produção dos animais de menor porte, como aves, suínos e peixes é destinada ao consumo próprio (33,7%) das famílias, sendo o restante distribuído em outras formas de comercialização, como feira livre no município de Nova União, abatedouros de aves e suínos locais e venda dentro do Assentamento.

5.3. USO DA ÁREA DO ASSENTAMENTO: ASPECTOS PRODUTIVOS E AMBIENTAIS

Como a principal atividade produtiva do assentamento é a criação de gado, a quase totalidade dos lotes possui área com pastagem (93,5%); seguida pelo milho (19,5%), cujo cultivo está diretamente associado à produção de silagem para a

alimentação animal. Via de regra, em Rondônia, devido ao grande período chuvoso que caracteriza o clima da Amazônia, a falta de alimento para os animais não costuma ser um grande problema, mesmo para camponeses familiares; diferentemente de áreas, como o semiárido brasileiro, onde a estiagem constante dificulta e, às vezes, impossibilita a criação de animais de grande porte, principalmente bovinos.

O café, que outrora foi significativa atividade no Assentamento e na região central de Rondônia, hoje se mostra bem menos importante economicamente. No Margarida Alves, apenas 16,88% dos lotes mantêm cafezais ativos. Como abordamos anteriormente, essa substituição dos cafezais por outras atividades não se restringe a Rondônia, ocorrendo também no Amazonas em assentamentos de reforma agrária estudados por Silva (2012).

Comparando com 2013 (ano de referência 2012), Araújo (2015) constata que 63% dos assentados não produzem mais café, devido, sobretudo, às mudanças na configuração/perfil familiar. Porém, com a tecnologia do café clonal (*Coffea canephora*), disponibilizada pela EMATER de Rondônia, alguns assentados voltaram a se interessar pelo cultivo, principalmente por ser este de produção mais precoce, possibilitando retorno mais rápido do investimento feito na lavoura.

O plantio de banana (*Musa*) utiliza 14,3% da área do Assentamento e os plantios, em grande parte, são para autoconsumo e apenas uma pequena parte é comercializada. A área destinada ao plantio de mandioca (*Manihot esculenta*) representa 10,4% e a produção também é voltada para o autoconsumo. A área ocupada pelo total das lavouras é inferior a 12,5 ha para mais de 50% das famílias do Assentamento. A área plantada com lavouras tende a diminuir conforme as áreas de pasto aumentam, sendo uma tendência em áreas rurais. A área de pasto dentre os lotes pesquisados soma 93,5%, dividindo a área do lote com os demais cultivos. Outra evidência do interesse pela criação de gado bovino (além do tamanho da área de pasto), são as lavouras de milho para silagem que totalizam, entre os lotes pesquisados, 19,5% da área dos lotes.

Nas entrevistas com algumas famílias do Margarida Alves, ouvimos que o interesse e disposição para plantarem alimentos, como feijão, arroz, entre outros está diminuindo. Em 2013, Araújo (2015) cita a colheita de feijão feito por meio de um plantio em outro município (Monte Negro) e, na ocasião, as famílias que plantaram e colheram o feijão, o dividiram e/ou venderam a baixo custo entre os assentados, mas afirmavam que a prática deixava de ser comum com o decorrer do tempo. Antes

(formação do Assentamento), as famílias levavam os itens produzidos para vender na cidade, hoje compram esses itens nos supermercados da cidade.

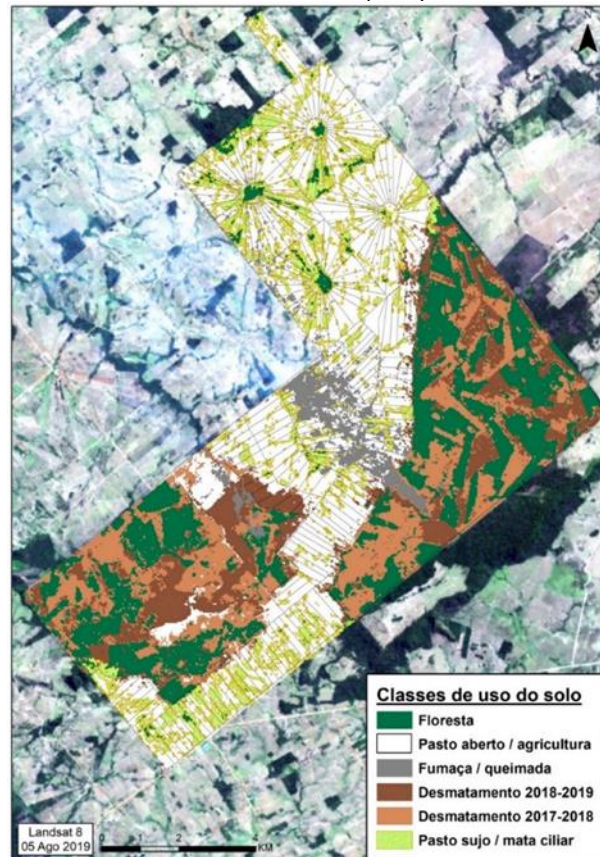
As áreas de pasto tendem a se expandir, pois, mesmo dentro Margarida Alves, principalmente quando se trata da reserva legal, as queimadas recentes têm colocado em xeque a credibilidade dos assentados em relação à preservação ambiental. Esse fato foi discutido em trabalho recente de Negrão, Araújo e Matos (2020), publicado na Revista Confins. Os autores apresentam a análise de imagens de satélite entre os anos 1985 e 2019, demonstrando o aumento da área desmatada no Assentamento, principalmente dentro da reserva legal, onde vários incidentes estão levando à perda de grande área verde pertencente aos assentados. A presença de pasto em áreas desmatadas recentemente (2017 a 2019), são predominantes em todo o Assentamento, inclusive na área da reserva legal (Negrão et al, 2020).

O Margarida Alves passa pelo processo de mudança não só em relação ao que se produz, mas, principalmente, no tocante à visão ambiental de grande parte de seus assentados. Em entrevista com o senhor J.A, considerado referência de liderança dentro do Assentamento e membro ativo do MST em Rondônia, percebemos a preocupação dele em relação ao futuro, por exemplo, da reserva legal. Em visita ao seu lote, ele nos recebeu com uma frase marcante: “Estamos com uma flecha no peito”, uma ferida, que é a reserva legal em bloco invadida/ocupada³⁸, no seio do Assentamento, o que antes era um grande exemplo de coletividade e sustentabilidade para os assentados, hoje é motivo de dor e sofrimento para muitas famílias do Margarida Alves.

Tudo se intensificou a partir de 2016, com a última grande invasão por parte de pessoas externas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Depois de muitos problemas (alguns relatados) e a pacificação da área, decidiu-se que os filhos dos assentados (aqueles que tivessem interesse) poderiam ocupar a área desmatada da reserva, para que a mesma não fosse invadida novamente. Porém, o dano ambiental é visível (Figura 21), pois, entre 2017 e 2019, áreas de desmatamento aumentaram e, conseqüentemente, irão se dividir em pasto (principalmente) e lavouras em menor quantidade.

³⁸ Incorporamos a nomenclatura invadida/ocupada para diferenciar as ações de grileiros das ações dos membros do MST que hoje estão acampados na área da reserva aguardando a possível criação de um novo assentamento.

Figura 21 - Imagem Landsat 8 classificada, com os desflorestamentos recentes (em marrom escuro e claro) da reserva legal do Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



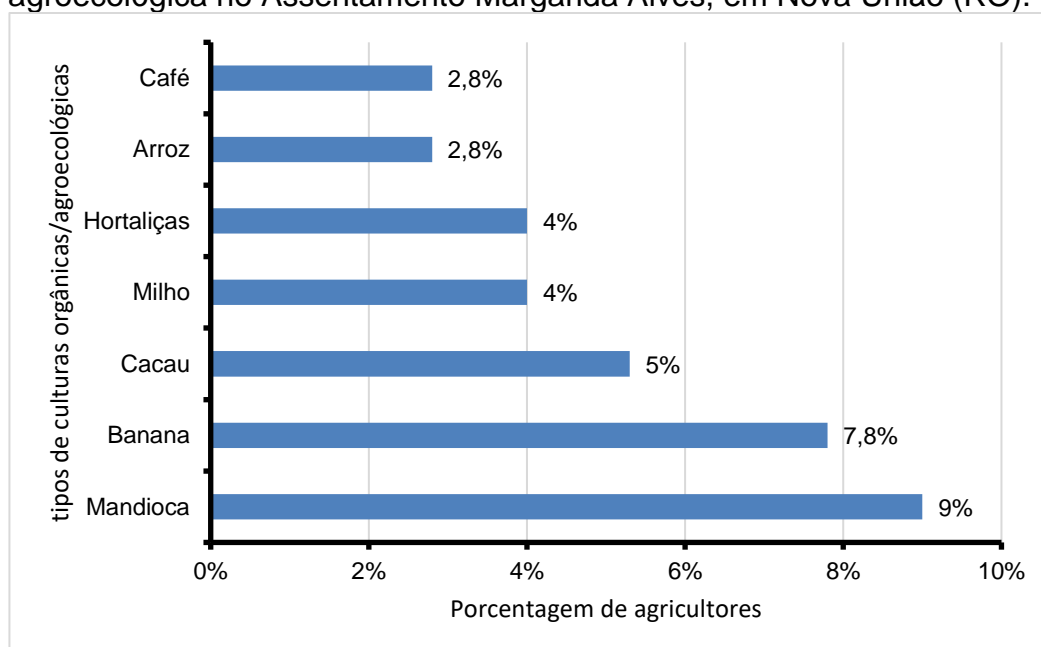
Fonte: USGS Earth Explorer / INCRA. Elaborado por Negrão et al. (2020).

Como demonstramos neste trabalho, a cada dia os assentados do Margarida Alves passam a produzir cada vez menos alimentos de origem na agricultura, e esses poucos produzidos não o são de forma orgânica³⁹, como ocorre com certa frequência em assentamentos de reforma agrária e outras áreas onde predomina a agricultura familiar. Em pesquisa recente, Couman e Valdanha Neto (2019, p.117) buscaram entender de onde vem o conhecimento dos assentados do Margarida Alves sobre agroecologia que, de acordo com os autores, representa “[...] uma forma de abordar agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção”.

³⁹ A Associação de Agricultura Orgânica (AAO) classifica a agricultura orgânica como um processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/agricultura-organica.php>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Ainda de acordo com a pesquisa de Couman e Valdanha Neto (2019, p.118), “todos os participantes responderam que conhecem ou já ouviram falar sobre agroecologia, disseram tratar-se de uma agricultura preocupada com o meio ambiente e acreditam ser uma agricultura sem uso de agrotóxicos e saudável”, e a maioria afirma ter obtido esse conhecimento por meio de ações do MST. Porém, quando verificamos os alimentos hoje produzidos pelas famílias do Assentamento Margarida Alves, 80% não produzem alimentos de forma orgânica e nem agroecológica, sendo apenas uns poucos itens produzidos dessa forma pelas demais famílias.

Figura 22 – Porcentagem de agricultores e Itens produzidos de forma orgânica ou agroecológica no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: o próprio autor (2019).

Em entrevistas com os assentados durante a coleta de dados, foi muito comum ouvirmos que, além da tendência de modificação em relação ao que se produz no Assentamento (abandono das lavouras e gradativo aumento da criação de gado), um dos fatores que os levam a reduzirem as áreas plantadas é a pouca ou nenhuma assistência técnica de que dispõem. Nos assentamentos, a dificuldade de acesso ao serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ofertado pelos escritórios da Emater, é muito criticada por parte dos assentados, dependentes de mais atenção na hora de produzir.

De acordo com Da Ros e Piccin (2012, p.132), as reivindicações pela ampliação da oferta dos serviços de ATER “aos agricultores familiares e assentados foram

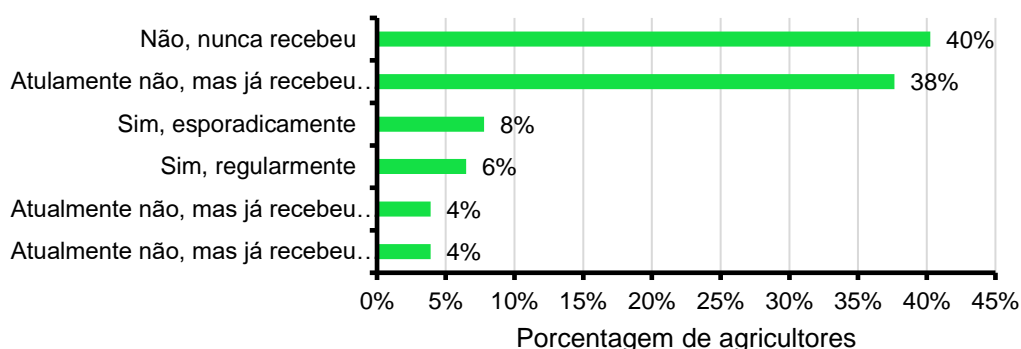
incorporadas na agenda dos movimentos sociais e sindicais do campo em suas ações de pressão sobre as instâncias do Estado pela ampliação do acesso à terra, à infraestrutura e por políticas diferenciadas de crédito rural”.

Estudos ⁴⁰ apontam que, para a viabilização socioeconômica dos assentamentos de reforma agrária, é mister estimularmos atividades produtivas que garantam o sustento das famílias assentadas e a geração de excedentes a serem comercializados nos mercados locais (DA ROS; PICCIN, 2012).

No Margarida Alves, levantamos que, dentre as 77 famílias participantes, apenas 37,4% recebem ou receberam alguma assistência técnica. Para este grupo, a avaliação da assistência recebida é considerada boa por 80%. Apesar do baixo percentual de assistência técnica recebida pelas famílias do Assentamento, 66,6% das famílias consideram importante receber esse serviço, enquanto apenas 15% julgam pouco importante receber assistência. Na figura 23 apresentamos os detalhes do acesso à assistência técnica por parte dos assentados pesquisados.

Contar com serviços de ATER regular (somente 10% tiveram ou dispõem atualmente desse serviço com essa característica) (Figura 23) e crédito rural são fatores determinantes para a tomada de decisão dos agricultores na hora de escolherem o que produzir e, conseqüentemente, obterem gêneros de melhor qualidade que permitam ter acesso a mercados e ao retorno favorável dos seus investimentos, de modo que se sintam estimulados em permanecer na terra.

Figura 23 - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, de acordo com o acesso a assistência técnica, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: o próprio autor (2019).

⁴⁰ GUANZIROLI, C E.; BRUNO, R; SOUZA, I. C.; DIAS, M. M. Assistência Técnica para Assentamentos Rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER). Rio de Janeiro. Relatório de Consultoria, 2003; PEIXOTO, M. O planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: experiências no Rio de Janeiro. Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas. Seropédica: UFRRJ, vol. 24 (1-2), p. 159-172, 2002;

Quando a proposta para esta pesquisa surgiu, inicialmente pensávamos em estudar os circuitos curtos de comercialização utilizados pelos assentados e verificarmos se o acesso a tais circuitos seria uma estratégia usada pelos assentados do Margarida Alves, como forma de permanecer na terra. Mas ao reanalisarmos os dados disponibilizados pela pesquisa DURAMAZ (I e II), percebemos a comercialização pelos circuitos curtos não era uma das estratégias mais acessadas pelos assentados para lhes garantir melhor renda e, conseqüentemente, maior permanência na terra.

Em 2007 (dados do DURAMAZ I), 95% das famílias vendiam seus produtos por meio de intermediários, sendo o leite o produto mais vendido e o que mais gerava renda monetária para as famílias que o produziam. Como foi verificado por Araújo (2015), caminhões tanques passavam no Assentamento ao menos duas vezes no dia para recolher o leite que era levado a laticínios locais.

Em 2013, os assentados estavam na expectativa da construção de um laticínio no assentamento, por meio de projeto do MST, cujo foco principal seria a produção de leite orgânico (ARAÚJO, 2015). Tal projeto não se concretizou, entre outros motivos, devido ao contexto político estabelecido no Brasil a partir de 2016. Das famílias participantes da pesquisa, naquela ocasião, apenas 21% afirmaram vender o leite a intermediários dos laticínios e cerca de 70%, a intermediários diversos, não sabendo o destino do leite em relação ao seu processamento.

Atualmente, os produtos comercializados pelos assentados (em sua maioria oriundos da atividade pecuária) continuam a passar majoritariamente pelas mãos dos intermediários (64,5%), fato que, em nossa visão, não prejudica o escoamento da produção, nem limita o assentado em relação às suas escolhas. Citamos, como exemplo, o leite, pois na região central de Rondônia, há diversos laticínios que necessitam da produção leiteira do assentamento, o que obriga os atravessadores a também se adequarem às regras dos assentados e a uma discussão mais elaborada entre assentado, atravessador e laticínio. Apenas 12,1% comercializam seus produtos dentro do próprio assentamento; 9% afirmaram não realizar vendas e os demais percentuais se distribuem entre vendas em supermercados no município e em municípios vizinhos, restaurantes, feiras livres e frigoríficos. A opção da venda para intermediários, por grande parte dos assentados, se dá pelo fato de os intermediários retirarem os produtos no Assentamento, reduzindo custos com transporte e mão de obra.

A participação dos assentados na feira livre do Município de Nova União tem diminuído. Na entrevista com a senhora MJ, participante de nossa pesquisa, ouvimos seu relato de que “faz mais de ano” que não vai à feira. Ela disse que “antigamente todo mundo esperava o dia de feira, hoje, tirando um ou outro que vende lá, quase ninguém vai na cidade pra ver a feira”. As feiras livres, para Minnaert (2008), são:

[...] mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. No Brasil, como em outras sociedades, as feiras são espaços ricos culturalmente. [...] Um lugar de conversa e encontro, participação e vizinhança. (MINNAERT, 2008, p.130).

O que percebemos é que a função principal da feira para os assentados, como espaço de encontro, conversa, vizinhança, está se perdendo, se lembrarmos que, de acordo com Araújo (2015), sobre a feira de Nova União, onde os assentados do Margarida Alves marcavam presença para comercializar produtos, mas, muito mais, para a socialização de suas experiências:

A feira é um dos últimos “refúgios” de venda dos produtos dos assentados e demais pequenos produtores de Nova União e região. Ali são comercializadas frutas, polpas de frutas, verduras, legumes, além do café e outros itens produzidos “na roça” como manteigas, queijos, mel, farinha, goma de mandioca, diversos tipos de pimentas, milho entre outras belezas trazidas dos canteiros e locais de produção dos feirantes. (ARAÚJO, 2015, p. 81).

Em 2013, a feira de Nova União já não era muito frequentada pela comunidade local, e servia muito mais de espaço para os camponeses se encontrarem e marcarem seu território. Araújo (2015) relata esse fato:

Segundo os agricultores que vendem seus produtos na feira (e não são apenas do assentamento Margarida Alves), aquele ambiente já foi muito mais frequentado, com um maior número de fregueses. Agora os feirantes lembram que a abertura de pequenos mercados locais e a melhoria na renda da população do município diminuíram a procura pelos produtos da feira e que o ‘lucro’ assim é muito pequeno. (ARAÚJO, 2015, p. 83).

Hoje, devido os assentados terem na venda de leite a maior parte da sua renda, produzirem cada vez menor diversidade de gêneros agrícolas e esses serem voltados, em grande parte, para o autoconsumo das famílias, pouco sobra para ser vendido na feira e em outros circuitos econômicos como mercados, restaurantes etc. E, como

escrevemos anteriormente, a melhoria da renda *per capita* dos moradores de Nova União e dos próprios assentados, aliados a melhorias no comércio local, havia, em 2013, a tendência à redução do público frequentador da feira. Evidentemente esta não é uma lógica válida para todas cidades rondonienses. Explicarmos tal relação nos remeteria a uma análise de fatores históricos, sociológicos e culturais específicos ao processo de colonização do estado, tendo, inclusive, relação com o grau de conscientização ecológica e ambiental da população.

Itens que comumente são comprados nas feiras, como aves e suínos (frango e porco caipira), peixes regionais, como tambaqui e pintado, ovos, leite, mel, banha já não são levados à feira e passam a ser usados para manutenção/autoconsumo das famílias que os produzem (33,7%) e 9% do que é produzido é vendido dentro do próprio Assentamento.

Esse fato demonstra a tendência de redução do grau de interação dos assentados com o comércio local, no que se refere a pontos de venda direta fora do Assentamento. Este aspecto, no entanto, não impediu o desenvolvimento da produção e ganho financeiro aos assentados, pois, como visto, estes buscaram se adaptar ou construir outras estratégias. Porém, não devemos nos esquecer que a dependência de cadeias longas e o número cada vez menor de itens negociáveis pode trazer aos camponeses um risco econômico e menor autonomia técnico-produtiva ao passar do tempo. Como escrevemos neste trabalho (p.108), os assentados do Margarida Alves tendem a recorrer a cadeias mais longas, representadas pela figura dos intermediários, por exemplo, com a intenção de reduzir custos com transportes e mesmo com outros insumos garantidos por esses intermediários, o que, de acordo com Schneider e Ferrari (2015), pode ser considerado uma via de mão dupla, no sentido de que, ao mesmo tempo em que o trabalhador pensa que:

Reduzir custos de produção ou substituir insumos externos assim como agregar valor à matéria-prima agrícola tornaram-se duas estratégias importantes para a construção da autonomia dos pequenos empreendimentos rurais, notadamente os agricultores familiares. A redução dos custos de produção é uma estratégia de otimização econômica e reorganização da base produtiva e tecnológica que permite minimizar a dependência dos produtores em relação ao uso de insumos [...]. Por outro lado, é cada vez mais aceito entre estudiosos e planejadores que os agricultores familiares precisam mudar a forma como acessam os mercados assim como o formato dos produtos que colocam à venda. (2015, p. 56).

Diversificar o acesso aos circuitos econômicos é um desafio que os assentados do Margarida Alves devem enfrentar, assim como diversificar também os itens produzidos de forma que atendam às demandas do mercado e gerem receitas que supram suas necessidades financeiras garantindo a sua permanência na terra. Podemos sugerir que uma lenta, mas a visível mudança do interesse de alguns assentados em relação à criação de gado bovino de corte seja um exemplo de que eles estejam sentindo a necessidade dessa mudança, pois talvez, ao ter no leite a garantia de uma renda mínima, seja hora de se ampliarem as perspectivas de futuro no tocante à produção e à permanência no assentamento.

5.4. DESAFIOS ENFRENTADOS NA PRODUÇÃO E PERSPECTIVAS DE FUTURO PARA OS ASSENTADOS

Os resultados deste trabalho refletem um panorama geral sobre a organização, a produção e o comércio relativos ao Assentamento Margarida Alves, para assim entendermos em que medida tais aspectos podem ser considerados como estratégias de resistência dos assentados para permanecerem na terra. Aqui apresentamos dados referentes à educação, acesso e utilização de financiamentos, infraestrutura, equipamentos, produção de leite, criação e comercialização de animais, área plantada, produção orgânica/agroecológica, acesso à assistência técnica, comercialização de gêneros agrícolas, autoconsumo da produção e acesso aos circuitos de comercialização.

Para concluirmos esse panorama geral, também investigamos quais as dificuldades enfrentadas pelas famílias na hora de produzir e quais as perspectivas de futuro dos pesquisados em relação a sua permanência no Assentamento e das futuras gerações. Entendemos que hoje o Margarida Alves tem apresentado opções atrativas para que os assentados permaneçam na terra, e isso se dá, entre outros fatores, devido à opção feita pelos assentados em investirem na produção de leite e gradativamente (processo iniciado nos últimos anos) na criação de gado bovino de corte, que é uma tendência que se apresenta, embora ainda não amplamente difundida e consolidada.

Sant'Ana (2003) nos lembra sobre os desafios em se associar o bem estar dos pequenos produtores apenas a partir dos resultados da produção:

São vários os desafios quando se pretende interpretar os resultados do trabalho dos produtores familiares a partir de seu sistema de produção. A tendência predominante das pesquisas, especialmente as de âmbito mais geral (mas também de muitos estudos de casos), é utilizar algumas variáveis técnicas e econômicas, combinadas com outras que buscam quantificar o bem-estar das famílias. (SANT'ANA, 2003, p.116).

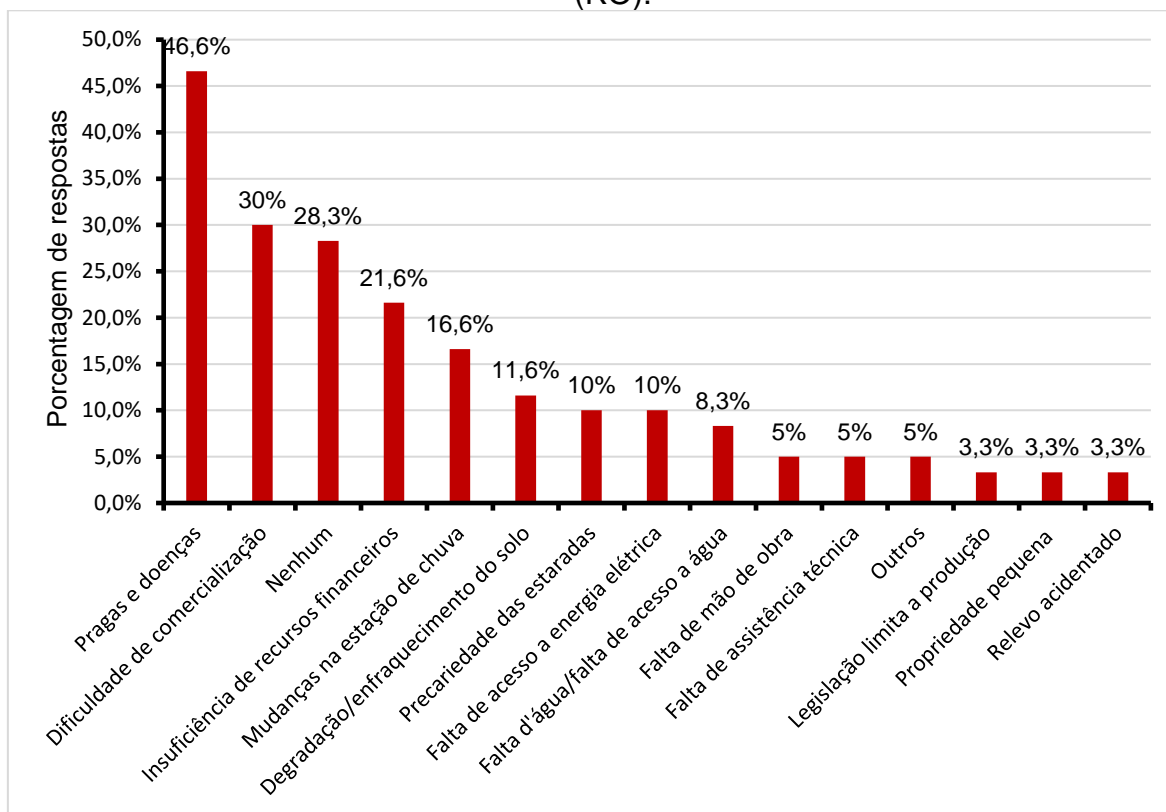
O referido autor menciona também que esse tipo de abordagem, da qual muito se assemelha a esta pesquisa, pode demonstrar “aspectos específicos das principais atividades, quantificar e a comparar os resultados e pode ser complementada pela análise da correlação entre as variáveis analisadas” (SANT'ANA, 2003, p.116). Sant'Ana (2003, p.116) nos lembra que, embora importante, a análise das variáveis nem sempre são suficientes para compreendermos os processos de reprodução social “gestados em uma unidade familiar”.

Ao analisarmos os dados coletados, buscamos desvendar o funcionamento da produção no Margarida Alves, entendermos se o modo de produção dos assentados se configura como estratégia para a manutenção das famílias no Assentamento. Comparamos algumas variáveis em três períodos (2007, 2013 e 2019) para análise de como se modifica a forma de produzir dos assentados e se há melhorias em relação à qualidade de vida dos mesmos, para que permaneçam na terra.

Questionamos as famílias participantes da pesquisa a respeito das dificuldades em relação à produção. Como já vimos, a opção pelo gado bovino leiteiro (principalmente) e corte (em menor proporção) se dá por fatores, como mão de obra, acesso a financiamento e falta de assistência técnica para a agricultura. Quando questionamos sobre o motivo para tal escolha (em relação ao que se cria e se planta), 90% das famílias responderam que a escolha pela criação de gado bovino para produção de leite e/ou abate é guiada pela tendência local e tradição no Assentamento.

Além desses fatores, os assentados também nos relataram as dificuldades enfrentadas no tocante à produção, sendo as respostas mais frequentes ajudam a entendermos a opção pelo gado bovino por parte dos assentados. Dentre as 77 famílias participantes, 60 afirmaram enfrentar dificuldades na hora de produzir, sendo que, desse total, 29 alegam enfrentar mais de uma dificuldade (Figura 24).

Figura 24 – Percentual de respostas referentes às dificuldades relativas à produção dos assentados pesquisados, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO).



Fonte: o próprio autor (2019).

A maior parte dos assentados alegou problemas na hora de produzir e se referiu às pragas e doenças (46,6%) como principais empecilhos à produção. Foi comum ouvirmos dos assentados nas entrevistas que a ausência de assistência técnica periódica, o alto custo para aquisição de pacotes tecnológicos vendidos por empresas multinacionais para cultivos, como feijão, arroz, entre outros, e a opção por parte dos assentados ligados ao MST em aderirem à homeopatia⁴¹ (vegetal e animal) para tratamento das pragas e doenças dos cultivos, este último levando maior tempo para uma melhor eficácia, levam muitos assentados a não optarem por produzir gêneros que possam ter de enfrentar tais problemas. Este também é um dos fatores que proporcionaram, ao longo do tempo, a transição da agricultura para a pecuária no assentamento.

Neste trabalho, escrevemos sobre as formas de comercialização utilizadas pelos assentados e para todos os itens comercializados os intermediários

⁴¹ NEGRÃO, M.P.; KOHLER, F. PA Margarida Alves: uma frente pioneira em curso de estabilização. 2019.

(atravessadores) dominam o cenário. Os assentados têm pouco acesso a outras formas de comercialização por meio de outros circuitos, como a feira livre e os programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois, em nenhum momento, foi citado pelos participantes da pesquisa. Este resultado indica que a tendência atual de escolha da pecuária de corte pode ser a alternativa possível, mas parte expressiva dos assentados não está satisfeita com sua inserção no mercado.

O fato de 28,3% dos assentados não alegarem nenhuma dificuldade em produzir chama-nos bastante atenção, se levarmos em consideração a falta de acesso à assistência técnica, por exemplo. Esse fato indica a autonomia de parte dos assentados em relação à produção, conhecimento, experiência que lhes permitem organizar sua produção e modo de vida de maneira a propiciar a permanência do assentado/família na terra. Não alegar problemas para produzir é uma evidência de que os assentados do Margarida Alves estão conseguindo gerenciar seus lotes e produzir itens que trazem o seu sustento por meio da renda oriunda do trabalho. Os 21,6% de participantes que alegaram a insuficiência de recursos financeiros como fator restritivo se encontram na parcela dos assentados que não dispõem de documentos do lote ou não podem acessar linhas de crédito por motivos diversos.

A partir das dificuldades enfrentadas na hora de produzir, questionamos os assentados se pretendiam ampliar ou fazer mudanças em relação à produção e à venda de seus produtos.

Quanto à intenção de fazer alguma melhoria na propriedade, 32% dos assentados não pretendem fazer melhorias ou adquirir novos itens, assim como também não objetivam mudar o que produzem hoje, se dizem “estabilizados”, consideram que da forma como estão, não necessitam mais mudar ou melhorar. No contexto de criação de bovinos, 13% dos assentados pretendem fazer piqueteamento (divisão do pasto em pequenas parcelas que são utilizadas pelos bovinos de forma rotativa) em seus lotes (Figura 26).

Como demonstramos neste trabalho, no Margarida Alves existe a tendência de adesão ao gado bovino de corte. Dentre as famílias participantes, apenas 14 afirmaram não possuir nenhuma cabeça de gado bovino, sendo que, deste total, cinco famílias pretendem adquirir gado bovino (uma, gado de corte e as outras quatro, gado de leite). As nove famílias restantes, que não possuem nenhuma cabeça de gado,

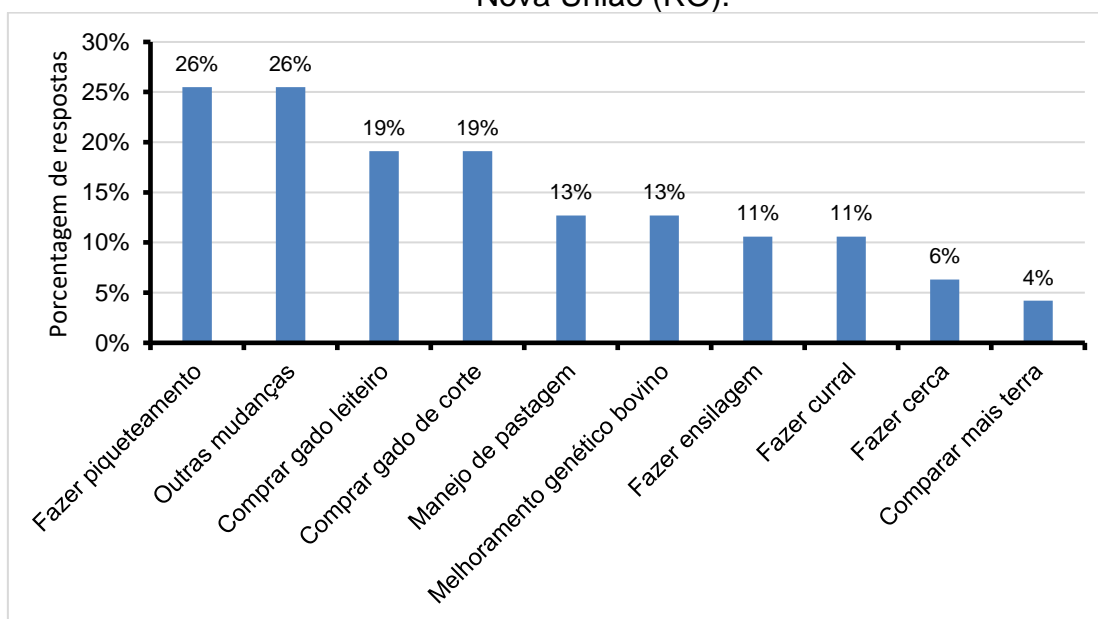
afirmaram pretender investir em infraestrutura para criação de gado bovino, como currais, cercas e pastagens.

Figura 25 – Criação de bovinos no Assentamento Margarida Alves.



Fonte: o próprio autor (2019).

Figura 26 - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, de acordo com o tipo de interesse em modificar a produção, no Assentamento Margarida Alves, em Nova União (RO). *



Fonte: o próprio autor (2019).

*Total com repetição. Em alguns casos foram citados mais de um tipo interesse.

Outros indicadores da escolha “definitiva” pela criação de gado bovino estão nas respostas sobre a intenção de realizar melhoramento genético dos animais, manejo de pastagem, curral, cerca e ensilagem. Estas respostas evidenciam que esse será o viés produtivo do Assentamento, que se insere definitivamente nos arranjos

produtivos locais da região central de Rondônia, que é a maior bacia leiteira do estado (Figura 25).

Nos trabalhos do DURAMAZ (I e II) e outras pesquisas como Trabalhos de Conclusão de Curso de Assentados, sobre o Margarida Alves, não encontramos perguntas a respeito da intenção dos assentados em melhorar ou modificar sua infraestrutura e sua produção em anos anteriores, mas encontramos dados a respeito do que o Assentamento precisaria para se desenvolver como um todo e as principais respostas foram sobre a melhoria no acesso à saúde (38,3%) e no acesso à educação dentro do Assentamento, com 30,2% das respostas (de acordo com dados do DURAMAZ II). Em entrevistas com os assentados, a dificuldade de acesso a serviços de saúde permanece no assentamento, pois os mesmos não recebem com frequência visita de médicos, limitando-se ao contato com agentes de saúde. Quanto à educação, não ouvimos reclamações referentes à oferta e acesso, como apresentamos na página 82 deste trabalho.

Outro aspecto importante e central para este trabalho é a análise e comparação de como se dá a evolução da renda dos assentados do Margarida Alves, pois permite sabermos se as estratégias de produção utilizadas lhes garantem renda para o não abandono da terra de trabalho.

Negrão e Gámez (2019) fazem o comparativo entre a unidade em salários mínimos e a renda nominal das famílias pesquisadas nas duas etapas do programa DURAMAZ, e aqui acrescentaremos a renda atual em quantidade de salários mínimos para entendermos o processo de evolução da renda monetária declarada pelos assentados que abrange todas as entradas monetárias auferidas pela família. A tabela 4 apresenta os valores da renda monetária bruta familiar média e a quantidade que essa renda representava em salários-mínimos no ano de cada pesquisa (sem e com atualização monetária).

Tabela 4 - Assentamento Margarida Alves, Nova União (RO): Variação da renda bruta familiar média dos agricultores pesquisados – 2007, 2013 e 2019.

| Item analisado | Ano | | |
|---|----------|----------|----------|
| | 2007 | 2013 | 2019 |
| Valor nominal do salário mínimo (R\$) | 380,00 | 678,00 | 998,00 |
| Renda Monetária Bruta Familiar Média em reais (valor nominal) | 828,40 | 1.328,88 | 2.594,80 |
| Valor em número de Salários-Mínimos | 2,18 | 1,96 | 2,6 |
| Renda Monetária Bruta Familiar Média em reais (valor corrigido IPCA) | 1.594,79 | 1.837,79 | 2.594,80 |
| Valor em número de Salários-Mínimos de 02/2019 (valor corrigido IPCA) | 1,60 | 1,84 | 2,6 |

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2019).

Sabemos que no Brasil o valor do salário aumenta em termos nominais anualmente, sendo corrigidos pela inflação (em vários anos durante os governos Lula e Dilma, houve aumento real – acima do índice de inflação oficial do período). Portanto, ao realizar a atualização monetária dos valores, utilizamos como data base o mês da última pesquisa (fevereiro de 2019), obtivemos uma visão melhor da evolução da renda das famílias do Assentamento Margarida Alves.

Corrigimos os valores de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, do IBGE, que mede oficialmente a inflação no Brasil, usando site do Banco Central do Brasil.

De posse das taxas de inflação do período, entre agosto de 2007 e fevereiro de 2019 (período entre o primeiro levantamento DURAMAZ e a coleta de dados desta pesquisa), foi possível calcularmos a renda média das famílias com base na afirmação dos assentados em relação à quantidade de salários mínimos recebidos. Conforme apresentamos na tabela 4, houve nítida variação positiva tanto da renda monetária bruta familiar média quanto do valor em número de salários-mínimos.

Para além desse ganho real, foram importantes as diversas estratégias de permanência na terra adotadas pelos assentados, como a manutenção da produção de leite, inclusive com mais famílias aderindo a esta atividade, a lenta transição para a aquisição de gado bovino de corte, que apresenta valores mais consideráveis de

mercado que o leite, a prestação de serviços tais, como diárias e empreitas e as rendas oriundas de atividades não-agrícolas, como aposentadorias/pensões e salários advindos do serviço público ou privado.

As informações até aqui apresentadas demonstram-nos a realidade e as possibilidades das quais os assentados dispõem para produzir e garantir a renda e o sustento de sua família, sem abandonar a terra. A renda nem sempre é fator preponderante para a manutenção das famílias no assentamento, já que o sustento delas se dá também de outras formas, como a produção de alimentos para o autoconsumo, a fabricação caseira de itens diversos, como sabão em pó, sabão em barra e a economia proveniente do uso de remédios naturais.

De acordo com os dados que levantamos no trabalho de campo para esta pesquisa, a maioria das famílias (52%) declarou possuir renda média entre 1 e 2 salários-mínimos mensais. Em 2013, 2,5% das famílias afirmavam receber menos de 1 salário mínimo, e o percentual de famílias que possuía renda entre 1 e 2 salários mínimos era de apenas 38,3% (ARAÚJO, 2015). Atualmente, 42% dos assentados possuem renda na faixa entre 3 e 4 salários mínimos, quando em 2013 apenas 11,1% afirmavam possuir renda dentro dessa faixa salarial, ratificando o aumento da renda no período em análise. No Assentamento também existem famílias que possuem renda mensal equivalente a mais de 4 salários mínimos, sendo ainda uma parcela pequena de apenas 4% (em 2013 eram 3,7%).

Em escalas diferentes, mas servindo como um bom parâmetro comparativo das rendas, em assentamentos pelo Brasil, trazemos aqui o trabalho de Moraes e Sant'Ana (2016) sobre o Assentamento Banco da Terra em Nova Xavantina, Mato Grosso. Ao analisarem a renda bruta mensal das famílias, verificaram que 24% das famílias recebem menos de um salário mínimo mensal, se compararmos com as faixas de salários das famílias do Margarida Alves nesta pesquisa, não constatamos valores significativos (2,5%) para a faixa de menos de um salário mínimo. As famílias do assentamento Banco da Terra apresentaram-se em 40% recebendo entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto no Margarida Alves, em 2015, na mesma época da pesquisa de Moraes e Sant'Ana (2016), 38,3% recebiam salários na faixa de 1 a 2 salários mínimos, mas o percentual ampliou-se para 52% no ano de coleta de dados para este trabalho (2019).

Ainda nesta comparação, o Margarida Alves apresenta 42% de suas famílias recebendo entre 3 e 4 salários mínimos, enquanto no Assentamento Banco da Terra,

em Nova Xavantina, apenas 4% das famílias recebiam salários na faixa de 3 a 5 salários mínimos e mesmo sendo faixas/intervalos diferentes, é possível realizarmos essa comparação, pois 4% das famílias do Margarida Alves afirmaram receber mais de 4 salários mínimos em 2019. Cabe lembrarmos que aqui não foram analisadas e comparadas as relações produtivas e as condições de vida presentes nos dois assentamentos, estes dados foram apenas para ilustrarmos o bom nível de renda monetária dos assentados do Margarida Alves (que lentamente vem evoluindo), o que entendemos ser um fator que favorece a permanência das famílias na terra.

As famílias do assentamento Banco da Terra afirmaram ter 44% de sua renda oriunda do arrendamento do pasto, sendo apenas 4% de atividades agrícolas dentro do lote (MORAES; SANT'ANA, 2016), demonstrando um perfil de pluriatividade, diferente das famílias do Margarida Alves, que concentram na bovinocultura de leite e corte a fonte predominante de sua renda monetária.

Um fato interessante que tem relação com a renda é que, quanto à sua distribuição no Assentamento Margarida Alves, Le Tourneau (2019) afirma que:

Em relação ao indicador de Gini⁴², que mede a desigualdade na repartição da renda, a melhor nota encontra-se no PA Margarida Alves, talvez por conta do reflexo da atuação durante muitos anos nessa área do MST, movimento que insiste fortemente na igualdade social e salarial. Nesse indicador não parece ter padrão claro de oposição entre categorias de sítios. (LE TOURNEAU, 2019, p.52).

Durante o trabalho de campo para esta pesquisa, um caso em especial que nos chamou atenção foi no lote do senhor W. que, ao falar sobre a renda da família, naturalmente nos informou que a renda proveniente da venda de leite é depositada pelo laticínio em contas separadas, na da esposa e na dele também. Tem-se, assim, cada um o dinheiro dividido por igual, pois segundo o agricultor, “os dois trabalha igual”. No entanto, a distribuição de renda entre os membros da família que trabalham nos lotes não foi um elemento que analisamos neste trabalho.

Neste trabalho, muito referimos à permanência das famílias na terra, no Assentamento. Para avaliarmos o que pensam os assentados a esse respeito, investigamos, também, como estão suas perspectivas de futuro em relação ao ficar ou sair do Margarida Alves e quais seriam esses motivos envolvidos.

⁴² O índice de Gini é um indicador de desigualdade de renda cujo intervalo de medida vai de 0 (menos desigual) a 1 (mais desigual).

Em 2007, na pesquisa DURAMAZ I, foi perguntado aos assentados se no Margarida Alves havia futuro para seus filhos, em relação ao desejo dos mesmos que os filhos continuassem no Assentamento. Na ocasião, 61,7% dos participantes responderam que sim, que o futuro dos seus filhos estaria na permanência no Assentamento e desses, 66,7% diziam que o trabalho na roça seria a melhor opção. Em 2013, houve notável diferença em relação à resposta para a mesma pergunta, pois quando questionados se havia futuro para seus filhos no Margarida Alves, apenas 35,9% responderam que sim, enquanto 47,8% responderam que não havia futuro para os filhos permanecendo no Assentamento (16,3% disseram não saber responder).

O fato que explica tal mudança, ao nosso ver, foram as possibilidades de acesso à formação técnica profissionalizante e vagas em cursos de nível superior, ofertados por instituições públicas, como o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em municípios próximos à Nova União, como Ji-Paraná e Jarú, proporcionando aos filhos dos assentados a possibilidade de continuidade na formação escolar. Projetam, dessa maneira, o que consideram um futuro melhor, ainda que dentro do Assentamento, já que muitos, ao se “formarem”, retornam para o lote para continuarem o trabalho da família. Em 2013, 57% das famílias afirmaram que estudar seria a melhor opção de futuro para os filhos – com base em levantamento feito por Araújo (2015). No Margarida Alves atualmente, assentados e filhos de assentados concluem cursos superiores, via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Nesta pesquisa, 86,84% das famílias disseram que pretendem permanecer no Assentamento e 47,83% afirmam que os filhos também pretendem ficar no local, entendendo que o futuro dos mesmos continua no trabalho realizado dentro do Assentamento, independentemente de ser trabalho agrícola ou não. Para estes, o lugar é importante, pois além dos laços materiais, a relação simbólica e laços imateriais são considerados decisivos no ficar. Porém, um percentual expressivo dos entrevistados (30%) afirmou que os filhos desejam deixar o Assentamento. As demais respostas ficaram diluídas entre as famílias que não possuem filhos ou netos e entre as que não quiseram responder pelos filhos.

Um fator que nos ajuda na compreensão sobre o interesse de permanência no Assentamento é a disponibilidade de terra para trabalho. Embora permanecer no lote seja uma opção e um desejo da maioria dos participantes, em 2013, quando

questionados se a terra era suficiente para seus filhos, 43,3% dos assentados responderam que não (41,6% responderam que sim).

Negrão; Matos; Araújo (2020) afirmam que cada família assentada, à época de formação do Assentamento, recebeu um lote de 24 hectares para produção e possui uma fração igual da reserva legal coletiva, perfazendo 48 hectares por família, permitindo com que cada assentado pudesse explorar integralmente seu lote (respeitadas as Áreas de Preservação Permanentes - APPs). O INCRA demarcou os lotes com tamanhos inferiores a um módulo rural em Rondônia⁴³, mesmo somada a fração correspondente do bloco de Reserva Legal, o que tecnicamente configura cada lote do Margarida Alves como um minifúndio, ainda que haja produção. A média dos lotes na região em torno do Assentamento varia de 70 a 130 hectares, em função da época em que os programas de colonização e os projetos de assentamento ocorreram.

O tamanho dos lotes é a explicação para muitos afirmarem que a terra é insuficiente para seus filhos, porém, não é um fator de impedimento para os assentados queiram que seus filhos e netos permaneçam na terra, e que ela garantirá o sustento deles. A relação dos assentados com a terra que conquistaram também está expressa quando eles respondem que não pretendem ir morar na cidade (98,7%), e o único caso que mencionou pretender morar na cidade, o quer por motivos de doença, pois espera ter na cidade melhores oportunidades de tratamento. Muitas famílias consideram preferível realizar trabalhos no Assentamento, com seus pares, a executá-los, às vezes melhor remunerados, para fazendeiros da região.

Ao contrário de assentamentos Brasil à fora, onde as famílias, em grande parte, são oriundas da cidade (ex-trabalhadores rurais expropriados da terra de trabalho), o Assentamento Margarida Alves é composto majoritariamente por famílias ligadas à terra, que se consideram agricultores familiares ou camponeses. Esse fato se dá devido ao processo de colonização recente (1970) de Rondônia que, devido à conjuntura política da época, favorecia a migração de trabalhadores majoritariamente oriundos do campo, deixando como herança geracional uma relação mais íntima com a terra.

⁴³ Em Rondônia um módulo rural equivale a 60 hectares. No PA Margarida Alves os lotes têm 48 hectares (sendo 24 hectares de reserva legal).

5.5 SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO

Sant'Ana (2003) nos lembra que enquanto alguns autores enxergam as relações tradicionais como empecilhos à reprodução da agricultura familiar, outros autores sustentam exatamente a posição inversa. Wanderley (1999) considera que as transformações ocorridas na agricultura familiar, para que esta se reproduzisse nas sociedades modernas, não produziram ruptura completa com as formas anteriores e que, mesmo que o chamado agricultor familiar moderno tenha mantido parte de suas tradições camponesas, foi, em grande parte, essa característica que lhe permitiu adaptar-se às novas exigências da sociedade.

Essa proposição permite entendermos que as adaptações feitas pelos assentados do Margarida Alves, em seu modo de produzir e se capitalizar, não os transformam em meros capitalistas rurais de pequeno porte, mas, sim, devem ser vistas por uma ótica de que se não fosse sua origem campesina, estes não conseguiriam ir se adaptando às exigências da sociedade, sem abandonar grande parte de suas tradições.

Giddens (1995, p. 127), citado por Sant'Ana (2003, p. 30), nos alerta que a noção de tradição não deve ser vista e interpretada como um apego a “elementos arcaicos” e nem “diz respeito apenas à celebração de um passado inalterável”. Sendo assim, adaptar-se às novas exigências de mercado sem romper com as tradições culturais pode ser visto como estratégias utilizadas pelos assentados do Margarida Alves para permanecerem na terra e manterem sua identidade de agricultores familiares (como alguns se veem) e camponeses (como outros se reconhecem).

Parte da sociedade com pensamento reacionário, em diferentes segmentos sociais, vê o processo de capitalização e “acumulação” de terra por parte dos agricultores familiares em assentamentos como uma cisão entre o modo de vida tradicional do camponês e um novo produtor rural, pequeno, mas que tem o intuito de se tornar um capitalista rural, ao passo que sua busca por uma renda melhor (maior) e por acumulação de capital em suas diversas formas (terra, equipamentos domésticos, implementos agrícolas etc.) não o faz mais um indivíduo “merecedor” de viver em terras da reforma agrária. Esse pensamento é desprezível do ponto de vista social e humano, logo não deve ser considerado válido para representar a vida dos assentados. A ideia do comum, característica que sustenta a vida e as relações em

assentamentos, cujo trabalho se esmera em construir a vida no valor social da terra, é o de dividir a riqueza construída pelo esforço coletivo e não partilhar miséria.

Em Rondônia, é comum, pela falta de conhecimento sobre a formação territorial do estado, que muitas pessoas discriminem os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST. Poucos sabem que o hoje estado de Rondônia pode ser visto como resultado de políticas públicas pretéritas instigadas pelas lutas sociais de pequenos agricultores em todo o Brasil na década de 1960 e 1970, como citado nos trabalhos de Silva (2012; 2015), Fonseca (2015), Araújo (2015), Santos et al. (2020), entre outros que citamos neste trabalho.

Os cursos Técnicos em Agropecuária, Graduação em Agronomia e Zootecnia ofertados pelo Instituto Federal de Rondônia, instituição na qual lecionamos há nove anos, têm um caráter produtivista, voltado para atender às demandas do grande agronegócio no estado, como a produção de grãos e a pecuária em grande escala. Há pouquíssimo espaço para discussão sobre a produção familiar. É fácil de constatar esse fato se observarmos os PPC's (Projeto Pedagógico do Curso) dos cursos citados e avaliarmos o pequeno número de disciplinas que discutem a temática do campesinato, da agricultura familiar, etc.

Então, quando nos deparamos com o discurso genérico de que “a reforma agrária não tem sentido nos dias de hoje”, “os Sem-Terra não gostam de trabalhar”, “os assentamentos são improdutivos”, entendemos a relevância desta pesquisa para constatar esses discursos contrários à reforma agrária não são expressão da totalidade. Assim como o Margarida Alves, sabemos que no Brasil muitos Assentamentos são produtivos e melhoram a qualidade de vida de seus moradores. Porém, o discurso reacionário persiste mesmo quando os resultados econômicos da reforma agrária se tornam evidentes: “se estão comprando tantas cabeças de gado e produzem tanto leite, ganhando salário mensal, não são mais camponeses, nem agricultores familiares”. Utilizamos o pensamento de Sant’Ana (2003) e Wanderley (1999), como citamos, de que o indivíduo não perde, necessariamente, sua tradição ao se adaptar as novas demandas do mercado.

Consideramos que são estratégias de resistência, resistência camponesa ou de produção familiar, pois, no Assentamento em questão, parte dos moradores se vê como camponeses e outros se veem como agricultores familiares. Para Sant’Ana (2003):

As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas. O projeto pode estar orientado para a manutenção da família na terra e criar as condições de sua reprodução (ou de parte desta) ligada à terra, mas as condições concretas podem engendrar estratégias que contrariam parcialmente esse projeto, pois foram avaliadas como as mais adequadas ou as únicas possíveis naquele contexto. Isto, não significa que o projeto tenha sido abandonado subjetivamente e que não possa ser retomado mais tarde. (SANT'ANA, p.43).

O projeto das famílias do Margarida Alves é a permanência na terra e a manutenção de um padrão de vida tradicional que está pautado, segundo os próprios moradores, em não migrar para a cidade. Para isso, no atual modelo de produção, as famílias precisam se conectar aos mercados, já que uma produção para o autoconsumo não os manteria na terra por muito tempo. Para tanto, os assentados estão se adequando/adaptando às novas dinâmicas econômicas locais, sem perder de vista o projeto de permanência na terra, mesmo com captação de dinheiro que lhes proporcionaria condições de deixá-la.

Porém, como sugere Naase (2010) e Silva (2012), a permanência dos assentados na terra também depende da disponibilidade de fatores que influenciam sua estratégia de vida, como por exemplo, conhecimentos, experiências e objetivos pessoais, recursos financeiros disponíveis, recursos naturais, infraestrutura social e mercado de bens e de trabalho. Silva (2012, p. 85) ainda nos diz que “vale ressaltar também que somente possuir o perfil de beneficiário da reforma agrária, não garante a fixação dessas famílias no assentamento. A oportunidade de condições econômicas e sociais mais favoráveis também é importante”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil está entre os primeiros países do mundo em concentração de terras, sendo aqui, também, onde estão os maiores latifúndios. Esse processo, como sabemos, é histórico e está na raiz da nossa formação, desde o período colonial. Conforme indicamos na introdução deste trabalho, segundo o histórico dos levantamentos censitários produzidos pelo IBGE, essa estrutura fundiária desigual não se desfez com o passar dos anos e o pior, tende a se agravar, aumentando cada vez mais os índices de concentração de terras.

Corrigir essa desigualdade perpassa pela efetivação e consolidação de política de reforma agrária popular que atenda aos anseios dos movimentos sociais de luta pela terra, mas, antes de tudo, que faça cumprir os compromissos legais assumidos por sucessivos governos, desde 1964, com a criação do Estatuto da Terra. A reforma agrária ampla no Brasil ainda é um sonho, sempre a se realizar, sempre vislumbrado num futuro que, por mais que o tempo passe, nunca chega. Esse sonho se realizou até 2018 para 1.349.689 famílias, de acordo com o INCRA, sendo aproximadamente 46.586 famílias em Rondônia para o mesmo período.

Muito ainda há de se fazer, porém na atual conjuntura política brasileira, quando se inicia um desmonte de instituições públicas ligadas à promoção da reforma agrária, por um governo que despreza e criminaliza a luta pela terra, esse sonho de obter a tão sonhada terra de trabalho, que significa acima de tudo liberdade, certamente continuará sendo adiado, usurpando, expropriando e negando o direito de possuir um espaço e se territorializar a milhares de famílias pelo Brasil.

Esse desejo do atual governo (não só deste), e de seus militantes sedentos de ódio, criminaliza e deturpa a imagem dos assentamentos de reforma agrária, no intuito de manter a concentração fundiária e retirar dos pequenos trabalhadores rurais a possibilidade de uma autonomia financeira e produtiva que eles tanto sonham. Pretende mascarar o que é positivo para justificar a retirada de acesso à terra por meio da reforma agrária, sob o argumento da improdutividade, falta de emancipação e dependência eterna de recursos financeiros do Governo Federal.

Na contramão desse discurso, apresentamos aqui um exemplo de que a reforma agrária dá certo, em uma junção de ação do Estado e a organização produtiva da parte dos trabalhadores sem-terra e daqueles assentados. Rondônia que, em um passado recente, recebeu investimentos federais na criação de programas de

colonização e de reforma agrária, atualmente apresenta exemplos de sucesso desses investimentos e projeta que a reforma agrária não deve ser apenas encarada como uma questão social, mas sim, uma questão produtiva positiva, em que as famílias assentadas conseguem produzir para seu sustento, atender a demandas do mercado e contribuir diretamente com a economia do seu entorno. Este é o caso do Assentamento Margarida Alves que, com pouco mais de 20 anos de existência, se consolida a cada dia, por meio do trabalho, da renda, do acesso à educação e, principalmente, da manutenção das famílias assentadas na terra que conquistaram.

Apresentar exemplos como este não significa apenas alimentar com informações um debate sem fim sobre o sucesso ou o fracasso da reforma agrária, muito mais que isso, é uma forma de mostrar para as próprias famílias assentadas do Margarida Alves, para as famílias de outros assentamentos Brasil afora, e para a sociedade que não os vê como pessoas dignas, que existem pontos de resistência, luta e prosperidade que, para muitos, existe apenas vandalismo, preguiça e crime.

Como dissemos na Introdução deste trabalho, o nosso objetivo foi investigar o que os camponeses produtores familiares do Assentamento Margarida Alves têm feito para permanecerem na terra, quais estratégias as famílias têm construído para preservar a dignidade, ampliar a renda e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida. Comparações entre dados sobre o assentamento durante os anos 2007, 2013 e 2019 permitiram conhecer a evolução dos sistemas produtivos e das formas de comercialização utilizadas pelos assentados, bem como suas perspectivas de futuro.

Ao término do trabalho consideramos como **estratégias produtivas de permanência na terra, a manutenção da produção de leite e a adesão, mesmo que lenta, à criação de gado bovino de corte**. Entendemos que outras formas de aquisição de renda e o acesso a linhas de crédito servem de sustentação para a continuidade da bovinocultura no Assentamento Margarida Alves.

Verificamos, também, que o Assentamento Margarida Alves continua o seu processo de transição na forma de produzir, adequando-se cada vez mais ao que exige o mercado de leite e carne em Rondônia (comparando a dados de 2007 e 2013 para algumas variáveis). Ressaltamos que essa adequação ao mercado não se dá de forma subsumida, pois a organicidade dos assentados e do movimento social que lá está permitem a possibilidade de discussão junto ao mercado sobre a produção e o preço final destas mercadorias. A renda das famílias ainda permanece

majoritariamente proveniente das atividades agrícolas. As famílias assentadas, em sua maioria, desejam permanecer na terra, o que nos mostra uma boa perspectiva para a continuidade do Assentamento sem projetar perdas em relação ao número de famílias assentadas em relação ao que foi proposto na sua criação.

Com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros nos últimos anos, e com mais pessoas alcançando o tempo de aposentadoria no Assentamento (e utilizando o benefício por mais tempo) **a inclusão de uma outra fonte de renda, principalmente aposentadorias e pensões, tem auxiliado na manutenção das famílias que a possuem, sendo um aspecto positivo, pois a renda é componente relevante para a reinvestimento na produção e da condição de vida, portanto constitui-se em mais uma estratégia para permanecer na terra.** Além disso, a forma como as pessoas realizam seus trabalhos dentro do Assentamento, como troca de dias de serviço e o pagamento de diárias também ajudam a manter dinheiro em circulação entre a população local, **compondo também o conjunto de estratégias que contribuem para viabilizar a permanência na terra.** Muitas famílias consideram preferível trabalhar dentro do Assentamento, com seus pares, a realizar trabalhos, às vezes melhor remunerados, para fazendeiros da região.

Em relação à educação, embora o Assentamento conte apenas com uma escola de ensino fundamental, muitos assentados conseguem acesso tanto ao ensino médio regular, quanto ao ensino técnico. Com certa dificuldade, conseguem ainda acesso ao ensino superior (graduação e pós-graduação), sobretudo em instituições públicas, como o Instituto Federal de Rondônia e a Universidade Federal de Rondônia. Consideramos essa também uma estratégia importante, embora esta não tenha sido examinada de modo específico na pesquisa que originou esse trabalho, essas informações nos chegaram tanto em nas entrelinhas das entrevistas durante o trabalho de campo e em outros contatos e relações que temos com membros das famílias assentadas no Margarida Alves (vários foram alunos do ensino superior no IFRO Colorado do Oeste, onde este autor é servidor).

O que nos chamou a atenção, e que consideramos um ponto prejudicial na situação atual do Assentamento, foi a questão ambiental, que mudou bastante em relação 2007 e 2013, devido à perda da reserva legal em bloco que formava um maciço florestal dentro Assentamento, em função de conflitos entre grupos de agricultores independentes e externos ao Assentamento, o que resultou na ocupação da reserva no ano de 2016. Atualmente, a área da reserva está se tornando o que

localmente se chama de Margarida Alves 2, tendo a presença majoritária de filhos dos assentados, que lá estão a empreender um novo campo de luta pela reforma agrária, mesmo que em cima de uma “ferida” aberta, como consideram lideranças antigas do Assentamento.

Demonstramos que o Assentamento Margarida Alves tem destaque em nível regional pela sua evolução produtiva e pela disposição das famílias em permanecerem na terra. Nunca devemos nos esquecer que, embora adequando-se às demandas de mercado, os camponeses se mantêm firmes na luta por direitos e dignidade e não estão presos à lógica capitalista que os rodeia, mas se apropriam das oportunidades para melhorarem de vida e permanecerem na terra, produzindo, vivendo e se reproduzindo, sem que o seu modo de vida seja drástica e negativamente afetado.

Mais do que atendermos a exigências acadêmicas, este trabalho tende a ser mais um registro histórico do Assentamento Margarida Alves, contando a evolução produtiva, histórias de vida, sucessos e “fracassos” que fazem do Assentamento um fração do território de resistência em meio a tantas tentativas de descaracterizar a reforma agrária, os assentamentos e a luta pela terra. Pretendemos que este seja mais um trabalho a servir de referência bibliográfica para os jovens assentados do Margarida Alves, que agora se formam nos bancos das faculdades, como também para a sociedade como um todo, no sentido de ser um contraponto ao discurso contrário à reforma agrária e à existência de assentamentos.

Com muito empenho e enfrentando as dificuldades e limitações em relação às leituras, escrita e análise dos dados, essas considerações finais não significam uma conclusão, pois concluído nunca estará, já que se trata de um processo contínuo de construção que continuará em novas pesquisas que se defrontarão com novas interferências externas ao Assentamento e de mudanças nos objetivos e nas estratégias das famílias que lá vivem e trabalham. Vimos a necessidade de, em outro momento, compararmos a qualidade de vida e a renda dos assentados do Margarida Alves com a população urbana do município de Nova União, visto que, no imaginário social as áreas de assentamento são tidas como lugares arcaicos, atrasados, pobres, em que “o progresso não chega”.

Tais resultados aqui apresentados nos ajudam a projetar as dinâmicas agrárias nos assentamentos da região e possíveis caminhos para fortalecimento das

estratégias de resistência (ou mesmo iniciativas de protagonismo) dos camponeses em outras regiões de Rondônia e do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, D.S.; MOREIRA, J.C.; MELLO, E.M.K.; SOARES, J.V.; SILVA, O.F.; ALMEIDA, S.A.S.; ORTIZ, J.O.; AMARAL, S. Mapeamento do uso da terra em Rondônia utilizando técnicas de segmentação e classificação de imagens TM. (CD ROM). In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Salvador. **Anais**. 1996. p. 392 - 400.

ALVES, D. **Quantificar e compreender o desmatamento na Amazônia. O conhecimento científico e a formulação de políticas públicas para a Amazônia: A experiência do programa LBA**. Brasília, 23 de julho de 2004. Disponível em: www.dpi.inpe.br/dalves/sumarios/dalves-prelba-17ago04.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2020.

AMARAL, J. J. O. **Mata virgem, terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004. 128.

ANTUNES, A. R.; MEANDRO, H.F.; PAGANELLI, T. L. **Estudos Sociais: Teoria e Prática** – Rio de Janeiro, RJ: ACCESS EDITORA, 1993.

ARAÚJO, M. E. B. **A vida e a produção no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia**. 2015. 113 f. Porto Velho, RO: UNIR, 2015, Dissertação de Mestrado, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET. Departamento de Geografia – DGEO. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – PPGG, Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2015.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990. 219 p.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche em Scienses Sociales**, Paris, nº 105, p. 3-12, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Estatuto da Terra (1964). Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 12 de jan. 2020.

_____. II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. - Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; Ministro do Estado do Desenvolvimento Agrário Miguel Soldatelli Rossetto; Presidente do INCRA Rolf Hackbart, 2003.

_____. Novo Código Florestal. Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos (2012). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)**. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html. Acesso em: 12 de jan. 2020.

BRITO, A. M. **A Piscicultura como alternativa de desenvolvimento sustentável no Município de Pimenta Bueno – RO**. 2009. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) *Campus Cacoal*, 2009.

CAMACHO, R. S. Por uma Agricultura Camponesa. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 11, n. 2, dec. 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/21760>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CÂNDIDO, M. J. D. Reserva de Forragem para a Seca: Produção e Utilização de silagem. **Notas de Aula**. Aula ministrada ao Curso de Zootecnia da Universidade Federal do Ceará Centro de Ciências Agrárias - Departamento de Zootecnia. 14 a 16 de junho 2011.

COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Diálogos** v. 20 n. 2, p. 179-192, jan. 2016.

CONTERATO, M. A., GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. *In.*: TONEAU, J. F.; SAUBORIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Editora da UFRGS: Porto Alegre - RS. pp. 13 - 54, 321 p., 2007.

COOMEAFES - Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, **Ecologismo e Prestação de Serviços Dossiê Informativo Sobre Processos desencadeado envolvendo o Assentamento Margarida Alves- Nova União/RO**. Documento encaminhado para o Ministério Público Federal em Rondônia, 2017.

COSME, C. M. Reforma Agrária no Brasil do Século XXI: Qual Reforma Agrária? Boletim DATALUTA n. 106 – **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, outubro de 2016.

COUMAN, J. L.; VALDANHA NETO, D. Fontes educativas da agroecologia no Assentamento Margarida Alves: a transição do movimento na Amazônia. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n.2, 2019, 114-130p.

CUNHA, E. T.; MOSER, L. M. Os Projetos de Colonização em Rondônia. Porto Velho - **Revista Labirinto** – Ano X, nº 14 – dezembro de 2010.

DA ROS, C. A.; PICCIN, M. B. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 15, nº. 20 pp. 131-155 Jan-jun./2012.

DIDONET, M. M.; SANT'ANA, A. L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da

adoção ou construção de conhecimentos. **RESR, Piracicaba -SP**, Vol. 53, Nº 04, p. 589-606, fev. 2016.

DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.-M. (Eds). **L'Amazonie brésilienne et le développement durable**. Paris: Belin, 2010. 480 p.

EMATER - RO, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia. **Plano de Recuperação do Assentamento Margarida Alves. 2011.**

_____. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia.

Bovinocultura de leite. Disponível em:

<http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/bovinocultura-de-leite/>. Acesso em: 14 de mai. 2020.

EMBRAPA. **Anuário Leite 2019**. Disponível em: embrapa.br/gado-de-leite. Acesso em 15 de fev. 2020.

_____. **Seis maiores estados produtores dos Cafés do Brasil atingiram 98% do volume da safra de 2017**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31081641/seis-maiores-estados-produtores-dos-cafes-do-brasil-atingiram-98-do-volume-da-safra-de-2017>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

_____. **Sete passos para uma boa ensilagem de milho**: cartilhas adaptadas ao letramento do produtor / Diego de Oliveira Carvalho. et al. - Brasília, DF: Embrapa, 2015.

FAUSTO, S. Modernização pela via democrática. *In.*: FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 467-566.

FERNANDES, B. M. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. *In.*: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. *In.*: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ. 2007. p.139-168.

FERNANDES, V. B. **Passado não resolvido: a histórica falta de regulação na ocupação de terras no Brasil e após 1964**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2014.

FISCH, G. **Camada Limite Amazônica**: aspectos observacionais e de modelagem. São José dos Campos, SP. 1995. 125 f. Tese de Doutorado, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, São Paulo, 1995.

FONSECA, S. G. **Memórias do Massacre de Corumbiara: a luta pelo direito a função social da terra**. 1995. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1975.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In.*: BECK; U.; GIDDENS, A.; GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

GUINZBURG, C. **Medo, Reverência, Terror** – quatro ensaios sobre iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). Editora civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Nova União – RO. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/nova-uniao/panorama>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

IDARON, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. **Produção de leite com base nos dados referentes a 46ª etapa f. aftosa (abril e maio de 2019)**. Disponível em: <http://www.idaron.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/RELATORIO-LEITE-46-ETAPA-ABR-MAIO-2019.pdf>. Acesso em 05 de mar. 2020.

KOHLER, F.; ISSBERNER, L. R.; LÉNA, P.; MARCHAND, G. Falência é fracasso? O caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 2, p. 319-331, maio-ago. 2011

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional - Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993 (v.I).

LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995, p. 73-133.

LE TOURNEAU, F-M. DO CANTO, Otávio. **Amazônias brasileiras**: situações locais e evoluções. Organização. Dados eletrônicos. Belém: NUMA/UFPA, 2019.

LE TOURNEAU, F-M.; MARCHAND, G.; TRITSCH, I.; GAMEZ, L.; ARVOR, D. Mudanças e permanências na trajetória rumo à sustentabilidade: uma imagem compósita da Amazônia. *In.*: LE TOURNEAU, François-Michel. DO CANTO, Otávio. **Amazônias brasileiras**: situações locais e evoluções. Organização. Dados eletrônicos. Belém: NUMA/UFPA, 2019.

LEME, S. M. As estratégias de resistência camponesa na contemporaneidade: uma análise dos camponeses da colônia Pulador em Anastácio-MS. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 13, n. 30, p. 92-112, ago., 2018.

McCRACKEN, S. D; BRONDÍZIO, E.S.; NELSON, D.; MORAN, E.F.; SIQUEIRA, A.D.; PEDRAZA-RODRIGUES, C. Remote sensing and gis at farm property level:

demography and deforestation em the Brazilian Amazon. **Photogrammetric Engineering & Remote Sensing**. Amsterdam, v.659, n.11, p. 1311-1320, Nov. 1999.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 54, n. 2, p.27-55, abr./jun., 1992.

MACHADO, L. A fronteira Agrícola na Amazônia". *In.*: Becker B. K., Christofoletti A., Davidovich F.R., *et al.*: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**, São Paulo: Hucitec Editora: 181-217.

MARQUES, G. S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**.1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 296 p.

MARTINS, J.S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINNAERT, A. C. S. T. A feira livre sob um olhar etnográfico. *In.*: FREITAS, M.S.C., FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. (Org.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8 pp. 151-172 jan./jun. 2006.

NASCIMENTO, M.S. **Educação do campo e a formação do campesino como agente de transformação social/combate ao êxodo rural e as contribuições das EFAs na educação do campo**: experiências vivenciadas na escola família agrícola de Antônio Gonçalves (EFAG). 2012. Trabalho de conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Bahia, 2012.

NEGRÃO, M. P.; BORGES, L. R. M.; ARAÚJO, M. E. B. Desmatamento, reserva legal e sustentabilidade em Rondônia (Brasil): uma análise dos padrões de evolução da cobertura vegetal em área de Assentamento. **RITA – Revue Interdisciplinaire de Travaux sur les Amériques**, nº8: jun 2015. Disponível em: <http://revue-rita.com/notesderecherche8/desmatamento-reserva-legal-e-sustentabilidade-em-rondonia-brasil-uma-analise-dos-padroes-de-evolucao-da-cobertura-vegetal-em-areas-de-assentamento.html>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

NEGRÃO, M. P.; GÁMEZ, L. Renda e atividades econômicas na Amazônia. *In.*: LE TOURNEAU, F-M. DO CANTO, O. **Amazônias brasileiras**: situações locais e evoluções. Organização. Dados eletrônicos. Belém: NUMA/UFPA, 2019.

NEGRÃO, M. P.; MATOS, L. R.; ARAÚJO, M. E. B. Territórios sob tensão: disputas por recursos naturais na reserva legal em bloco do assentamento Margarida Alves, Rondônia. **Confins** (Paris), v. 45. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/29568>. Acesso em: 12 de jul. 2020;

NEGRÃO, M. P.; KOHLER, F. PA Margarida Alves: uma frente pioneira em curso de estabilização. *In.*: LE TOURNEAU, François-Michel; Otávio do Canto. **Amazônias**

brasileiras, Situações locais e evoluções, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.93-116, 2019.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social**: introdução as suas técnicas. São Paulo: Ed. Nacional. p. 111-119.

OLIVEIRA, A. U. A Questão agrária no Brasil: não reforma e contra-reforma agrária no governo lula. *In.*: **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond. 2010. p.287-328.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007. 184 p.

OLIVEIRA, J. C. P. et al. **O questionário, o Formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados**: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. III Congresso Nacional de Educação. 05 a 07 de outubro de 2016, Natal, RN. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2020.

OLIVEIRA, P. J. et al. Efeitos de um evento de friagem nas condições meteorológicas na Amazônia: um estudo de caso. **Acta Amazônica**, VOL. 34(4) 2004: 613 – 619.

OLIVEIRA, R. H. R. **A Reforma Agrária e suas implicações no processo de desenvolvimento do estado de Rondônia**. 1994. Dissertação de Mestrado Escola Brasileira de Administração Pública. Departamento de Ensino. Mestrado em Administração Pública Rio de Janeiro, RJ: FGV – EBAP, 1994.

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014.

POLINSKI, A. C.; PINTO, L. B. **Política Agrária no Brasil**. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/politica-agraria-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da Reforma Agrária no mundo e no Brasil. *In.*: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p.4 – 38.

REEL, M. **O último da tribo. A epopeia para salvar um índio isolado na Amazônia**. Companhia das letras, 2011.

RONDÔNIA (estado). **Zoneamento socioeconômico-ecológico do estado de Rondônia**: um instrumento de gestão ambiental a serviço do desenvolvimento sustentável de Rondônia, 2009. Disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br/index.php/acervo-tecnico-zoneamento/cartilha-zeero.html>. Acesso em: 05 de jan. 2020.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Araraquara, 2003. 246 f.

Tese (Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2003.

SANTOS, T. R. S.; RICARTE, C. A. A.; CONCEIÇÃO, F. S. Rondônia, espaço de grandes transformações - Rondônia - mutações de um território federal na Amazônia brasileira. **Confins** (Paris), p. 1-10, 2020.

SCHLINDWEIN, J. A.; MARCOLAN, A. L.; FIORELLI-PEREIRA, E. C.; PEQUENO, P. L. L.; MILITÃO, J. S. T. L. Solos de Rondônia: usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia**, Rolim de Moura, 1 (1): 213-231, 2012.

SCHMITZ, A. P.; BITTENCOURT, M. V. L. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 577-609, dez. 2014.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, L. O. A lei e O regulamento. In: **Terras Devolutas e Latifúndio**. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008, pp. 153-201.

SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A.; IZIDORO, L. T. A produção leiteira em assentamentos de reforma agrária: renda, organização e resistência. **Retratos de Assentamentos**, v.14, n.1, 2011.

SILVA, R. G. da C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** (Paris), p. 1-30, 2015.

_____. Das margens do rio Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970 – 1995). In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das G.; SILVA, R. G. da C. (Org.). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia**. Reflexões geográficas. Curitiba: Editora SK, 2012, v. 1, p. 1-24.

SILVA, V. V. **Impacto das atividades produtivas na dinâmica da paisagem do assentamento Matupi, estado do Amazonas**. 2012. Tese de Doutorado – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ). Centro de Energia Nuclear e Agricultura, Piracicaba, 2012.

SOBREIRO FILHO, J.; CARDOSO, M. A.; VALÉRIO, V. J. de O. Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. **Revista NERA** Presidente Prudente v. 22, n. 50, pp. 91-115 Set.-Dez. 2019.

SOUZA, L. C.; JUNIOR, J. C. Análise temporal das políticas nacionais de reforma agrária: os impactos regionais na criação dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. **Revista Horizonte Científico**, VOL 5, Nº 1, p. 01-22, jul. 2011.

TAGLIETTI, D. B. A natureza social e econômica da lei de terras de 1850. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, p.189-205, 2006.

THÉRY, H. **Rondônia mutações de um Território federal na Amazônia federal**, SK Editora, Curitiba, 2012. 304 p.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 21(4):539-548, out-dez 2012.

VECINA, C. C. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula: uma análise além do aparente. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, Universidade Federal de Uberlândia – MG, **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2012. p. 1 – 20.

VERGUTZ, C. L. B. O caminho da aprendizagem na pedagogia da alternância e o sujeito alternante. *In*: IX ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2012. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012. p. 1 – 18.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida** - Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO UTILIZADO PARA A COLETA DE DADOS EM
CAMPO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO MESQUITA FILHO

FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA - UNESP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA – Sistemas de Produção

Data da entrevista: ____/____/____

1. DADOS DA FAMÍLIA

1.1 Nome do entrevistado:

1.2 Número de pessoas da família que mora na propriedade ou lote:

1.3 Características das pessoas da família que realizam algum tipo de trabalho:

| Parentesco | Idade | Escolaridade | Trabalho Agrícola | | Trabalho NÃO Agrícola | |
|--------------|-------|--------------|-------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| | | | Dentro do Lote | Fora do Lote | Dentro do Lote | Fora do Lote |
| Entrevistado | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

1.4 A família possui outro tipo de renda?

Não Sim, tipo de renda:

aposentadoria/ pensão bolsa família aluguel

outra: _____

1.5 Contrata mão-de-obra ou utiliza de troca de serviços para ajudar no trabalho da propriedade/lote?

- Não Sim, empregado permanente (nº): diaristas(nº):
 Troca de dias de serviço Mutirão Outra:

1.6 Participa de: cooperativas sindicatos associações

2 INFRAESTRUTURA EXISTENTE NO LOTE

2.1 Benfeitorias (nº ou m²)

| | |
|-----------------|--|
| Casa de moradia | |
| Curral | |
| Paiol | |
| Depósito/tulha | |
| Galpão | |
| Estufa | |
| Poço | |
| | |

2.2 Máquinas e equipamentos (nº)

| | |
|----------------------------|--|
| Trator | |
| Triturador | |
| Veículo [| |
| Equipamento de irrigação | |
| Ordenhadeira mecânica | |
| Tanque resfriador de leite | |
| Silo | |
| | |

3 EXPLORAÇÃO ANIMAL EXPLORAÇÃO

3.1 Caracterização da Bovinocultura

| | |
|--|--|
| Total de cabeças do rebanho | |
| Produção de leite Atual (litros/dia) | |
| Quantidade média de autoconsumo (litros/dia) | |
| Número de animais vendidos (último ano) | |
| Destino da produção (carne e leite) | |

3.2 Outras criações

| Espécie | Quantidade (nº de cabeças) | Autoconsumo | Destino da produção comercializada |
|------------------------------|---------------------------------------|--------------------|---|
| Aves | | | |
| Suínos | | | |
| Ovinos | | | |
| Caprinos | | | |
| Abelhas (Colmeia) | | | |
| Peixes | | | |

3.3 Quais são os fatores que influenciam sua decisão sobre quais criações deve ter?

4.4 Há animais ou outros produtos de origem animal produzidos de forma orgânica?

() Não

() Sim, quais?

4.4 Há culturas produzidas de forma orgânica? () Não

() Sim, quais? _____

5 CRÉDITO RURAL

5.1 Possui algum financiamento que esteja ativo (utilizando, no prazo de carência ou pagando)?

Sim Não, quais os motivos?

(caso a resposta seja sim, responder itens 5.2 a 5.7)

5.2 Utilizou o crédito para qual finalidade?

5.3 Valor do financiamento: R\$

5.4 Prazo de pagamento:

5.5 Entidade que forneceu o crédito:

5.6 PRONAF? Sim Não

5.7 **Atualmente**, contar com financiamentos para as atividades desenvolvidas no estabelecimento é:

- indispensável importante pouco importante
 irrelevante

6 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 **Atualmente** recebe assistência técnica?

- Não, nunca recebeu
- Sim, regularmente esporadicamente.
- Atualmente não, mas já recebeu, regularmente esporadicamente.

6.2 Qual é sua avaliação da assistência técnica recebida?

- Excelente Boa Sem avaliação Ruim Péssima

6.3 Participou (no ano passado ou este ano) de algum curso ou palestra sobre as atividades agropecuárias? Sim Não

6.4 Atualmente, contar com profissionais de assistência técnica e extensão rural é/seria:

- indispensável importante pouco importante
 irrelevante

7 COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS

7.1 Quais dessas formas ou locais tem utilizado para a comercialização de seus produtos:

- No próprio Assentamento () consumidores () outros produtores
- Feiras livres no seu município
- Feiras livres de municípios vizinhos
- Vende para supermercados ou outros comércios no seu município
- Vende para supermercados ou outros comércios de municípios vizinhos
- Vende para restaurantes no seu município
- Vende para restaurantes de municípios vizinhos
- Para intermediários (“atravessadores”) que revendem no município ou municípios vizinhos
- Para cooperativas
- Para programas do governo (PAA, PNAE)

7.2 A comercialização direta ao consumidor e/ou varejo é realizada em conjunto com outros produtores? Não sim, nesse caso assinalar o tipo de organização:

- cooperativa grupo informal associação parentes

Outra: _____

7.3 Pretende ampliar ou fazer mudanças em relação à produção e/ou à venda de seus produtos?

Sim, _____ quais?

Não, _____ por _____ quê?

8 PERSPECTIVAS DE FUTURO

8.1 O (A) senhor (a) pretende permanecer no assentamento?

Sim Não Motivos:

8.2 A terra é suficiente para produzir e garantir o sustento da família?

Sim Não

8.3 Seus filhos e/ou netos pretendem permanecer nesta terra?

Sim Não

8.4 O (A) senhor (a) se desfaria desta terra para ir morar na cidade?

Sim Não Motivos:

9. Renda aproximada em salários mínimos:

10. Possui o que se chama de quintal agroflorestal (Pomar)? Se sim, há quanto tempo?

11. Observações: